



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Ata nº04/2021

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro de 2021, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório do Centro Cultural, em Chaves, pelas nove horas, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO 1 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO DE 30 DE JUNHO DE 2021; -----

PONTO 2 - APROVAÇÃO DA ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DO MANDATO 2021-2025; -----

PONTO 3 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL; -----

PONTO 4 - INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA; -----

PONTO 5 - ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES, NA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA CIM (COMUNIDADE INTERMUNICIPAL); (4 EFETIVOS E 4 SUPLENTE); -----

PONTO 6 - ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA NO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, (1 EFETIVO E 1 SUPLENTE); -----

PONTO 7 - ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES, POR GRUPO MUNICIPAL NO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE (1 REPRESENTANTE POR GRUPO MUNICIPAL); -----

PONTO 8 - ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MUNICIPAL DE CHAVES NO CONSELHO DA COMUNIDADE DO AGRUPAMENTO DOS CENTROS DE SAÚDE DO ALTO TÂMEGA E BARROSO (1 EFETIVO E 1 SUPLENTE); -----

PONTO 9 - ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES, NO CONSELHO CONSULTIVO DO CENTRO HOSPITALAR (1 EFETIVO E 1 SUPLENTE); -----

PONTO 10 - ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA NA ANMP (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES (1 EFETIVO E 1 SUPLENTE); -----

PONTO 11 - ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES, NA CPCJ (COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE CHAVES (4 EFETIVOS E 4 SUPLENTE); -----

PONTO 12 - ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES, NO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DO MUNICÍPIO DE CHAVES (5 REPRESENTANTES E 3 PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA); -----

PONTO 13 - ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA NO CONSELHO CINEGÉTICO (1 EFETIVO E 1 SUPLENTE); -----

PONTO 14 - AUDITOR EXTERNO/EMIÇÃO DE RELATÓRIO SEMESTRAL SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO – 1º SEMESTRE DE 2021. INFORMAÇÃO Nº32/DGF/2021; -----

PONTO 15 - MODIFICAÇÃO, POR REVISÃO ORÇAMENTAL (ALTERAÇÃO MODIFICATIVA, NOS TERMOS DO SNC-AP) AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS – 2021. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 35/DGF/2021; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

PONTO 16 - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO PRESIDENTE DA CÂMARA – COMPETÊNCIA PARA AUTORIZAR A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, NO ÂMBITO DAS DISPOSIÇÕES PREVISTAS NA ALÍNEA B), DO N.º 1, DO ARTº 22, DO DL 197/99, DE 8 DE JUNHO. PROPOSTA Nº 08/GAP/2021; -----

PONTO 17 - ENTIDADES QUE INTEGRAM O SEL – APROVAÇÃO DE RELATÓRIOS E CONTAS 2020. INFORMAÇÃO Nº 26/DGF/2021; -----

PONTO 18 - APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES PREVISIONAIS 2022, ENQUADRADAS NUM PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL (2022-2026). APROVAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL, AO ABRIGO DA LEI Nº 12-A/2008, DE 27 DE FEVEREIRO, ALTERADA PELA LEI Nº 35/2014, DE 20 DE JUNHO. PROPOSTA Nº 35/GAP/2021; -----

PONTO 19 - DEFINIÇÃO DA TAXA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS A LIQUIDAR NO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2022. PROPOSTA Nº 02/GAP/2021; -----

PONTO 20 - FIXAÇÃO DE IMPOSTO MUNICIPAL DE “DERRAMA” REFERENTE A 2021 E A COBRAR EM 2022. PROPOSTA Nº 03/GAP/2021; -----

PONTO 21 - CRIAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP), PARA O ANO DE 2022. PROPOSTA Nº 04/GAP/2021; -----

PONTO 22 - PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO DE TARIFÁRIO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS E DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS PARA O ANO DE 2022. INFORMAÇÃO Nº 592/DA/2021; ----

PONTO 23 - CONSULTA PRÉVIA Nº72/UCP/2021 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA FINANCEIRA – CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS. NOMEAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO, RESPONSÁVEL PELA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE CHAVES. INFORMAÇÃO Nº40/UCP/2021; -----

PONTO 24 - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A EHATB-EMPREENHIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM, S.A. – ANO 2022. PROPOSTA Nº 36/GAPV/2021; -----

PONTO 25 - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA INTERMUNICIPAL ENTRE OS MUNICÍPIOS DO ALTO TÂMEGA (ACIONISTAS) E A EHATB-EMPREENHIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM, S.A - ANO 2022. PROPOSTA Nº 37/GAPV/2021; -----

PONTO 26 - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS. LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO, E RESPETIVOS DIPLOMAS LEGAIS DE ÂMBITO SETORIAL. EXERCÍCIO DO DIREITO DE NÃO ACEITAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL NO ANO DE 2021. PROPOSTA N.º 22/GAPV/2021; -----

PONTO 27 - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO TÂMEGA (CIMAT) - APROVAÇÃO DO FINANCIAMENTO MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO PELA CIMAT DAS SUAS COMPETÊNCIAS ENQUANTO AUTORIDADE DE TRANSPORTES. PROPOSTA N.º 34/GAP/2021; -----

PONTO 28 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO ÀS JUNTAS DE FREGUESIAS DO CONCELHO DE CHAVES, COM ESCOLAS DO 1º CICLO E JARDINS-DE-INFÂNCIA, PARA EXPEDIENTE E LIMPEZA E OUTRAS DESPESAS - ANO LETIVO 2021/2022. INFORMAÇÃO N.º



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

126/DEAS-UE/2021; -----

PONTO 29 - JUNTA DE FREGUESIA DE SANTO ESTEVÃO – APOIO FINANCEIRO RELATIVO AO ANO LETIVO 2021/2022. PROPOSTA N.º 38/GAPV/2021; -----

PONTO 30 - HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO JUDICIAL NO ÂMBITO DO PROCESSO N.º 280/13.1BEMDL PROPOSTA N.º 9/GAPV/2021; -----

PONTO 31 - HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO JUDICIAL NO ÂMBITO DO PROCESSO N.º 274/21.3BEMDL. PROPOSTA N.º 27/GAPV/2021; -----

PONTO 32 - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO PARA FINS NÃO HABITACIONAIS DO EDIFÍCIO ENTREPOSTO 02, LOCALIZADO NO LOTEAMENTO DO MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE CHAVES (MARC), PARQUE EMPRESARIAL DE CHAVES, COM A EMPRESA “SOLARA – PRODUTOS ALIMENTARES S.A”. PROPOSTA N.º 78/GAPV/2021; -----

PONTO 33 - MANUTENÇÃO DO INCENTIVO À FIXAÇÃO DE EMPRESAS NO “PARQUE EMPRESARIAL DE CHAVES- LOTEAMENTO DO PARQUE DE ATIVIDADES E LOTEAMENTO DA PLATAFORMA LOGÍSTICA INTERNACIONAL DO VALE DO TÂMEGA” E DO PROCEDIMENTO PÚBLICO CONCURSAL SIMPLIFICADO ENQUADRADOR; - EXTENSÃO DOS INCENTIVOS A TODOS OS TERRENOS E EDIFICADO PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO, COM VOCAÇÃO PARA A FIXAÇÃO DE EMPRESAS NA ÁREA DO PARQUE EMPRESARIAL. PROPOSTA N.º 32/GAP/2021; -----

PONTO 34 - PROJETO DE INTERESSE MUNICIPAL – PIM -. CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS.BENEFICIÁRIA: METALOME, LDA. INFORMAÇÃO / PROPOSTA Nº 27/UCE/ 2021; -----

PONTO 35 - PROJETO DE INTERESSE MUNICIPAL – PIM -. PRIMEIRA ADENDA AO CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS OUTORGADO EM 7 DE SETEMBRO DE 2018. BENEFICIÁRIA: HOTEL PREMIUM CHAVES, LDA. INFORMAÇÃO/ PROPOSTA Nº28/UCE/2021; -----

PONTO 36 - PROJETO DE INTERESSE MUNICIPAL – PIM - TERCEIRA ADENDA AO CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS OUTORGADO EM 10 DE OUTUBRO DE 2017.BENEFICIÁRIA: ANTÓNIO & LILIANA RODRIGUES, LDA. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 29/UCE/2021; -----

PONTO 37 - PROJETO DE INTERESSE MUNICIPAL – PIM -. PRIMEIRA ADENDA AO CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS OUTORGADO EM 24 DE JULHO DE 2018. BENEFICIÁRIA: SOLAR INVESTMENT IMOBILIÁRIA, LDA. INFORMAÇÃO / PROPOSTA Nº 30/UCE/2021; -----

PONTO 38 - PROPOSTA DE EXTENSÃO DOS EFEITOS DA DELIBERAÇÃO DOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS, SOBRE A PROPOSTA N.º 69/GAPV/2021, RESPETIVAMENTE, EM 24/06/2021 E EM 30/06/2021, AOS PROJETOS CLASSIFICADOS COMO PIM INFORMAÇÃO Nº 41/DDE/2021, DA ENGª CLÁUDIA FERREIRA, DE 30.11.2021; -----

PONTO 39 - ANÁLISE DO 6º RELATÓRIO SEMESTRAL DE EXECUÇÃO DO PROJETO DE INVESTIMENTO “HOTEL SANTA RITA WELLNESS & SPA INSTITUTE” CLASSIFICADO COMO



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

PIM - INFORMAÇÃO Nº35/DDE/2021, DA ENG^a CLÁUDIA FERREIRA, DE 17.08.2021; -----

PONTO 40 - ANÁLISE DO 1º RELATÓRIO SEMESTRAL DE EXECUÇÃO DO PROJETO DE INVESTIMENTO “CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DE UMA UNIDADE INDUSTRIAL PARA FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS METÁLICOS DIVERSOS”, CLASSIFICADO COMO PIM, DA SOCIEDADE METALOME, LDA.- INFORMAÇÃO Nº 43/DDE/2021, DA ENG^a CLÁUDIA FERREIRA, DE 02.12.2021; -----

PONTO 41 - ANÁLISE DO 6.º RELATÓRIO SEMESTRAL DE EXECUÇÃO DO PROJETO DE INVESTIMENTO “REABILITAÇÃO DO HOTEL PREMIUM CHAVES – AQUAE FLAVIAE” CLASSIFICADO COMO PIM - INFORMAÇÃO Nº 44/DDE/2021, DA ENG^a CLÁUDIA FERREIRA, DE 02.12.2021; -----

PONTO 42 - PEDIDO DE CONDICIONAMENTO DE TRÂNSITO DE PESADOS NA RUA JERÓNIMO DE ATAÍDE (CAMPO DE CIMA) - UNIÃO DAS FREGUESIAS DA MADALENA E SAMAIÕES – PROCESSO Nº 527/21 – INFORMAÇÃO Nº 249/DPM/2021 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO CIVIL BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 2021.07.02; -----

PONTO 43 - PEDIDO DE COLOCAÇÃO DE SINAL DE STOP NO CRUZAMENTO DA ESTRADA DE CASTELÕES COM A RUA DO CALVÁRIO – UNIÃO DE FREGUESIAS DE CALVÃO E SOUTELINHO DA RAIA – PROCESSO Nº 557/21 – INFORMAÇÃO Nº 265/DPM/2021 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO MIGUEL BÁRCIA, DATADA DE 2021.07.30; -----

PONTO 44 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE DUAS LOMBAS REDUTORAS DE VELOCIDADE – RUA FARIA DE MORAIS E ESTRADA DE VALVERDE (CANDAL) – FREGUESIA DE VIDAGO – ARCOSSÓ – SELHARIZ E VILARINHO DAS PARANHEIRAS – PROCESSO Nº 813/20 – INFORMAÇÃO Nº 281/DPM/2021 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 2021.07.23; -----

PONTO 45 - PEDIDO DE COLOCAÇÃO DE SINAL DE ESTACIONAMENTO PRIVATIVO EM ESPAÇO PÚBLICO PARA VEÍCULOS EM NOME DA FIRMA PRAZERES DA TERRA LDA. NA RUA MARIA RITA, Nº7A – Pº 564/21 – SANTA MARIA MAIOR, – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 355/DPM/2021 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO MIGUEL BÁRCIA, DATADA DE 09/09/2021; -----

PONTO 46 - PEDIDO DE CRIAÇÃO DE LUGARES DE ESTACIONAMENTO PARA MORADORES EM NOME DA JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR DA RUA DOS FERRADORES, RUA DO RIO E ALAMEDA DO TRAJANO – Pº 501/21 – SANTA MARIA MAIOR, – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 366/DPM/2021 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO MIGUEL BÁRCIA, DATADA DE 14/09/2021; -----

PONTO 47 - PROPOSTA DE SINALIZAÇÃO DA ROTUNDA DA TORRE DE ERVEDO – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 376/DPM/21 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO ENG. FRANCISCO RODRIGUES ALVES DE 19/08/2021; -----

PONTO 48 - PEDIDO DE COLOCAÇÃO DE LOMBAS REDUTORAS DE VELOCIDADE EM NOME DE LILIANA SOFIA FERNANDES LOPES NA ESTRADA DA ABOBELEIRA – Pº 407/20 – NA LOCALIDADE DA ABOBELEIRA - VALDANTA, – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 443/DPM/2021 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 29/10/2021; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

PONTO 49 - PEDIDO DE CRIAÇÃO DE SAÍDA PARA A ESTRADA EM NOME DE JOSE MANUEL GONÇALVES NA RUA DA PAZ/RUA DO EXTREMO – Pº 646/20 – NA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 450/DPM/2021 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 04/11/2021; -----

PONTO 50 - PEDIDO DE SINALIZAÇÃO DE ESTACIONAMENTO EM NOME DE UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE NA RUA CAPITÃO JOAQUIM AMARAL – Pº 506/21 – NA FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 452/DPM/2021 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO MIGUEL BÁRCIA, DATADA DE 04/11/2021; -----

PONTO 51 - PEDIDO DE COLOCAÇÃO DE UMA PASSADEIRA E RESPECTIVA SINALIZAÇÃO EM NOME DE UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE NA RUA FIRMINO AIRES – Pº 675/21 – NA FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 453/DPM/2021 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO MIGUEL BÁRCIA, DATADA DE 04/11/2021; -----

PONTO 52 - PEDIDO DE SINALÉTICA VERTICAL EM NOME DE JUNTA DE FREGUESIA DE S. PEDRO DE AGOSTÉM, NO ENTROCAMENTO EXISTENTE ENTRE O CAMINHO MUNICIPAL Nº 1079 ((CM 1079), DE ACESSO À LOCALIDADE DE SANTIAGO, E ESTRADA REGIONAL Nº314 (ER314) – Pº 761/20 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 458/DPM/2021 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 09/11/2021; -----

PONTO 53 - PEDIDO DE COLOCAÇÃO DE ESPELHO REFLETOR E SINAIS DE LIMITAÇÃO DE VELOCIDADE EM NOME DE ANTÓNIO JULIO COVAS, NA RUA DO PENEDO DO LOBO, 8-A, EM ARCOSSÓ – VIDAGO (UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VIDAGO, ARCOSSÓ SELHARIZ E VILARINHO DAS PARINHEIRAS) – Pº 808/20 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 464/DPM/2021 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 11/11/2021; -----

PONTO 54 - PEDIDO DE COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO EM NOME DE JOÃO PINTO NO CRUZAMENTO DA RUA DO BARREIRO, RUA DO PROGRESSO, RUA DOS AREGOS E RUA FERNÃO LOPES – Pº 883/21 – NA FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR E VALDANTA – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 468/DPM/2021 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO MIGUEL BÁRCIA, DATADA DE 15/11/2021; -----

PONTO 55 - PEDIDO DE COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO EM NOME DE JUNTA DE FREGUESIA DE S. PEDRO DE AGOSTÉM NA PONTE DE LAGARELHOS ER 314, – Pº 915/21 – NA LACALIDADE DE LAGARELHOS – S. PEDRO DE AGOSTEM – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 469/DPM/2021 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO MIGUEL BÁRCIA, DATADA DE 18/11/2021; -----

PONTO 56 - PEDIDO DE PROIBIÇÃO DE ESTACIONAMENTO JUNTO À ANTIGA ESCOLA PRIMÁRIA DE VILELA SECA EM NOME DE JUNTA DE FREGUESIA DE VILELA SECA, NO ESTACIONAMENTO JUNTO À ANTIGA ESCOLA PRIMÁRIA DE VILELA SECA Pº 10/21 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 477/DPM/2021 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 18/11/2021; -----

PONTO 57 - PEDIDO DE SINALIZAÇÃO NA ENVOLVENTE DO PINGO DOCE, NA AVENIDA TENENTE VALADIM E CAMINHO DÓ RIBELAS, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, Pº



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

1014/21 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 498/DPM/2021 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 03/12/2021. --

Presidiu esta sessão o **Presidente da Assembleia Municipal de Chaves**, Altamiro da Ressurreição Claro. -----

Dos setenta e nove membros que constituem a Assembleia Municipal de Chaves, estiveram presentes nesta sessão os seguintes: -----

Pelo Grupo Municipal do PS: Altamiro da Ressurreição Claro, Anselmo José Martins, Brigitte Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, Rogério Alberto Amorim Reis Moura, Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, António Manuel Pires de Almeida, Luíz Mário Alves Carneiro, Cristina Maria Inocência Imaginário, Júlio Eliseu dos Anjos Alves, Domingos de Moura Alves, Sónia Cristina Adães Ferreira, Manuel Guerra Afonso, José Francisco de Resendes Carreira, Melissa Alexandra Carvalho Lopes, Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, Abílio do Nascimento Ramos, Joana Maria Machado Borges, Paulo Jorge Ligeiro Santos, Fernando Miguel Borges Valpaços, Clara Maria Pinto Dias Lopes e Nuno Artur Esteves Ferreira. -----

Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD: António Pedro de Nobre Carmona Rodrigues, Francisco António Taveira Ferreira, Maria Isabel Teixeira Carvalho da Cunha, Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, Milena Sofia Vieira de Melo, José Pimentel Sarmento, Michele Alexandra Rodrigues da Costa, António José dos Santos, André Fontoura Faria, Olga Machado Gonçalves Santos, Carlos Guilherme de Melo Gouveia, João Luís Gonçalves Rodrigues e Maria José Alves Portela. -----

Pelo Grupo Municipal da CDU: Manuel Justino Matos Cunha. -----

Pelo Grupo Municipal do CDS/PP: Vítor Carlos Teixeira Pimentel, Helena Cristina Gonçalves Santos e Daisy Machado Lameira. -----

Pelo Grupo Municipal do BE: Marcelo Leandro Araújo Pires Rodrigues. -----

Pelo Grupo Municipal do CH – CHEGA: Vítor José Gomes. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: Presidente de Junta da Freguesia de Águas Frias - Rogério Amaro Alves de Oliveira, Presidente de Junta da Freguesia de Anelhe - Arlindo Santos Costa, Presidente de Junta da Freguesia de Bustelo – José Fernandes M. Serralheiro, Presidente de Junta da Freguesia de Calvão e Soutelinho da Raia - António Manuel Rua Reis, Presidente da Junta da Freguesia de Cimo de Vila da Castanheira, Lígia Maria Chaves Silva. Presidente da Junta da Freguesia de Curalha - Alfredo Augusto Dias Gaspar, Presidente de Junta da Freguesia das Eiras, São Julião de Montenegro e Cela – Hélder Leão de Castro Lopo, Presidente de Junta da Freguesia de Ervededo – André Lourenço da Silveira; Presidente de Junta da Freguesia de Faiões – Luís António Pereira de Oliveira, Presidente de Junta de Freguesia de Lama de Arcos – Augusto José Aires da Anunciação, Presidente de Junta da Freguesia de Loivos e Póvoa de Agrações – Delfina Maria de Almeida Ferreira, Presidente de Junta da Freguesia de Madalena e Samaiões - João Manuel Almeida Pinto, Presidente de Junta da Freguesia de Mairos - Adriano Vieira Rodrigues, Presidente de Junta de Freguesia de Moreiras - António José Lopes, Presidente de Junta da Freguesia de Nogueira da Montanha – Alfredo José da Silva Barreira, Presidente de Junta da Freguesia de Oura – António Eusébio Vieira Cardoso, Presidente da Junta de Freguesia de Outeiro Seco – Artur Jorge André Dias, Presidente de Junta da Freguesia de Paradela de Monforte – Gilberto Santos de Jesus, Presidente de Junta da Freguesia de Planalto de Monforte (Oucidres e Bobadela) - Luís Saraiva Garcia, Presidente de Junta da Freguesia de Redondelo - Nelson Fernandes Costa, Presidente de Junta da Freguesia de Sanfins da Castanheira – Sara Cristina Trinta Morais, Presidente de Junta da Freguesia de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge - José António de Oliveira Carreira, Presidente de Junta da Freguesia de Santa Leocádia – João Manuel Teixeira Pereira Borges, em representação do Presidente de Junta da Freguesia de Santa Maria Maior – Júlio Romeu Santos Jesus, Presidente de Junta da Freguesia de Santo António de Monforte - Alcino do Nascimento Santos, Presidente de Junta da Freguesia de Santo Estevão - Maria José Sena Barros, Presidente de Junta da Freguesia de São Pedro de Agostém, Pedro Manuel Pereira Barroco, Presidente de Junta da Freguesia de São Vicente da Raia - Mário José dos Anjos, Presidente de Junta da Freguesia de Soutelo e Seara Velha – Carlos Manuel da Cruz Chaves,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Presidente de Junta da Freguesia de Travancas e Roriz - Filipe Maldonado Pinto. Presidente de Junta da Freguesia de Tronco - Eduardo dos Santos Carneiro, em representação do Presidente de Junta da Freguesia de Vale de Anta –Jorge José Pereira de Carvalho, Presidente de Junta da Freguesia de Vidago, Arcossó, Selhariz, Vilarinho das Paraneiras - Rui Manuel Branco Rodrigues, Presidente de Junta da Freguesia de Vila Verde da Raia - Pedro Miguel Rodrigues, Presidente de Junta da Freguesia de Vilar de Nantes - Luís António Gonçalves Costa, Presidente de Junta da Freguesia de Vilarelho da Raia – Fernando de Jesus, Presidente de Junta da Freguesia de Vilas Boas - Paulo Nuno de Jesus Pereira; Presidente de Junta da Freguesia de Vilela do Tâmega – Liliana Pires Lage, Presidente de Junta da Freguesia de Vilela Seca – Nuno Miguel Moreira Monteiro da Mota. -----

Registaram-se os seguintes pedidos de substituição de membros da Assembleia Municipal: Presidentes de Junta de Freguesia de Valdanta, Júlio Manuel Abambres Carneiro; Presidente de Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, Hugo Manuel Alves da Silva. -----

Registou-se o seguinte pedido de renúncia de mandato de membro da Assembleia Municipal: José Miguel Lucas Oliveira Coelho, CDU/PCP; -----

Registaram-se os seguintes pedidos de suspensão de mandato pelo período de 365 dias, dos membros da Assembleia Municipal: Tiago José da Mata Morais Caldas, do PS, Gonçalo André Nascimento Alves, do CDS-PP. -----

No uso da palavra o senhor Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, disse: -----
Bom dia a todos, vamos dar início à reunião da Assembleia Municipal, verificamos que já existe quórum. Há uma questão prévia, que decorre da nova composição desta Assembleia Municipal. Referir duas questões: a primeira, gostaria que cada um dos membros da Assembleia Municipal, que não deseje integrar o grupo pelo qual foi eleito que o manifeste à Mesa. Como nós não temos, ainda, na totalidade, por parte dos partidos aqui representados, a indicação da composição do grupo, eu coloco a questão ao contrário, portanto, se alguém não quiser integrar o grupo pelo qual foi eleito, só tem que o manifestar, o CDS, já constituiu um grupo à parte, portanto, deixo esta questão prévia. A segunda questão prévia, é o uso da palavra, o que temos em vigor é o Artigo 26º, designadamente no Período Antes da Ordem do Dia “Regras de Uso da Palavra no Período “Antes da Ordem do Dia” diz o seguinte: -----

“1 - O tempo de intervenção no período de “Antes da Ordem do Dia”, será distribuído proporcionalmente pelos Grupos Municipais, tendo em conta a sua representatividade eleitoral, não sendo nunca inferior a cinco minutos por grupo.” -----

“2 - A cada Grupo Municipal cumpre gerir e controlar o tempo atribuído, sem prejuízo da competência e das funções da mesa, sendo permitida a cedência do tempo entre grupos, excepcionalmente.” -----

“3 - Os tempos de intervenção de cada Grupo Municipal no período Antes da Ordem do Dia, ficam assim distribuídas: -----

- a) PSD 26 (vinte e seis) minutos; -----
- b) PS 24 (vinte e quatro) minutos; -----
- c) CDU, 5 (cinco) minutos; -----
- d) CDS 5 (cinco) minutos. -----

O número 3, não é aplicável porque as forças aqui representadas são mais do que as que aqui está indicado no Regimento atual. Portanto temos 3 hipóteses, aplicando, somente, o ponto um do Regimento, dá-nos a seguinte distribuição: -----

A hipótese 1- PS 16 minutos, PSD 9 minutos, CDS-PP 5 minutos, CDU 5 minutos, BE 5 minutos, CH 5 minutos, Independentes pela nossa Terra Sempre 21 5 minutos, Unidos por Moreiras 21 5 minutos e Independente Juntos pela Freguesia de São Vicente 5 minutos, total 60 minutos. Esta é a hipótese que decorre do próprio Regimento, já que o Ponto 3, não é aplicável, ate, porque, há aqui um erro que diz no Ponto 3 “Os tempos de intervenção de cada grupo municipal no período da ordem do dia” querer-se-ia dizer “no período antes da ordem do dia”, mas a verdade, é que durante o mandato anterior ninguém deu conta deste lapso. Mas temos de tomar uma decisão. A hipótese



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

2 era distribuir o tempo equitativamente, aplicando só a primeira parte do número 1, dava-nos: PS, 34 minutos; PSD, 19 minutos; CDS, 2 minutos; CDU, 46 segundos; BE, 46 segundos; CH, 46 segundos e todos os Independentes 46 minutos, totalizava 60 minutos. A hipótese 3 que é, em vez do mínimo de 5 minutos, passar a dar o mínimo de 3 minutos às pequenas representações, seria: PS, 25 minutos; PSD, 14 minutos; CDS, 3 minutos; CDU, 3 minutos; BE, 3 minutos; CH, 3 minutos e independentes, 3 minutos. Isto porquê? Porque a própria lei diz que o Período Antes da Ordem do Dia está limitado a 60 minutos. Portanto, eu gostaria de ouvir os líderes dos grupos, aqui representados, sobre esta questão. -----

Vítor Carlos Teixeira Pimentel, pelo **CDS-PP**, disse: -----
Bom dia, caro senhor Presidente da Mesa, caro senhor Presidente da Câmara e Vereadores, caros Presidentes de Junta, caros Deputados Municipais, órgãos de comunicação social e flavienses aqui presentes. Parece-me que a medida mais justa, atendendo a que com o tempo atribuído de 46 segundos que se perderiam nos cumprimentos, seria aquela que está neste momento a ser refletida no quadro por uma questão de equidade entre os vários grupos municipais. -----

Manuel Justino Matos Cunha, pela **CDU**, disse: -----
Bom dia a todos, acho que temos de conseguir conciliar dois aspetos que são: Ou queremos que haja intervenção política ou não queremos. Há muitas formas de não querer, é ser rígido, não fugindo aos resultados eleitorais e atribuir tempos que na prática não dão para expor nenhuma ideia. Vou dizer uma coisa que, se calhar, sou eu que não entendo. Não tinha entendido. Quer dizer que os tempos dos Presidentes, se é que eu percebi, dos Presidentes de Junta eleitos em listas independentes, tivessem a mesma correspondência das forças que se candidataram à Assembleia Municipal e obtiveram votações? E a da CDU, não foi nenhum exagero, como toda a gente sabe. E, portanto, pedia que se pensasse nesse aspeto, há 3 Presidentes de Junta envolvidos, penso que é desejável que toda a gente possa expor as suas ideias e dar as suas opiniões. Acho que restringir os tempos das forças que tendo tido menores votações, mas que têm alguma representatividade no Concelho, a tempos que não permitam a intervenção, acho que não é de bom senso, não é? Na prática, é dizer que os eleitos do Bloco de Esquerda, do Chega, da CDU e do CDS, ainda que, estes, nas listas com o PSD, não têm direito a expor as suas posições, não é? Como digo, acho que se deve respeitar a proporcionalidade e encontrar um bom senso que permita que quem teve mais votos, tenha mais tempo para falar, inquestionavelmente, mas ver se é necessário, em nome de 3 listas independentes, que têm todo o direito de expressar as suas opiniões, mas não me recorde nunca de se ter posto esta questão na Assembleia. Depois a Assembleia é soberana para decidir. -----

No uso da palavra o senhor Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, efetuou alguns esclarecimentos: -----

Caro Deputado, também acontece que é a primeira vez que há uma representação tão diversificada na Assembleia Municipal. Portanto, eu quero dizer o seguinte: eu distribuí essa folha aonde menciona, precisamente, o número de Membros que cada partido tem: o PS, 45 membros; o PSD, 25 membros; o CDS, 3 membros; a CDU 1 membro; o BE 1 membro; o CH 1 membro e os Independentes, 1 em cada lista. Os Independentes foram eleitos, eles apresentaram-se ao eleitorado através de movimentos, portanto, têm a mesma representatividade aqui na Assembleia que tem um membro eleito diretamente. Não podemos cortar a sua representatividade, eles são representantes de eleitores, são membros por inerência, por serem Presidentes de Junta, se não lhe dessemos esta hipótese, não podiam falar. A outra alternativa é, estes 3 Presidentes de Junta decidirem a sua integração num dos grupos parlamentares que existem, mas isso, já tem que ver com a vontade dos próprios. -----

Brigite Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, pelo **PS**, disse: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Senhor Presidente da Mesa, senhora e senhor Secretário, senhor Presidente da Câmara, senhora e senhores Vereadores, caras e caros membros eleitos, senhoras e senhores Presidentes de Junta e demais presentes, bom dia a todos. Aproveito para desejar um bom mandato a todos os eleitos, a todos os inerentes e também ao executivo, certamente que é o desejo de todos os presentes que o executivo tenha um profícuo trabalho em prol de Chaves e de todos os flavienses. Quanto a esta temática, aquilo que eu venho sugerir ou dizer à Mesa, já o senhor Presidente da Assembleia Municipal o foi referindo. É verdade o que o membro eleito da CDU refere. Mas também é verdade que estamos vinculados a 2 questões legais e imperativas e não podemos fugir delas. A primeira é a limitação dos 60 minutos para o Período Antes da Ordem do Dia, portanto, são 60 minutos que temos para distribuir. A segunda, é que nunca tivemos tantas e tão diferentes forças políticas representadas neste fórum, pelo menos que eu tenha memória, e já cá ando há uns anitos. A única maneira que eu estou a ver de se poder contornar, de alguma forma, isto, mas dependerá sempre da vontade dos próprios. Porque cada indivíduo eleito por cada força política, no caso de ser só um, representa em si mesmo um grupo municipal e, portanto, a única forma é cada um destes 3 eleitos declarar por si, autonomamente, que deseja integrar o grupo municipal X, A, C, ou D, ou os 3 formarem, por si próprios, também um grupo municipal. Agora, esta declaração só aos próprios e a cada um deles compete. Da parte do Partido Socialista, ficam desde já convidados a integrar o nosso grupo municipal, sendo certo, também, que em termos de tempo, somos o grupo municipal que estará mais à vontade, passe a expressão, mas decorre também daquilo a que não podemos fugir, que é a representatividade inerente aos resultados eleitorais, não obstante, haver outras hipóteses que até confeririam ao Partido Socialista mais tempo. Quanto a nós, estamos muito confortáveis com esta hipótese número 1, dos 16 minutos. Quanto ao mais, depende de cada um dos grupos municipais, e reitero o convite aos senhores Presidentes de Junta eleitos em movimentos independentes para integrarem o grupo municipal do Partido Socialista. -----

No uso da palavra o senhor Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, efetuou alguns esclarecimentos: -----

Caros deputados, a hipótese 1 é aquela que decorre naturalmente do Regimento vigente. O ponto 3, necessariamente, não pode ser tido em consideração, porque diz expressamente quais são os partidos que compunham a anterior Assembleia, o que desde logo nos diz que no próximo Regimento não devemos incluir este ponto, porque isso é sempre limitativo. Porque a qualquer momento pode haver alteração na composição dos grupos, isso cria-nos logo um problema de distribuição de tempo. Portanto, a hipótese 1 que é: PS 16 minutos, PSD 9 minutos e os restantes 5 minutos, é aquela que decorre naturalmente do Regimento. Na certeza, porém, que em sede de proposta de novo Regimento será dada a redação que for entendida neste artigo 26º que nos diz quais são as regras de uso da palavra no Período Antes da Ordem do Dia. Gostaria de ouvir o representante do PSD. -----

António Pedro de Nobre Carmona Rodrigues, pelo **PSD**, disse: -----

Bom dia, queria cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia, senhora e senhor Secretário, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhores Presidentes de Junta. Nós entendemos que pese embora o Regimento atual conduzir à hipótese número 1, aqui apresentada, também entendemos, um pouco, a posição do grupo do Partido Socialista. Acho que esta situação deveria ter sido de alguma forma acautelada, para justamente ter a maior flexibilidade possível, face a situações que possam decorrer no futuro do número de candidaturas. Mas, também nos parece que seguramente a hipótese 2, estará fora de questão, parece-nos que diríamos que não cumpre os mínimos de intervenção. Quanto a nós, 3 minutos já configurará isso, mas também acolho a ideia de que poderá haver aqui vantagem em haver agrupamentos, digamos, associações. Mas, também não resolve totalmente a questão, porque depois a distribuição do tempo é gerida dentro de cada uma dessas associações. E, portanto, nesta fase, senhor Presidente, eu diria que seguramente a hipótese 2 não colherá a nossa simpatia, entre a 2 e a 3, eu entendo que seria desejável, no nosso ponto de vista, a hipótese 3. Muito obrigado. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Encerrou este debate o senhor Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**. -----
A Mesa entende o seguinte: Iremos, nesta reunião, adotar a hipótese 1. Em sede de elaboração do novo Regimento, os senhores deputados entenderão melhor qual é a solução que agrada a esta Assembleia. Estão de acordo com a interpretação da mesa? Isto dá-nos a possibilidade de, hoje, avançarmos para o Período Antes da Ordem do Dia. Interpreto o silêncio como concordância, muito obrigado. Vamos dar início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

De seguida, o senhor Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, antes de dar início ao Período Antes da Ordem do Dia, passou a palavra ao 1º secretário da Mesa, **Anselmo José Martins**, que deu conhecimento dos convites, expediente, pedido de renúncia de mandato, pedidos de suspensão de mandato e pedidos de substituições que deram entrada no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, até esta data. -----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

Seguidamente deu-se entrada no período antes da Ordem do Dia, tendo sido apresentados os seguintes documentos: -----

Grupo Municipal do CDS-PP- Moção “Pela defesa do centro histórico comercial”. -----

“No dia 7 de dezembro, abriu mais uma grande superfície comercial em Chaves. Vamos com 7 hipermercados para menos de 40 mil pessoas o que nos deve dar dos maiores rácios do país. --- Mais, grave que isso é quando a deficiente, ou mesmo a ausência de planeamento rodoviário nos faz, quase sem querer, entrar nos ditos espaços. -----

O novo hipermercado tem entrada VIP através da Av. Tenente Valadim, avenida essa, que há pouco mais de um ano viu ser-lhe fechado o sentido de trânsito de entrada no centro da cidade. -----

Esse sentido de trânsito, que facilitava o acesso a mais de 200 lojas de comércio local no centro a cidade. -----

Não é aceitável, que agora, tenhamos cerca de 100 metros VIP nessa mesma avenida, para acesso a uma única e privilegiada superfície comercial, induzindo em erro inclusive quem pretende ir para o centro da cidade, causando o caos no trânsito. -----

Para um centro da cidade sem carros é necessário criar condições. Empresas e postos de trabalho não podem ser colocados em causa. -----

Essas condições, são criadas com espaços de estacionamento próximos do centro que permitam a fácil deslocação. O local onde hoje existe a tal superfície comercial, seria o local ideal para uma agradável zona verde, com lugares para estacionamento e bem perto de todo o comércio local. Infelizmente, esta não foi a opção. -----

Tente, pelo menos, minimizar-se o erro. -----

Essas condições, são criadas com criação de agenda e de serviços para que o movimento populacional parta do centro para o exterior e não “dispersar” para zonas afastadas, até que as dinâmicas no centro estejam bem enraizadas. -----

Essas condições são criadas, com políticas de defesa à valorização do que é nosso, e com a garantia de, pelo menos, haver uma igualdade de oportunidades. -----

Nesse sentido o Grupo Municipal do CDS-PP propõe à Assembleia Municipal de Chaves que: -----

- 1 A Câmara Municipal de Chaves proceda à alteração do sentido de trânsito na Av. Tenente Valadim, desde a rotunda do Santo Amaro, até ao acesso à Rua Dr. Augusto Figueiredo Fernandes, de forma a repor a justiça e a equidade de todos os flavienses. -----*

O grupo municipal do CDS-Partido Popular” -----

Seguidamente o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro** usou da palavra para fazer algumas considerações referentes a esta Moção. -----

Muito bom dia a todos. O primeiro cumprimento, particular, ao senhor Presidente da Mesa, à senhora Secretária, ao senhor Secretário, desejar que tenham um desempenho ao nível daquilo a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

que nos habituaram no último mandato, mas, sobretudo, desejar um bom trabalho e uma excelente sessão desta Assembleia Municipal, aos senhores Vereadores e senhora Vereadora, um cumprimento aos senhores membros desta Assembleia Municipal, também às e aos senhoras e senhores Presidentes de Junta aqui presentes, representantes de Juntas de Freguesia que, porventura, também estejam, ao Público, aos jornalistas, aos colaboradores do município que aqui afincadamente nos dão um suporte técnico necessário, antes de mais, bom dia a todos. As primeiras palavras são necessariamente para esta moção que foi apresentada pelo CDS, não sei se foi bem pelo CDS, se foi pelo Presidente da ACISAT, os papéis confundem-se muitas vezes, não sabemos se fala o Presidente da ACISAT ou se fala o Presidente da Concelhia do CDS, penso que há aí uma confusão permanente e contínua nesse aspeto. A título de questão prévia, eu gostaria muito de saber o que é que a ACISAT e designadamente o senhor Presidente tem feito em prol do comércio local, nomeadamente no que diz respeito à captação de investimento de empresas, de fundos europeus, de dinamização da economia, particularmente neste período de Natal e final do ano, que tipo de iniciativas relevantíssimas têm sido conseguidas no sentido de atrair e dinamizar o comércio do centro histórico e particularmente aqueles que são os seus associados? Também gostaria de saber, por exemplo, o que é que a ACISAT fez com os cerca de 20 mil euros que o Município de Chaves condescendeu e deixou de afetar àquilo que era o compromisso do contrato e do protocolo existente com o Município por causa da realização da Feira dos Santos? É que, verdadeiramente, tinham sido alocados à realização de 3 iniciativas de dinamização do comércio central, particularmente desfasadas daquilo que sejam os períodos de época alta, estamos a falar do verão, da Páscoa e também do Natal. E, portanto, gostaríamos muito de conhecer essas grandes dinâmicas, se foram incutidas, induzidas na economia local. Depois, dizer que já percebemos e conhecemos esta forma pouco elevada de fazer política, em que se fazem sempre insinuações na comunicação social, em todos os meios de exposição e nas redes sociais acerca daquilo que é a ação do município. E, portanto, sobre isso gostaria de dizer aqui mais algumas considerações. Primeiro, relativamente à execução da via e da requalificação da Avenida Tenente Valadim, o projeto originário foi ainda concebido no mandato autárquico 2013-2017, sendo certo, que nós poderíamos “in extremis” fazer alguma alteração. Mas a verdade é que não fizemos alteração. Como sabem, os projetos que existem de requalificação das vias do município, pretendem reduzir a produção de dióxido de carbono e, ao mesmo tempo, aumentar os modos de circulação mais suaves e, sobretudo, incrementar aquilo que é fundamental nos dias de hoje que é uma vivência da cidade mais através da via pedonal. Todos nós conhecemos hoje os desafios globais. E o desafio global que nós temos, é o do ambiente. Sabemos todos que andamos claramente a combater as alterações climáticas, então a única coisa que nós podemos fazer de forma gratuita, é andar mais a pé. É termos, necessariamente, uma atitude mais pró-ambiente, e nessa perspetiva, existem na cidade, centenas e centenas de estacionamento, a menos de 10 minutos do centro da cidade. Portanto, eu não comungo daquela ideia de que cada loja tem que ter à sua porta um estacionamento disponível, a não ser que o próprio empresário possa fazer junto do seu estabelecimento um edifício que comporte na cave ou em algum dos seus edifícios adjacentes esse espaço de estacionamento. Dizer também que relativamente à afirmação da nossa economia, ela não se faz por promessas vãs, não! Faz-se com a ação, faz-se com uma ação decisiva. Portanto, gostaria aqui de deixar algumas das muitas iniciativas que foram feitas e foram concretizadas no âmbito da CIM, naquilo que é a concretização da política nacional e da alocação dos fundos europeus. Gostaria de dar nota daquilo que tem sido o investimento que tem sido conseguido neste Concelho na área comercial e na área empresarial. Portanto, vou deixar, apenas, algumas notas, algumas evidências daquilo que tem sido o trabalho afincado feito no âmbito da CIMAT, e aproveito para cumprimentar o primeiro Secretário aqui presente, o professor Ramiro Gonçalves. Mais uma vez, valorizar aquilo que tem sido o seu desempenho e esta atitude permanente de compromisso, de afirmação do nosso território e dos nossos recursos. Apoios públicos para as empresas no ano de 2021: SI Inovação Produtiva territórios do interior - o investimento total no Alto Tâmega foi de 40,2 milhões euros, destinado a nove empresas. Em Chaves o investimento total foi de aproximadamente 900 250 euros, sendo apoiadas 3 empresas com aproximadamente 382 412



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

euros; SI2E, investimento total de aproximadamente 712 324 euros, sendo apoiados 13 projetos no valor de aproximadamente 354 324 euros; PDR – Medida Leader – investimento total de aproximadamente 1 milhão e 920 mil euros, sendo apoiados 55 projetos com aproximadamente 993 500 euros; PAPN – Programa de Apoio à Produção Nacional, no âmbito do PDCT do Norte 2020 investimento total no Alto Tâmega 7,2 milhões euros, destinado a 160, em Chaves o investimento total foi aproximadamente de 5,660 milhões e o apoio foi aproximadamente de 3,175 milhões, foram beneficiadas 57 empresas; Programa +COESO Emprego com apoio a 100%, o investimento total no Alto Tâmega foi de 8,4 milhões, foram beneficiadas 98 empresas. O investimento total em Chaves foi de aproximadamente 4,3 milhões, foram beneficiadas 50 empresas. O investimento total em Chaves foi de 8.4 milhões e beneficiou 98 empresas. Isto representou para Chaves, para o Concelho de Chaves um investimento total de 4 294 794 31 euros, beneficiando por esta via 50 empresas. Depois, dizer também, que durante o período da pandemia o Município de Chaves, pese embora a situação financeira que atravessava, e que ainda não superou, apesar das melhorias significativas, que houve um conjunto de medidas de apoio e vou falar apenas à economia e ao tecido empresarial. No Programa Municipal de Apoio às Empresas e Empresários foram beneficiadas 524 empresas e empresários no total de 477 mil 750 euros. Houve também isenções das taxas, a esses mesmos empresários, que beneficiou 27 estabelecimentos comerciais, cerca de 13 mil euros. Mas, também houve, como sabem, uma isenção de pagamento de taxas a feirantes, vendedores e operadores de mercado que beneficiou 113 operadores num total de benefício de 63 mil 950 euros. Por sua vez, também dizer, que houve uma medida de apoio especificamente aos nossos restaurantes, que são muitos, são mais de uma centena. Como penso que sabem, houve distribuição de embalagens de restauração aos restaurantes e às IPSS, que beneficiou 128 restaurantes, repito 128 restaurantes 4 IPSS, distribuímos 342 mil e 700 embalagens o que importou num custo de 37 412 91 euros. Portanto, dizer claramente que o apoio, a intervenção, a cooperação, a dinamização da economia local se faz com medidas e, portanto, são medidas que nós esperamos que o líder do CDS, que é também o Presidente da ACISAT, o possa fazer no seu território. Portanto, esperamos decisivamente essa intervenção, absolutamente decisiva e crítica. Depois, dizer outra coisa muito importante, pois também é preciso corrigir aquilo que foi dito relativamente à questão relacionada com os modos de circulação e a sinalização na envolvente a esse estabelecimento comercial. Como sabem, e a moção até parece escamotear este facto, não compete ao município, não tem essa competência legal de definir, de mapear, de identificar o número máximo, o número médio ou o número mínimo dos estabelecimentos comerciais em função da sua dimensão, corrigindo ainda, que não estamos a falar de grandes superfícies, mas de médias superfícies. Mas de qualquer das formas fica esta menção. E, portanto, significa que a economia de mercado, a mim estranha-me que sendo alguém do CDS, venha defender exatamente o inverso da economia de mercado. Então, a economia de mercado só vale para algumas coisas, não vale para tudo? E, portanto, o que eu digo é relativamente a esta matéria. É insuspeito o partido que eu represento, porque defende exatamente o inverso. E há outra falácia, não é mais um estabelecimento comercial, é o mesmo estabelecimento comercial, que sai do rés-do-chão de um edifício que causou durante anos e anos problemas de vizinhança, problemas de acessibilidade, problemas de logística e problemas com as descargas. E, portanto, isto é falácia, dizer que é mais um, não é, quanto às suas dimensões, reconheço que não fui medir com fita métrica, não sei se tem mais 50m, se tem menos 50m, não sei, sinceramente! Quanto ao processo de licenciamento, a competência não foi exercida por mim na fase de apreciação da arquitetura. Mas dizer-lhe mais uma vez que é falácia, não é mais um. Mas, ainda que fosse mais um, o desafio que se lança aqui é, que instrumentos legais tem o Município, a não ser ilegais, para condicionar a atividade económica, desde que aquilo que é a afetação, o uso do espaço, permita desenvolver esse tipo de atividades? Como sabem, esse documento disciplinador de usos e das afetações é o Plano Diretor Municipal em vigor, e nesta perspetiva qualquer um dos presentes, que tenha um terreno, pode usá-lo, cumprindo as regras regulamentares da afetação que pretende. Depois, dizer mais, e eu já o disse antes, o projeto que nós executámos, foi um projeto concebido no mandato 2013-2017, que nós não alterámos e, portanto, significa que concordámos. Mas ainda, quisemos validar qual era o sentido que tinha mais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

interesse, para tal, contratámos durante 15 dias um conjunto de pessoas para fazer o quê? Para fazer a identificação das pessoas que entravam e que saíam naquela via e, curiosamente, o estudo pode ser entregue aos membros da Assembleia Municipal, aquela via era tradicionalmente mais usada para sair do que para entrar. E, portanto, em função disso, mas também, em função do estudo de mobilidade que existe para a cidade, designadamente a interseção com a plataforma giratória e distribuição de trânsito que é, por exemplo, o Jardim do Bacalhau, o sentido em contrário arranjava conflito, designadamente em direção à rua de Santo António. Portanto, por causa dessas questões e de acordo com as informações técnicas, e sinceramente, eu sei que normalmente dizem que os Presidentes de Câmara sabem tudo, mas eu não sei tudo, portanto, acolhendo as propostas dos técnicos que entenderam que com base naquilo que foi o estudo do tráfego dessa via e aquilo que foi a solução de mobilidade rodoviária na cidade, que aquela seria a melhor solução. Mas, ainda assim, permito-me contar aquilo que foi uma tentativa *in extremis*, de poder manter naquela via 2 sentidos, e porque o processo de financiamento comunitário da requalificação daquela via estava em fase final, quisemos ainda tentar encontrar uma solução que permitisse alargar a plataforma, adquirindo terrenos adjacentes à via, entre a rotunda do Santo Amaro e a casa do doutor Lobo. Fizemos algumas diligências, mas esbarrámos numa das diligências. Um conjunto de proprietários estariam disponíveis para ceder algum terreno, mas a verdade é que o doutor Lobo foi irredutível na possibilidade de nós podermos fazer um deslocamento, uma redução da sua área e movimentando o seu muro, permitindo uma via nos 2 sentidos. Essa ambição ainda existe, e não só, também existe a ambição de podermos alargar a ponte sobre o Ribelas, de forma, a que aquela via, possa ter dois sentidos. Ainda existe, só que é um processo administrativo exigente que implicará um processo de expropriação e implicará também que decorra algum tempo por causa do financiamento comunitário daquela intervenção. Depois, queria dizer que não é verdade que o Município tenha feito uma via dedicada ao estabelecimento comercial conhecido por Pingo Doce, porque aquela via foi feita pelo próprio Pingo Doce, não foi feita pelo Município. Queria aqui recordar que no que diz respeito às obras de urbanização, às obras na envolvente, nas vias, nos jardins e noutro tipo de infraestruturas, o que consta do processo de licenciamento é que a empresa teve que investir, excluindo aquilo que é o custo do próprio edifício, 536 mil euros. Portanto, toda aquela intervenção que foi feita, designadamente as vias em que o senhor membro desta Assembleia Municipal diz que foi uma via feita pelo Município, não! Foi feita pela própria empresa. Na minha perspetiva, aquela intervenção permitiu requalificar e valorizar urbanisticamente aquele espaço. Quem não o conhecia? Ainda é possível conhecê-lo, se virem fotografias antigas, era uma zona que precisava de uma requalificação urbanística, era desejável e era urgente. A verdade é que esta intervenção requalificou aquele espaço, conseguiu ao mesmo tempo dar outro tipo de acessibilidade, sobretudo, aos prédios que existiam nas suas costas, os dos Moreiras, como são conhecidos. Curiosamente, alguns proprietários já me manifestaram um outro tipo de opinião, outro tipo de exposição e outro tipo de valorização. Perceberam que a via que entra, que dá acesso e que não é exclusiva do Pingo Doce, mas que dá acesso e que intercepta na rua do Ribelas, permite o atravessamento do Ribelas e que permite, depois, chegarem à rua da Muralha. Portanto, dizer claramente que o que aqui foi dito não corresponde à verdade. Mas queria ainda, sobre esta matéria, dizer outra coisa muito importante, então não é que o CDS que é um partido à direita, tão à direita que muitas vezes, em alguns aspetos, se confunde com os partidos mais à sua direita e, portanto, até vamos perceber como é que vai posicionar-se em termos políticos nas próximas eleições legislativas. Então não é que mais uma vez é um partido intervencionista! Queria que o Município comprasse um terreno ou o adquirisse por expropriação e fizesse uma zona verde e fizesse estacionamento, isso está um muito mais à esquerda, de facto, é mais do que o PCP e de algumas medidas do Partido Socialista, em que defende um intervencionismo maior. Eu defendo uma regulação mais forte, mais capaz, mas acredito muito na economia de mercado. Sobre isto queria dizer o seguinte: é verdade que nós podíamos comprar tudo e mais alguma coisa, desde que tivéssemos dinheiro, ou o senhor membro desta Assembleia Municipal esquece-se efetivamente da situação financeira que o Município se encontrava e da dificuldade que ainda tem? Ela está expressa nos documentos financeiros. E, portanto, significaria gastar 2, 3, 4 ou 5 milhões de euros



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

nessa requalificação. Seria, na minha perspetiva, acabar com a esperança que todos temos e com ambição que eu tenho de concretizar uma obra fundamental que é a piscina coberta. Confrontado entre a aquisição de um terreno privado com a respetiva requalificação urbanista e não fazer as piscinas cobertas, eu fico-me com as piscinas cobertas. Muito obrigado a todos. -----

Seguiram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal: -----

Vítor Carlos Teixeira Pimentel, pelo **CDS-PP**, disse: -----

Excelentíssimo senhor Presidente da Mesa, restantes membros, senhor Presidente da Câmara, caras e caros senhores Presidentes de Junta, caros Membros desta Assembleia, renovo os cumprimentos a todos. -----

Senhor Presidente, eu, estou aqui como Deputado Municipal do CDS, e não faço qualquer tipo de comparação com a associação a que eu presido. Até porque a minha associação tem várias sensibilidades políticas nos seus órgãos, e nunca, em nenhum momento, serviu para atacar ou para fazer o que quer que seja ao Município. Também não confundo a sua posição enquanto Presidente do PS Chaves, com a de Presidente da Câmara e, portanto, agradeço que não faça novamente esse tipo de considerações. Quanto ao resto, deixe-me dizer-lhe que aquilo que levantou aqui sobre a feira dos Santos é falso. Primeiro, o senhor Presidente sabe bem, porque todos os anos lhe é apresentado um relatório que os 20 mil euros nunca foram o lucro da feira dos Santos desde 2019 a esta parte. Segundo, porque em 2019, as obras no Jardim do Bacalhau nos obrigaram a um investimento muito maior, em 2020 não houve feira e em 2021 ainda estamos a fechar contas. Portanto, perante esse assunto, acho que estamos conversados. De resto, posso dizer-lhe que temos 127 assinaturas de pessoas que se sentem prejudicadas pela situação criada. Nunca disse em parte nenhuma que foi o Município que fez a entrada para o Pingo Doce, mas permitiu-a. Deixe, também, dizer-lhe que o acesso que dá origem à zona da muralha, está efetivamente bem feito e serve também de acesso ao próprio hipermercado. Congratulo-me em saber que, efetivamente, o Município tentou adquirir terrenos para permitir a abertura das 2 faixas, isso mostra que a moção que nós trouxemos aqui, faz sentido. Portanto, não percebo esta críspação na primeira intervenção, temos 4 anos pela frente e não faz sentido nenhum. Quanto ao facto de a loja ter sido uma passagem de um rés-do-chão para outro edifício, sim senhor, é verdade, mas comparar a loja antiga com a loja atual é mais ou menos como comparar o Ribelas ao Rio Mississipi. Quer dizer, estamos a falar aqui de uma desproporcionalidade muito grande. Eu faço esta intervenção porque, sabemos perfeitamente, que neste tipo de locais, existem todos os bens necessários possíveis e imaginários. Naturalmente que é a lei de mercado a funcionar, é verdade, mas também temos que ter em conta que é difícil sobreviver por conta própria, quando temos empresas com marketing muito superior que estão ali a 2 passos de distância da nossa loja. É só isso que eu estou a dizer. Eu não sou contra as grandes superfícies, mas construam-se nos perímetros das cidades. Quando isso não é possível, vamos tentar minimizar aquilo que aconteceu, temos uma grande superfície no centro, pelo menos que se permita a entrada na cidade através daquela via. Se bem me lembro, o senhor Presidente quando fez o referendo da ponte romana, até nos disse numa reunião preparatória que privilegiava sempre o sentido de entrada na cidade e que, possivelmente, no que dependesse de si, o sentido a abrir na ponte seria da Madalena para Santa Maria Maior. Portanto, não percebo o porquê, sinceramente, desta críspação toda perante a moção apresentada, penso que não foi ofensiva, se acha que foi ofensiva, apresento-lhe, desde já, as minhas desculpas. Tenho dito. -----

No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, respondeu às questões que lhe foram colocadas. -----

Renovo os cumprimentos à Mesa, aos senhores Vereadores, aos senhores Membros desta Assembleia Municipal. De facto, esta forma sibilina de fazer política a que já nos vai habituando, de facto, não corresponde depois, a estas intervenções que vem fazer aqui. Porque, quem conhece as intervenções que faz no espaço público, percebe o que é que pretende e o que é que o motiva, portanto, sobre esta matéria dizer-lhe o seguinte. Primeiro, um aspeto que, há pouco, me esqueci



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

de referir, esta intervenção serviu também para legalizar uma intervenção que foi feita ilegal em executivos anteriores, que foi aquela ponte que foi feita sobre o Ribelas, estava ilegal. Aproveitámos aquela ponte metálica que havia sobre o Ribelas, aproveitou-se para a legalizar junto da Agência Portuguesa do Ambiente, e ao mesmo tempo, ampliá-la e dar-lhe a solidez necessária. E, portanto, também aí houve uma obrigação que foi imposta ao próprio promotor. E, já agora, dizer que o promotor daquela requalificação urbanística não foi o Pingo Doce. Portanto, também houve aí alguma confusão que é importante esclarecer. A execução daquela intervenção é de um empresário da terra que já fez a outra, que a no anterior executivo, liderado pelo PSD, fez outra, agora, num executivo liderado pelo PS, parece que só o facto do poder autárquico estar em partidos diferentes, é que motivou estas posições diferentes. Mas enfim, são sinais dos tempos. Sobre a questão concreta, dizer-lhe que aquela intervenção, na minha perspetiva, requalifica aquele espaço, melhora aquele espaço. Quanto à questão de, porventura, esta superfície poder naturalmente com os meios e recursos que tem, tais como: economias de escala, capacidade de fazer promoções, capacidade de fazer marketing, naturalmente têm mais meios que outros, mas eram os meios que já existiam. Curiosamente, o grupo é o mesmo, já tinha cá uma unidade, agora tem duas. Portanto, significa que os recursos eram os mesmos. Dizer outra coisa, muito sinceramente, na área do retalho a concorrência já é pouca, porque já existem poucos comerciantes que tenham na cidade, naquele modelo, com aqueles moldes de comércio. Portanto, naturalmente que terão que encontrar nichos de mercado mais pessoalizado, valorizando, por exemplo, aspetos de atendimento e de outras medidas que os tornem mais concorrenciais. Mas eu não ensino nada a ninguém, aliás, quem está nesta sala e que é empresário, que é comerciante, sabe uma coisa muito simples, que a concorrência é constante, é diária e que todos os dias têm que se reinventar e não podem esperar que o governo ou, neste caso, o governo local imponha medidas restritivas. Se calhar, toda a gente gostaria que nos hipermercados, ou nos outros estabelecimentos comerciais, ou até nas cabeleireiras, ou nas esteticistas, houvesse um limite administrativo, como existe nas farmácias! Não sei se é isso que defendem, não faço ideia, se é essa a visão que têm da nossa economia, para mim, eu acho que neste momento, com aquilo que já é a difusão dos estabelecimentos comerciais de retalho presentes no território nacional, que não há muito a fazer, a não ser, reinventar-se espaços comerciais e, naturalmente, apostar-se naquilo que são a diferenciação. Portanto, o Município de Chaves estará sempre disponível para com os nossos empresários, com os nossos comerciantes, com as medidas de apoio necessárias em que nós possamos ser úteis e possamos ser um ativo positivo, um ativo que possa contribuir para a sua afirmação. Portanto, nessa perspetiva, estaremos sempre, disponíveis para a diferenciação, seja para afirmar o pastel, relativamente àquilo que possam ser, eventualmente, iniciativas de promoção, seja, enfim, para, eventualmente, afirmar a nossa hotelaria, a nossa restauração, ou outros tipos de atividades relevantes que nós tenhamos no território. O Município estará sempre na liderança, aliás, como esteve em tempos de pandemia, apoiando na justa medida das suas capacidades. Depois dizer-lhe outra coisa muito simples, esta moção o que pretende fazer aqui, é basicamente fazer politiquice, porque, se verdadeiramente, o que se pretendesse fosse outra coisa, se quisesse contribuir para a dinamização comercial, porventura, poder-se-iam ter outras medidas, por exemplo, medidas que pudessem dinamizar, sabendo que este ano, porventura, não o podíamos fazer por causa do incremento da pandemia e designadamente deste incremento de contágio. Portanto, significa que incrementar a mobilidade e a concentração de pessoas no local não seria possível, mas é possível, se calhar, pensar no próximo ano em medidas que possam ajudar os nossos comerciantes. E, portanto, essa visão, sim, agora para fazer essa política, eu recordo-me que foi uma medida mais ou menos parecida, quando foi licenciado o estabelecimento comercial do Bom Dia, na rotunda do monumento, a perspetiva foi a mesma. É curioso, os mais críticos são agora os mais fiéis utilizadores do espaço, espero que agora não aconteça o mesmo também com este. Foi aqui focado um aspeto de inverdade e, portanto, eu tenho que referir aqui dois aspetos, muito sinceramente, esta confusão do CDS com a ACISAT, foi Vossa Excelência que a criou, não foi mais ninguém. E, portanto, significa que tem que assumir essa questão, se calhar, no futuro, será preciso dizer, estou na qualidade de Presidente do CDS, estou na qualidade de Presidente da ACISAT, porque quando



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

escreve no jornal já faz essa diferenciação. Relativamente à Feira dos Santos, é verdade que ainda continuamos com a receita do ano 2019 sem utilização, em 2020 não houve Feira, em 2021 não há ainda qualquer apuramento dos resultados, entenda-se, mas houve um ano em que houve, de facto, lucro, lucro esse, que não sei se foi de 16 mil, se foi de 17 mil, se foi de 18 mil ou se foi de 20 mil, agora se, eventualmente, a ACISAT se quiser demitir da organização da Feira dos Santos, eu posso deixar aqui um compromisso, ela não deixará de ser feita. Obrigado. -----

Vítor José Gomes, pelo **CH**, disse: -----

Bom dia. Antes de mais, quero saudar todos os membros presentes. Relativamente à moção, estive a falar-se aqui muita coisa, mas acho que temos que ser mais concretos, obviamente que se fechou uma estrada que dava acesso à cidade. Falou-se aqui da acessibilidade e que deve haver cada vez menos poluição, concordo, mas eu próprio como cidadão, há uns anos atrás, propus, ainda não havia os TUCs, propus que devia haver transporte urbano não poluente, ninguém quis saber. Apareceram os TUCs que são movidos a combustível, havia a possibilidade de serem movidos com base num projeto inovador que seria a ar comprimido ou a outras alternativas, possivelmente. Se nós formos ver os comerciantes, há aqui bastantes, ninguém, se calhar, tem um pouco de tempo para ir falar com os comerciantes. Vi muita gente a chorar por causa da pandemia, muitos comércio que estão a fechar, mas também não é só a pandemia, claro, cada vez mais abrem grandes superfícies e a culpa também é dos flavienses, em vez de irmos aos pequenos comerciantes, vamos às grandes empresas. Acho que tem que ser um trabalho de todos, obviamente as grandes empresas fazem falta, mas está-se a falar de economia, não é a economia local, esse dinheiro não fica na cidade, se queremos que a economia flaviense suba, temos que apoiar o comércio tradicional e fazer eventos. Puxar pela economia do comércio local. Relativamente, a que não haja poluição, também há outros meios e temos que ser todos a discutir isso e a pensar noutras alternativas. Obrigado, era só. -----

Colocada à votação a Moção foi rejeitada, com 49 votos contra, 22 votos a favor e 8 abstenções. -----

Grupo Municipal do PSD – Moção “Louvor e Reconhecimento dos Profissionais de Saúde em tempo de pandemia”. -----

Moção -----

“Sendo evidente que está a decorrer em Portugal e na nossa região a quarta vaga da pandemia de covid 19, agora com a variante Ómicron, obrigando o governo a implementar mais medidas restritivas de mobilidade e liberdade individual, impondo redução nos contactos sociais e trazendo uma vaga de trabalho acrescido para os profissionais de saúde, a bancada do PSD submete para aprovação a seguinte moção. -----

O desempenho, dedicação e resiliência demonstrada pelos profissionais de saúde que prestam serviço no Concelho de Chaves e do Alto Tâmega, permitiu tratamento adequado e atempada dos doentes covid e manutenção de níveis muito elevados de atendimento aos doentes não covid durante a pandemia. -----

Por isto, são os profissionais de saúde merecedores de público Louvor. -----

Propomos a aprovação desta moção e a comunicação a todas as entidades e organizações envolvidas”. -----

Seguiu-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----

Francisco António Taveira Ferreira, pelo **PSD**, disse: -----

Bom dia a todos. Senhor Presidente da Assembleia, senhora Secretária, senhor Secretário, senhor Presidente da Câmara, senhora e senhores Vereadores, caros companheiros e restantes pessoas presentes. A moção que foi apresentada pelo PSD, propõe um louvor que quer dizer um reconhecimento, um enaltecimento e um verificar do trabalho dos profissionais de saúde ao longo da pandemia. Pretende contrapor-se a alguma comunicação que tem vindo a fazer-se e visa,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

fundamentalmente, motivar por reconhecimento do trabalho, da dedicação e do empenho dos profissionais que até agora deram um bom exemplo a nível europeu e até a nível mundial. Por isso, pedimos a vossa aprovação. Muito obrigado. -----

Encerrou o debate deste ponto o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, para fazer algumas considerações sobre a moção. -----

Renovo os cumprimentos à Mesa e a todos os presentes. Naturalmente que a motivação desta proposta peca por insuficiente, porque, certamente, haveria muito mais a dizer acerca daquilo que é o trabalho, o compromisso, a abnegação, a entrega e a dedicação dos profissionais de saúde. Realçar a exigência extra que esta pandemia lhes colocou, para além daquilo que é uma exigência constante, permanente e de uma grande dificuldade. Sabemos todos, dependendo da tipologia de cada um dos serviços, que prestam cuidados de saúde, mas ainda assim, de facto, uma exigência muito grande, fosse nas questões relacionadas, numa fase inicial, com a testagem em que houve uma necessidade de maior disponibilidade. Os recursos, apesar de terem aumentado, ainda assim, houve que fazer um esforço adicional por cada um e por cada uma das profissionais de saúde, isso também foi visível e patente no esforço absolutamente excecional que foi desenvolvido na fase mais intensa da vacinação e que agora se prolonga. De facto, percebe -se essa grande entrega e esse grande altruísmo desses muitos profissionais para além do profissionalismo que tiveram e evidenciaram naquilo que foram os cuidados de saúde que foram prestados pelas unidades todas que tiveram que atender e cuidar dos afetados pela covid 19, independentemente das suas variantes e, sobretudo, aqueles que estão num espaço mais crítico são os que prestam serviços mais diferenciados, como nós sabemos, na medicina intensiva. Embora essa moção não o faça, naturalmente que esse agradecimento, essa gratidão que todos temos que expressar, deve ser estendida a outros profissionais de saúde, desde a proteção civil, aos bombeiros, às forças de segurança, enfim, a cidadãos anónimos que, certamente, contribuíram para este esforço. Portanto, não sendo eu membro desta Assembleia Municipal, quase me atrevia a dizer que essa moção que foca em particular os profissionais de saúde, devia ser mais abrangente e devia também sinalizar, porventura, outros integrantes da nossa comunidade que tiveram um papel importante. Depois, queria dizer que o Município de Chaves, no que concerne aos profissionais de saúde que trabalham nos diferentes estabelecimentos de saúde, seja nos cuidados hospitalares, seja nos cuidados primários, nós já lhe fizemos esse agradecimento e esse reconhecimento. Não sei se se recordam, no dia da cidade, no dia 8/07/2021, fizemos em sessão solene, em função de uma decisão tomada pelos órgãos municipais, um reconhecimento do trabalho desenvolvido que foi depois expresso à Diretora Executiva do ACES e também aos membros do Conselho de Administração do Centro Hospitalar, quis traduzir esse reconhecimento que temos e que os órgãos do município têm relativamente ao trabalho desenvolvido e a desenvolver pelos profissionais de saúde. Muito obrigado. -----

Colocada à votação a Moção foi aprovada por unanimidade. -----

Ainda, neste período, seguiram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal: -----

Cristina Maria Inocência Imaginário, pelo **PS**, disse: -----

Bom dia. Cumprimento o senhor Presidente da Mesa, senhora e senhor Secretários, cumprimento o senhor Presidente da Câmara, na sua pessoa cumprimento os senhores Vereadores e a senhora Vereadora, membros eleitos para esta Assembleia Municipal, cumprimento todos Presidentes de Junta de Freguesia, cumprimento os demais presentes. -----

A questão que trago tem a ver com a saúde na Unidade Hospitalar de Chaves, questão esta, amplamente abordada pela oposição em várias Assembleias Municipais do mandato anterior, não de uma forma a reconhecer qual foi o investimento feito pelo executivo à época em funções, mas numa forma de transmitir às pessoas que o executivo não investiu nada para a melhoria da garantia dos cuidados de saúde das gentes flavienses. Posto, isto: -----

“Exmos. Senhores -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

“Convido todos os presentes a fazermos uma breve reflexão e um recurso à memória de longo prazo, no sentido de legitimarmos o que foi feito sobre esta questão pelo executivo anterior, liderado pelo Senhor Presidente Nuno Vaz. Contudo, reforço, que nesta área, as autarquias não possuem qualquer competência. Assim sendo, não constou do seu programa eleitoral em 2017. ----- Mas, importa dizer que o facto de não ter sido uma bandeira eleitoral sua, conseguimos compreender, pela obra feita na unidade Hospitalar de Chaves, que o senhor Presidente privilegiou esta questão, contrariamente do que foi afirmado em algumas Assembleias Municipais por alguns membros da oposição. -----

Permitam-me dizer, que todos estes benefícios decorrem do compromisso do senhor Presidente e de uma aposta conjunta com o governo liderado pelo Partido Socialista que tiveram um olhar cirúrgico em prole da defesa, da garantia e da melhoria dos cuidados de saúde prestados aos Flavienses e à população do Alto Tâmega. -----

Estou certa que se o governo da nação fosse liderado por outra força política, o senhor Presidente Nuno Vaz nunca deixaria de lutar em defesa da sua gente. -----

Ao longo deste período podemos constatar que, na Unidade Hospitalar de Chaves, ocorreu um reforço ao nível dos recursos humanos, não tanto como o que nós todos desejaríamos. Reforço na aquisição de equipamentos para meios de diagnóstico. Reforço na requalificação de serviços e do edificado e na implementação de valências médicas inexistentes. -----

Então vejamos no que se refere: à requalificação e criação de serviços destaco: -----

- Requalificação e beneficiação do bloco operatório, obra concluída e em pleno funcionamento. Alguns dos presentes consideravam que iríamos perder este serviço, pois enganaram-se, redondamente, temos um serviço requalificado e em funcionamento; -----
- Requalificação do Serviço de internamento de Pediatria; -----
- Instalação de uma Unidade de Cuidados Intermédios que se encontra em curso. Unidade esta, para apoio à urgência médico-cirúrgica e ao Bloco Operatório. [evitando a transferência de alguns doentes] -----
- Criação da Unidade de Cuidados Paliativos com 20 camas, encontra-se em fase de execução; -----
- Criação do Hospital de Dia de Hemato-oncologia; -----
- Reabertura do serviço de consulta da especialidade de Neurologia; -----
- Requalificação do Serviço de Esterilização em curso; -----
- Nova Sala de Radiologia digital (RX); -----
- Requalificação da central térmica e respetivas condutas; -----
- Entre outros. -----

Quanto aos recursos materiais -----

- Novo equipamento de Tomografia Axial Computorizada (TAC); -----
- Instalação de equipamento de Ressonância Magnética Nuclear; -----
- Aquisição de um RX portátil; -----
- Entre outros. -----

Relativamente à atividade clínica, verificou-se um aumento desta, entre elas: -----

- Consulta Externa; -----
- Consultas Subsequentes; -----
- Hospital Dia. -----

Permitam-me transitar para o período pandémico que vivenciamos e penso que se mantém. -----

Sobre esta questão enfatizar o empenho do Senhor Presidente na resposta ao combate da COVID-19 em parceria com o ACES no que se refere à infraestrutura adaptada, do Espaço Centro de Vacinação, e ao apoio logístico disponibilizado para o seu bom funcionamento. -----

Não esquecendo também o apoio proporcionado às famílias mais carenciadas, isto também é saúde. -----

Pois bem: senhor presidente, estou certa que os flavienses reconhecem o seu trabalho a sua determinação e por isso depositaram mais uma vez o voto em si. Isto quer dizer que está no rumo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

certo. Continue que terá o nosso apoio.” Tenho dito. -----

António Pedro de Nobre Carmona Rodrigues, pelo **PSD**, disse: -----

Senhor Presidente, renovo os meus cumprimentos e saudações a todos os presentes, estendendo também os meus agradecimentos a todos os funcionários municipais que profissionalmente prepararam esta reunião. Três notas breves que queria dar nesta intervenção. Realizou-se há poucos dias o 25º Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, de que eu tive a honra também de ser vice-Presidente, há uns anos. A moção final aponta para a constatação de que é fundamental a criação de regiões. Diz que a criação de regiões é um instrumento absolutamente fundamental para o desenvolvimento equilibrado do País, que só a criação de regiões administrativas potenciará a implementação de políticas territoriais mais próximas dos cidadãos e favorecerá uma aplicação mais efetiva dos fundos europeus. Os Municípios consideram urgente a criação do nível regional que propicie políticas públicas mais consistentes que favoreçam a capacidade competitiva dos territórios, etc, etc. Não sei se o senhor Presidente da Câmara esteve presente, admito que sim, ou se subscreveu ou não esta resolução final. Devo dizer que dois dias depois a Senhora Ministra da Coesão, terá dito que este é o governo mais centralista de sempre em Portugal, mas que depois pediu desculpa pelas frases infelizes que tinha dito. Também, há dois dias, percebemos que 80% dos empregos que vão ser gerados pelo Plano de Recuperação e Resiliência, vão ficar em Lisboa. Portanto, não venho, aqui hoje, senhor Presidente, defender ou não defender a regionalização, mas neste Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, o senhor Presidente da República e o senhor Primeiro-Ministro puxaram este tema para o debate político. Mais tarde ou mais cedo viremos a ser chamados, eventualmente, a um novo referendo. O que eu peço e sugiro, é que devemos estar todos preparados, não só os elementos desta Assembleia Municipal, mas os flavienses em geral. Devemos estar informados do que é que isto quer dizer. Eu próprio tive a honra de integrar a Comissão Parlamentar Independente sobre a regionalização e descentralização que entregou o seu trabalho encomendado pela Assembleia da República há dois anos e meio. Portanto, conheço bem os contornos do que é que está aqui em jogo, nunca foi feito um trabalho tão profundo sobre essa matéria. O que eu sugiro, é que quando surgir a oportunidade nós todos devíamos estar informados para podermos decidir bem. Portanto, senhor Presidente, acho que devemos estar a pensar a melhor forma e o melhor “timing” para fazermos um debate que permita a todos nós, podermos, mais tarde, participar num referendo de forma responsável. Dar nota, também, que nos devemos preocupar com estas recentes notícias sobre a TAP, enfim, que tarde em ter uma resolução definitiva. Já houve regiões deste país que já vieram reagir à questão, não do subsídio atribuído agora a TAP pela União Europeia, mas pelo facto de ter de reduzir 18 lotes de partidas e chegadas de aviões da TAP por dia em Lisboa. Já houve regiões do País que reagiram a perguntarem em que é que isso vai afetar a economia regional, o peso que tem na economia regional a TAP. Não sei se temos esses dados aqui ou não, mas temos que ter noção de que a TAP vai ser mais fraca, vai ter menos capacidade e esses lugares desses lotes vão ser preenchidos por outras empresas concorrentes, muitas delas, porventura, que fazem o rap de Lisboa de distribuição para a Europa dos voos intercontinentais. E, portanto, uma aposta turística como temos tido aqui na região e que muito investimento tem suscitado, poderá também ser defraudado, em parte, por causa desta situação da TAP, que eu não vejo nem sou otimista nessa matéria, embora o senhor ministro venha dizer que agora está a equacionar a venda ou a privatização da TAP, sem despedimentos, o que eu acho uma tarefa praticamente impossível. Outro ponto, senhor Presidente, diz respeito ao conjunto de instrumentos importantes que hoje vão ser aqui discutidos e votados. Dizer que esta é a primeira reunião deste mandato de quatro anos em que são apresentados, digamos, alguns desses instrumentos importantes para a gestão municipal deste período, deste mandato, e eu, sinceramente, esperaria que para além obviamente do conteúdo habitual destes instrumentos, houvesse uma visão, houvesse uma estratégia de desenvolvimento integrado do Concelho que cobrisse naturalmente as diversas áreas. Muitas delas já foram aqui faladas, da economia, da habitação, da mobilidade e dos transportes, do ambiente, dos apoios sociais, da cultura, etc. Falta um pouco, de facto, do meu ponto de vista, a esta visão.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Também os indicadores de desempenho da estratégia traduzidos em medidas que estão aqui subjacentes, que do meu ponto de vista também falta. Portanto, não basta dizer grosso modo que vamos e queremos fazer mais e melhor, o que é com certeza muito recomendável, mas também devíamos ter uma parametrização de objetivos quantificados e medidas concretas para este mandato. Dizer que, ou relembrar que os dados da “*ordata*” apontam para que em Chaves, o índice de envelhecimento em 1960, era substancialmente inferior ao de Portugal e ao do Norte do País, hoje é quase o dobro do de Portugal e do Norte do País. O PIB *per capita* que em 2001, era cerca de 53% do Norte de Portugal, hoje é um pouco superior, ou seja, estamos mais longe do valor do PIB per capita do Norte de Portugal. O Alto Tâmega está mais longe do Norte de Portugal e de Portugal do que estava há 20 anos atrás. Por esses motivos, devíamos ter uma perspetiva de evoluir na melhoria destes indicadores. Senhor Presidente, o terceiro ponto, muito rápido, é dar aqui uma nota pessoal de pesar pelo falecimento há 8 dias do senhor doutor juiz Nuno Aires, não sendo flaviense, era uma pessoa que muito fez pela Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro em Lisboa, ele era de Torre de Moncorvo. Deve-se a ele uma grande obra na Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro. Foi pela mão dele que eu me fiz sócio dessa casa em Lisboa, participei em vários eventos e tive o gosto também de ir lá várias vezes almoçar com dois grandes amigos, infelizmente já falecidos, José Maria Almeida Montalvão Machado e o José Manuel Vieira Ramalho, sobrinho do pintor João Vieira. Portanto, fica aqui a minha nota pessoal de pesar não pela morte de um flaviense, mas por uma pessoa que muito fez por Trás-os-Montes. Muito obrigado. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Altamiro da Ressurreição Claro**, no uso da palavra, informou que aderiram ao Grupo Municipal do PS, o Presidente de Junta de Freguesia de Cimo de Vila da Castanheira, Lúcia Maria Chaves da Silva e o Presidente de Junta de Moreiras, António José Alves Lopes, o que vem simplificar a distribuição de tempos, estas decisões vão ao encontro da intervenção do senhor membro desta Assembleia da CDU. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para efetuar alguns esclarecimentos. -----

Renovo os cumprimentos à Mesa, a todos os presentes, um cumprimento particular ao líder municipal do PSD, gostamos de o ver por cá, apesar que seja só na Assembleia Municipal, no lés a lés e pouco mais, portanto, continua a residir em Lisboa, é pena que não tenha a sua residência em Chaves para que conheça verdadeiramente o nosso Concelho e o nosso território. Isso é muito importante e agradecemos essa visão nacional que tem do território, mas nós somos muito bairristas, e de facto, temos esse prazer de que os nossos estejam por cá e que nos ajudem a construir o nosso futuro. Portanto, queria começar por dizer que estive na reunião da Associação Nacional de Municípios que decorreu em Aveiro, durante dois dias, com um intenso debate sobre uma série de questões, desde as questões de descentralização, questões que têm a ver com financiamento e o melhor financiamento das ações das autarquias, da melhor distribuição daquilo que são os fundos nacionais, questões relacionadas com o PRR, a execução do Portugal 2020, questões relacionadas com as perspetivas financeiras do Portugal 2030 e do Norte 2030. Nessa discussão votei favoravelmente a moção de que, aqui, veio dar nota. Participei nela e, portanto, significa que posso falar dela com outra intensidade, devo dizer-lhe que, na minha perspetiva, devia ser ainda mais ambiciosa. Atrevo-me a dizer que a questão da regionalização é uma questão que devia comprometer os dois maiores Partidos Portugueses, o PSD e o PS e devia-se, ao invés de andarmos neste questão de referendo agora, referendo mais tarde e se o referendo se faz em determinadas condições, decidir qual é a pergunta do referendo, se tem pressupostos ou não. Acho que era importante cumprir a Constituição. Na Constituição, na sua essência, não está nenhuma referência que obrigue a que a concretização dos vários níveis da administração local, seja feita por referendo. Não está lá, não consta lá. Portanto, cumpra-se a Constituição. Tenham os Partidos a capacidade de poder tomar uma decisão, de fazer a regionalização, sem referendo se for possível. Porque eu entendo que sobre esta matéria, das duas uma, ou altere-se a Constituição ou cumpra-se. E, portanto, o que devia ser feito nesta matéria era, se de facto, o líder do Partido Socialista e o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Líder do Partido Social Democrata acreditam nos méritos da regionalização, discutam-na, discutam o modelo e aprovem a lei. Os dois Partidos têm poder e tem competência para poderem fazer essa aprovação na Assembleia da República, se não, eu temo que nunca possamos ter regionalização. Porque há, aqui, claramente, uma visão antagónica, há uma visão centralista, uma visão das grandes cidades, das grandes áreas metropolitanas que não querem a regionalização. E, portanto, eu penso que a maior parte das pessoas que vivem na grande Lisboa não querem regionalização. As principais cidades, os seus habitantes vão querer uma situação que, porventura, vai fazer com que possam ter menos serviços públicos e que tenham de partilhar os recursos que eles neste momento usufruem e que os investimentos sejam sempre feitos na resolução dos seus constrangimentos, eu não acredito que eles queiram a regionalização. E, portanto, se esta questão se colocar nesta dicotomia grandes áreas com grande densidade populacional e áreas com menor densidade populacional eu temo em dizer-vos que a regra da maioria vai imperar e a regra da maioria é a de que não vamos ter regionalização. Portanto, faça-se a regionalização, cumpra-se a Constituição, não se ande com delongas, não se faça um conjunto de manobras e de diligências dilatórias e cumpra-se a Constituição. Portanto, nessa perspetiva, eu sou um fervoroso e um convicto regionalista com regras, não duplicando despesas, não incrementando despesas de funcionamento, mas, sobretudo, aumentando a capacidade de decidir o mais próximo dos cidadãos, cumprindo-se de forma decisiva o princípio da subsidiariedade. É isso que se exige, é isso que se impõe, é isso que eu defendo, e se algum dia, essa questão for discutida, eu serei uma das pessoas que estarei na linha da frente em nome e em prol da regionalização. Portanto, espero vê-los a todos nesse combate se ele vier a travar-se de forma próxima. Sobre outras considerações que aqui foram feitas, eu pensei que vinham aqui falar de outras questões, sobre, por exemplo, a circunstância de há dois dias ter sido inaugurada e aberta a estação do Ave que vai permitir que, a dois passos, nós tenhamos transporte ferroviário de alta velocidade que é absolutamente fundamental, que é muito importante e que temos todos de saber explorar e valorizar. E, portanto, é um dia importante, é uma data muito importante que temos que assinalar e que temos que valorizar nesta lógica de integração, desta lógica, cada vez mais importante, de cooperação transfronteiriça que pode fazer com que as zonas do interior, todas as linhas de fronteira, todos os concelhos do interior, possam ter um incremento, e esse incremento, deve ser feito em processos de cooperação e em processos de afirmação, de relacionamento transfronteiriço. Depois, dizer que o facto de uma Ministra ou de um Ministro dizer que este governo é mais centralista, ou menos centralista, o problema é o mesmo. Todos os governos são centralistas, alterem-se as leis, porque se não for assim, eles utilizam todos os instrumentos, sejam governos do PS, sejam governos do PSD, sejam governos de coligação, porque o que é importante, é que as regras que definem as competências, limitem efetivamente esta visão centralista que nós temos. Eu comungo dessa ideia, nós sempre tivemos um Estado centralista, a única forma de o alterar é fazer uma reorganização, alterar as regras, fazendo a regionalização. Este é o caminho, é esta a via porque, senão, não vale a pena falar que ele tem um perfil mais centralista ou menos centralista, porque quem define a ação e o âmbito da sua ação, são as regras, são as normas, são as leis orgânicas e elas são feitas nos termos da legislação que existe no País, Depois, queria também, fazer outras considerações. Sobre a TAP, sobre o transporte e a importância da TAP, não o vou discutir aqui, porque eu acho que o tempo já é tão pouco e nós devemos focar-nos nas questões de âmbito mais municipal, mais concelhio, aquelas que verdadeiramente interessam para a vida e para as relações dos nossos concidadãos, dos flavienses. Esta questão da TAP, eu temo dizer, é mais uma discussão de Lisboa, apesar de nós podermos ser beneficiados pelo aeroporto Sá Carneiro, mas, ainda assim, eu acho que é uma discussão sobre um tema no qual não devemos perder muito tempo, porque, sinceramente, este órgão não tem capacidade de decisão sobre essa matéria e com 79 membros, porventura, teríamos aqui 79 opiniões sobre esta mesma matéria, se calhar, todas elas muito críticas, porque, certamente, gostaríamos também nós de termos compensação em transporte, não em transporte aéreo mas em transporte rodoviário, porque o País não é apenas Lisboa, e as medidas de compensação ao nível de mobilidade deviam ter outra abrangência territorial, deviam ter que vir também para o interior, isso sim! Porventura, era essa a nossa posição e, portanto, quiçá, teríamos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

aqui uma visão ainda mais negativa. Depois, dizer-lhe que o documento que, certamente, teremos oportunidade de abordar que são as demonstrações financeiras para o ano económico de 2022, podia ser um documento mais elaborado, podia ser um documento com 500 páginas, podia ser um documento feito por uma consultora, podia ser um documento em que tivesse um conjunto de eixos e estratégias absolutamente assinalável, mas depois, no essencial, não se fazia nada. Quero recordar a esta Assembleia Municipal que nós já tivemos documentos desses, documentos com 200 páginas sobre estratégia, mas documentos sobre estratégia que depois não têm ação, não tem execução não valem de nada, servem apenas para entreter. Portanto, se o que importa não são as ações, não são as execuções, mas são verdadeiramente um conjunto de enunciações teóricas, elas facilmente se fazem, porque há uma profusão de consultoras no mercado que certamente o podem fazer e rapidamente se estruturam. Quanto à questão dos indicadores de execução eles existem, estão no PPI, na execução e estarão no orçamento da execução. Quando no próximo ano fizermos a prestação de contas, nós saberemos o que fizemos e o que não fizemos e, portanto, melhor indicador que esse acho que não podemos encontrar. Portanto, nós não fugimos à discussão, não fugimos ao “inconsequimento”, como disse alguém que estava na Assembleia da República. Nós teremos essa disponibilidade e vamos discuti-la. Depois, sobre indicadores económicos, sobre indicadores demográficos e sobre outros indicadores, curiosamente, o senhor membro desta Assembleia o período a que se reporta, foi um período em que a liderança no Concelho foi do PSD, se reparar 2001 - 2011 foram governos locais do PSD, 2011 - 2017 foram governos locais do PSD. E, portanto, o PS só teve de governação os 3 últimos anos, e como perceberá, se há indicadores que não lhe agradam e que denotam um enfraquecimento ou uma diminuição, eles devem ser imputados naturalmente a quem liderava o Concelho. Obrigado. -----

O Presidente de Junta da Freguesia de Madalena e Samaiões - **João Manuel Almeida Pinto**, disse: Bom dia, cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia, senhora Secretaria, senhor Secretário, senhor Presidente da Câmara, senhora Vereadora, senhores Vereadores, caros membros desta Assembleia, caros Presidentes de Junta, meios de comunicação social, público em geral. A minha intervenção vem a propósito e a contrapondo àquilo que foi dito, há alguns instantes, pelo líder de bancada do PSD, que referiu “que o Alto Tâmega pode estar cada vez mais isolado, também defendendo a política mais Local e menos Nacional”. -----

“Há 4 anos atrás o Partido Socialista, encabeçado pelo então candidato Nuno Vaz, prometeu aos flavienses que iria acordar Chaves, que iria virar Chaves ao contrário, e aqui estamos, temos hoje uma cidade renovada, e não apenas nos passeios que o Partido Social Democrata tanto se congratula, uns passeios que apenas vinham camuflar aquilo que era realmente relevante fazer, aquilo que realmente correspondia à maior despesa, não apenas ao nível das restantes empreitada, mas também ao nível do enorme e constante desperdício de água, fazer os passeios e pavimentar, não era mais do que começar a casa pelo telhado. -----

O Nuno Vaz teve a coragem de assumir por toda a cidade, obras que tiveram impacto na vida dos flavienses, na vida dos comerciantes, na vida de quem nos visitava, quer para fins turísticos, quer para fins comerciais, obras essas que passaram de um mandato para o outro, mas que vão fazer toda a diferença no futuro. -----

Muitos dos atrasos destas obras devem-se essencialmente à substituição dos ramais e das condutas de abastecimento de água para consumo humano, além de este ser um bem essencial para a saúde e qualidade de vida das pessoas, é também indispensável para a saúde financeira da Câmara Municipal de Chaves, pois, como é de conhecimento público, a dívida astronómica da água foi reduzida significativamente, primeiramente por negociação com as águas de Portugal (cerca de 12 milhões de dívida que estava encravada), mas também porque o número de roturas têm diminuído de dia para dia e, aquilo que era um caos diário iria continuar a ser, pois, o problema de abre buraco, fecha buraco, é hoje muito melhor gerido do que no passado recente. -----

Além disso, muitas das obras que se têm verificado no perímetro mais urbano da cidade são fruto de trabalho de competência e de visão estratégica de desenvolvimento e crescimento económico, aliado a uma forte componente ecológica e eficiente, já que estamos a falar de recursos naturais, a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

implementação da rede de geotermia, é esta, sem sobra de dúvidas, um dos sistemas mais eficientes, senão o mais eficiente, sistema de aquecimento habitacional existente à face da terra, pois, são poucas as cidades em todo o mundo que têm ao seu alcance tal fortuna. -----

Este sistema permite não só o aquecimento de unidades hoteleiras, mas também de estabelecimentos comerciais e, no meu entendimento, já deveria ter sido implementado há décadas, pois, possivelmente nos dias de hoje, também as habitações de todo o perímetro urbano, pelo menos a norte da Ponte Romana, poderiam beneficiar de aquecimento a baixo custo, o que representaria conforto e redução do orçamento para as famílias flavienses. -----

Chaves com o atual executivo pôs em prática um verdadeiro exercício democrático, com a participação de toda a população flavienses em todos aqueles que seriam os projetos com maior relevância e que teriam maior impacto no futuro da cidade, tanto a nível estético, como funcional, e para tal, nada melhor do que apresentar os projetos em sessões públicas de esclarecimento, em que cada e todo o cidadão tem direito à palavra, tem direito a uma resposta, a uma explicação, e foram muitos: Desde o Jardim do Bacalhau, às Piscinas Municipais, ao Balneário Romano, às Piscina ao ar livre das Termas Municipais, os Orçamentos Participativos e até as contas públicas da Câmara Municipal, onde tem enorme relevância a redução da dívida, fruto de uma gestão rigorosa e competente, que ao mesmo tempo contempla um grande e visível investimento por todo o concelho, quer na cidade, quer nas aldeias. -----

Contudo, também ao nível do desenvolvimento territorial devemos fazer uma referência da excelência do trabalho empreendido pela CIM do Alto Tâmega, em particular nos domínios do turismo, do empreendedorismo, da capacitação de empresários e empresas, da investigação dos recursos endógenos, mas sobretudo dando especial relevância a uma marca que define toda uma região, comum aos seis municípios que compõem o Alto Tâmega. Reflexo disso mesmo, foi a construção e o funcionamento de um Posto de Turismo comum a todos esses municípios. -----

Por outro lado, a CIM instalou também em Chaves um Centro de Valorização e Transferência de Tecnologia da Água, do Laboratório Colaborativo na área temática da Água, trazendo para o território recursos humanos altamente qualificados e investigação do mais alto nível. -----

Além disso, a AquaValor terá como principal parceiro, o Instituto Politécnico de Bragança, pois Chaves fazia parte da única NUT III do país, onde não existia ensino superior público, hoje a Escola Superior de Hotelaria e Bem-Estar do Alto Tâmega já é uma realidade. -----

E por falar no território, no âmbito da cooperação transfronteiriça, o Partido Socialista de Chaves, acredita nas enormes vantagens que um aprofundamento da relação nesta área pode trazer, com especial relevância na relação entre o Alto Tâmega e a Província de Ourense, pois, mais que um projeto Eurocidade, seria um projeto Euro-região, com uma escala mais ampla, com mais e melhores benefícios, designadamente no âmbito da saúde, da proteção civil, do turismo, da mobilidade e transportes, do ambiente e cidadania. -----

O acreditar em distintos horizontes criaram esperança para um território que muitos consideravam em vias de extinção. Hoje temos uma cidade mais atrativa, mais renovada, fruto do investimento imobiliário e do restauro, da construção de novos edifícios, que reflete um acreditar no futuro da nossa cidade, uma cidade que vale a pena investir, não só nesta dimensão, mas também no ramo industrial, temos hoje várias empresas que se querem fixar em chaves, mas ainda existem alguns impedimentos, como é o facto da insuficiente potência elétrica para albergar indústria com grande dimensão, mas também a rede 5 G, essencial para o funcionamento das grandes empresas modernas. Chaves é hoje uma cidade aliciante para turistas, estudantes e investidores, como nunca foi. -----

Hoje temos cidadãos mais informados, os flavienses acordaram e não se deixaram levar por escaramuças provocados pelos partidos da oposição, onde se destacou o Partido Social Democrata, através de calúnias e mal dizer, de pessoas de fraco caráter e baixo nível que se esconderam durante meses por de trás de páginas do facebook e perfis falsos, pessoas de outras cidades distantes da nossa realidade, onde constantemente atacaram e denegriram a pessoa do Nuno Vaz, a sua honestidade, a sua competência, inclusive puseram várias vezes em questão os seus valores pessoais e familiares. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Mas “o senhor sabe tudo”, como muitos o quiseram difamar e apelidar, soube estar à altura, com humildade e serenidade, acreditando nos seus valores, na sua identidade e nos seus projetos, e hoje, Chaves, graças ao Nuno Vaz, que nos lidera de forma competente e irrepreensível, é com toda a certeza uma referência a nível nacional no que diz respeito a crescimento, desenvolvimento e gestão autárquica. O povo não dormiu e no dia 26 fez justiça, dando uma grande vitória ao Partido Socialista, uma grande vitória ao nosso Presidente. Bem-Haja Nuno Vaz”. -----

António Pedro de Nobre Carmona Rodrigues, pelo **PSD**, disse: -----
Senhor Presidente, muito obrigado, não vou tomar muito tempo, é só para dar duas breves notas. Relativamente à intervenção do senhor Presidente da Câmara, dizer que os indicadores que eu referi da Pordata, são de 2020-2021, peço desculpa se disse 2011, mas são de 2020-2021. Dizer também o seguinte, é com muito orgulho e com muita alegria que eu visito Chaves há mais de 60 anos. Mas também lhe devo dizer que no final dos anos 80, trabalhei num gabinete de engenharia que teve escritório aqui em Chaves, e que eu fiz e participei na elaboração de estudos de vários aproveitamentos hidroagrícolas que estão construídos aqui no Concelho e que foram pagos e promovidos no tempo do governo do professor Cavaco Silva. Dizer também, que relativamente à TAP, não é uma questão da TAP só por si, é uma questão também de opções centralistas que quando refere, e bem, a importância do acesso ao Ave, ali do outro lado da fronteira, eu próprio coloquei, noutras funções que tive numa Cimeira Ibérica, a possibilidade que havia na altura da ligação do Ave Espanhol, de Medina del Campo a Vigo, não ir pela Serra de Sanabria, ir pelo parque de montesinho, por território nacional, porquê? Porque interessava muito a Portugal e a Espanha, porque se deixava de gastar energia a subir 1600m de altitude para depois descer. Portanto, era um projeto de cooperação transfronteiriça da maior importância que depois os governos seguintes descontinuaram. O que digo, é que nas opções que se devem tomar, uma pessoa tem de ponderar onde se deve investir, não devemos continuar a perder dinheiro, porque é a palavra que me ocorre na TAP, ou se por exemplo devia privilegiar uma ligação dedicada entre Chaves e justamente uma estação do Ave. Muito obrigado. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----
Renovando cumprimentos à Mesa e a todos os presentes. Dizer claramente que os indicadores podem ser da Pordata 2020, mas aquilo que são a causa desses indicadores, aquilo que são as razões mais profundas dessa fotografia, traduzem-se na ação ou inação de um conjunto de decisões que foram tomadas durante cerca de 20 anos, mais concretamente, 16 anos. Portanto, não ponho em causa que sejam de 2020, os dados são com certeza, mas eles são a consequência de um conjunto de causas, e essas causas têm que ser encontradas numa realidade mais histórica, mais antiga, mas ao mesmo tempo, também naquilo que são decisões de âmbito nacional e decisões de âmbito concelhio. E, portanto, foi isso que eu quis dizer e reafirmo o que disse antes. Se alguma quota parte de responsabilidade é deste executivo municipal, ela é, necessariamente, muito inferior àquela que foi do Partido que representa nesta Assembleia Municipal, pois foi isso o que quis significar, reiterando aquilo que disse antes. Dizer outra coisa, claro que nós somos livres de morar onde é que nós queremos, não tenho nada contra quem não vive em Chaves, absolutamente nada. Eu optei por residir em Chaves, desde sempre saí e tornei a voltar. E, portanto, diz bem, visitava Chaves, mas eu resido em Chaves. Portanto, dizer-lhe só, é substancialmente e semanticamente diferente, não é? Portanto, essa é uma opção, mas eu até lhe lanço o convite para tornar a morar em Chaves, teria muita honra, em tê-lo novamente aqui. Portanto, fica aqui este desafio. Claro que nós gostaríamos muito de ser servidos por uma ligação e por um transporte ferroviário, com certeza, quem nesta sala não gostaria de ter um transporte ferroviário à porta? Todos nós. Agora nós sabemos bem, enfim, do sonho que isso possa significar. Acho que se anda há 40 anos a falar da ampliação do Aeroporto de Lisboa, se a memória não me traição há 40 anos, ou mais de 40 anos. Portanto, se andamos há mais de 40 anos a falar de ampliação do Aeroporto da Portela e toda a gente diz que é essencial na estratégia de afirmação e de centralidade do país,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

agora andamos todos a falar na ligação de alta velocidade do Porto a Vigo, eu espero que ela seja concretizada. Eu também, outro dia, numa espécie de sonho, disse que gostaria muito de ver uma ligação de alta velocidade de Guimarães a Ourense. Portanto, esse também é um sonho. Eu gostaria muito que isso acontecesse, não só, sonhando, mas o sonho comanda a vida, não é? Já António Gedeão, acho eu, o dizia. A questão que é importante, é que nós com a realidade temos, procurássemos, na minha perspetiva, dar relevância a este ponto de ligação fundamental. É isso que os empresários, a associação empresarial, enfim, os cidadãos, as empresas, as entidades públicas os municípios, as comissões de coordenação, o devem fazer. Ver como é que nós podemos utilizar uma infraestrutura fundamental que foi construída pelo governo espanhol, para que também ela possa ser incluída na estratégia de desenvolvimento regional. É nesta visão que nós temos e em que eu acredito e que é genuína dos governos dos dois Países e também dos diferentes executivos municipais de efetivamente fazer com que nós tenhamos uma cooperação mais forte, mais intensa para nós podermos fazer aquilo que é essencial. As regiões de fronteira em Portugal são as regiões mais atrasadas, com menor densidade populacional, com uma menor dinâmica empresarial, ao contrário do que acontece com outras regiões na Europa, em que as regiões de fronteira são regiões muito mais competitivas e desenvolvidas. Essa é a ambição, espero que este governo e o próximo governo ponha isso na sua agenda, é isso que eu desejo, é isso que vamos reivindicar. Obrigado. -----

Manuel Justino Matos Cunha, pela **CDU**, disse: -----
Bom dia a todos. Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia e na sua pessoa todos os presentes na sala. Vou tocar dois assuntos rapidamente. Como estamos em pré-campanha o Partido Socialista e o PSD ressuscitam o tema da regionalização, que depois ao longo de todos estes anos enterraram, convenientemente. Como disse o senhor Presidente da Câmara, a regionalização não existe tal como está preconizada na Constituição e tal como é necessidade de Portugal inteiro. Eu não faria diferenças entre o litoral e o interior, só não existe porque o PS e o PSD não querem. A posição da CDU e do Partido Comunista é cristalina e transparente e consta, não só, nos programas nacionais eleitorais da CDU, mais especificamente, e com especial relevância, nos programas distritais das candidaturas à Assembleia da República, ponto 1. -----
Ponto 2, em relação à saúde, nós aprovámos uma moção, mais uma, e como é evidente, a CDU votou a favor e ouvimos depois intervenções. O que é preciso dizer, é que é preciso ter a consciência que o Serviço Nacional de Saúde nunca esteve tão debilitado, como está no concreto. Quem não quer enfrentar essa questão, não quer ver a realidade. O Serviço Nacional de Saúde, ao nível dos cuidados primários, em parte devido à pandemia, está paralisado em termos muito significativos, e acreditem, eu sei bem o que estou a dizer. Os Hospitais Públicos estão também paralisados. A atividade dos Hospitais como Hospitais está como nunca esteve. A pandemia mais uma vez tem algumas culpas, mas não tem todas. Eu dou-vos alguns dados para perceberem, um assistente hospitalar tem o seu salário real, ao começar a carreira, 30% abaixo do que tinha há 30 anos, e 30% é muita coisa. E isso quer dizer o quê? Quer dizer que os governos, e este incluído, não querem realmente fixar profissionais de saúde. Vocês reparem neste dado, 500 médicos jovens que podiam ter escolhido formação no Serviço Nacional de Saúde, optaram por não o escolher. Porquê? Porque o sistema está montado para baixos salários, baixas perspetivas de carreira, e nós vamos pagar isto muito caro, e sabemos como é que o interior vai pagar mais caro do que as grandes cidades. O alerta que fica aqui, eu tive ocasião de o fazer à Ministra da Saúde. Nós fomos visitados pela Ministra da Saúde e por um Secretário de Estado. A Ministra da Saúde até veio cá Chaves, o Secretário de Estado só foi a Vila Real, é que que são visitas que são pouco para ouvir, são muito para o “show off”, mas o Secretário de Estado quis ouvir alguma coisa e reconheceu publicamente, perante uma intervenção que eu fiz, neste caso, como Diretor do Serviço, que a questão dos salários dos profissionais de saúde não é só dos médicos, é dos enfermeiros, é dos assistentes administrativos e dos assistentes operacionais, vai levar à destruição do Serviço Nacional de Saúde. Podem-se manipular os dados que se quiserem sobre dados que foram feitos. É verdade que há avanços no Centro Hospitalar e na Unidade Hospitalar de Chaves, mas não se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

queira com esses dados, que são factos, e que se reconhecem, ocultar uma situação. Nunca a debilidade do Serviço Nacional de Saúde foi tão grande. Esperemos que esta pandemia, não provoque muito medo, não vá ter uma onda de procura, porque o enfraquecimento real do Serviço Nacional de Saúde não vai permitir as respostas que existiam há um ano e meio atrás. Portanto, o grande alerta que eu faço é, preocupem-se com o Serviço Nacional de Saúde, com a justa remuneração dos seus profissionais, porque todos nós como cidadãos seremos vítimas do afundamento do Serviço Nacional de Saúde. Aproveito para desejar que a Assembleia funcione com elevação, com democraticidade. É importante que no período de Antes da Ordem do Dia, todas as forças políticas tenham um tempo de intervenção, caso contrário, empobrecemos o debate de todos nós. Julgo que depois será possível encontrar uma solução dentro de uma tradição democrática que a Assembleia Municipal de Chaves tem. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

Muito bom dia a todos. Cumprimentos à Mesa, aos senhores membros desta Assembleia Municipal e a todos os presentes. Só uma nota prévia, parece que o tempo usado pelo Presidente incomoda, quando durante 16 anos em que o PSD governou este Concelho, não incomodava, hoje incomoda. É curioso mudam-se os tempos mudam-se as vontades. Isto é que é a democracia. A democracia só vale, quando há regras diferentes para diferentes intérpretes. Para mim, a democracia é quando as regras são iguais para todos. Estive neste espaço, neste tipo de debates, estive ali sentado e fui líder da bancada do PS, e conformei-me com as regras, e acredite, digo-o aqui de forma muito afirmativa, esta Mesa é muito mais democrática e muito mais abrangente do que foram muitas Mesas do PSD. Portanto, a democracia é, pelos vistos, para alguns, muito ao seu modo. Parece que não ouviram o povo falar e o povo falou, disse muita coisa. Vou voltar um pouco atrás, muitos daqueles que se afirmavam detentores da vontade popular, afinal chegaram à percepção de quem tem a vontade de si próprio. Porque há uma coisa na democracia absolutamente excecional, é que uma pessoa vale um voto. Se há matéria e momento em que somos absolutamente todos iguais, é no momento da votação. É importante que as pessoas tenham essa humildade e percebam que ninguém vota por outros, ninguém é dono de voto de ninguém, cada um é dono do seu voto e do seu destino, pelos vistos, foi a lição que ficou e é importante que seja aprendida para o futuro. Depois dizer algumas considerações sobre a intervenção do membro desta Assembleia Municipal, que eu cumprimento, apesar de ser um grupo com apenas um membro e, portanto, cumprimento-o vivamente, dizer-lhe o seguinte: Relativamente à regionalização, eu há pouco não percebi se esta posição que foi aqui trazida pelo líder da bancada do PSD, era a posição da coligação ou é a posição apenas do PSD? Porque, pelos vistos, quanto à regionalização há aí diferentes opiniões. O CDS é contra a regionalização e parte do PSD é a favor ou é todo o PSD que é a favor? É individual? Não disse se era contra ou a favor, peço desculpa, eu percebi que era a favor, não? Pior ainda. Muito bem, já percebi, peço desculpa. Percebi agora que não tem posição se é a favor ou contra, pois eu expressei a minha, eu sou a favor. Não, não é obrigado, com certeza que não é, peço desculpa porque eu interpretei mal as palavras e pensei que tinha expressado um sentido positivo e afirmativo. Depois, quanto à questão da saúde, eu acho que esta questão dos salários é uma questão transversal à Administração Pública, eu atrevo-me a dizer que a questão dos salários é uma questão transversal à Administração Pública e ao País no seu geral. Claro que todos os cidadãos gostariam de ter salários médios mais elevados, claramente que nós gostaríamos de nos ver equiparados e próximos dos salários da União Europeia, isso é evidente, isso é um problema não da Saúde, mas da nossa sociedade e do nosso País. Portanto, eu atrevo-me a dizer que esse é um problema bastante mais complexo do que aquele que foi aqui transmitido. Eu percebo que cada um de nós só olhe para a nossa dimensão e a nossa área, mas eu acredito que esta é uma questão transversal para todos, de facto, eu, às vezes, penso como é que um trabalhador que anda na construção civil ou numa situação mais complicada, ganha um salário mínimo e tem que fazer todos os dias jornadas em contextos ambientais muito difíceis e isso é, de facto, algo que nos preocupa. Portanto, comungando de que também é verdade para os profissionais de saúde, por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

maioria de razão, é para todos. Depois, queria dizer outra coisa, não concordo com esta visão catastrófica que, às vezes, o PCP põe nas coisas. Agradeço a intervenção do membro desta Assembleia Municipal, Cristina Imaginário, que deixou aqui uma radiografia, sobre os investimentos importantíssimos que foram feitos no Centro Hospitalar, também é reconhecimento. A verdade é que os recursos humanos foram aumentados. Há mais recursos humanos do que há um ano e, portanto, isso é evidente e parece que a intervenção do Membro desta Assembleia, Manuel Cunha, quis significar o contrário. Podemos ambicionar ter mais, fazer mais, dotar ainda mais os recursos, se calhar, diferentemente do que muitos do meu Partido pensam. Eu, por exemplo, estou convencido que era importante fazer uma coisa que era desejável, o exercício em regime de exclusividade, embora muita gente não concorde. Quem trabalhar no SNS em exclusividade deve ter um incremento da remuneração, quem não quer trabalhar no SNS e quer trabalhar no privado, muito bem, faz essa opção. Eu tenho esta posição e tenho esta opinião, sei que tem fragilidades, mas é a minha. Mas sobre isso, queria só deixar aqui umas notas. Dizer que houve um conjunto de contratações no Centro Hospitalar e relativamente aos indicadores de desempenho, deixo aqui alguns, para que todos os membros percebam que, de facto, a situação sendo preocupante não é catastrófica: as consultas externas em 2021, estamos no mês de novembro, tivemos 53 115, quando por exemplo no período pré pandémico eram 54 871, estamos muito próximos do período pré pandémico, primeiras consultas 14 398, no período de 2019, eram 15.869, consultas subsequentes 39.182, estamos agora com 38 717, ou seja, os valores vão ficar muito próximos dos valores de 2019, internamentos de doentes saídos 6271, contra 4861, por exemplo, no bloco operatório convencionado temos em 2019, 637 contra 664, bloco de urgência 2019, 481 vs 441, agora a novembro de 2021, hospital dia 3.986, contra 4353, visitas domiciliárias 1807, contra 1612, hemodiálise 9812 contra 8222, episódios de urgência e aqui quanto menores forem, é o melhor, indicador de 2019, 54 429, contra 38 412, os tempos médios de espera, houve um conjunto destes que se agravaram e outros que melhoraram e, portanto, dizer que o que é preciso, é continuar a investir, é verdade, isso é evitável, mas não podemos ter essa visão sempre catastrófica. Aliás, eu já ouvia falar do doutor Manuel Cunha, lembra-se quando era a questão de fazer as obras do bloco, lembra-se o que é que dizia aqui, que isso era o prenúncio do encerramento da urgência médico-cirúrgica e que não era possível continuar a funcionar em simultâneo e que queriam encerrar o serviço, isso nunca aconteceu. Só para dizer em jeito de conclusão, é preciso investir. Eu sou um defensor convicto do Serviço Nacional de Saúde, não é do Sistema Nacional de Saúde como o PSD defende, é do Serviço Nacional de Saúde, mesmo! É esse que eu defendo intransigentemente e dou provas, faço uma avaliação muito positiva a quem nele trabalha. Depois, só para terminar, em algumas especialidades temos tempos médios de espera que até diminuíram. Relativamente ao tempo da pandemia, não sei dizer se foi por ter menor procura ou se foi por melhor desempenho. Temos que estar atentos, é preciso maior investimento, mas não podemos dar esta dimensão, porque se há coisa que aconteceu e se há evidência que ficou da pandemia, é que o Serviço Nacional de Saúde foi absolutamente decisivo e fundamental e respondeu de forma exemplar. -----

Rogério Alberto Amorim Reis Moura, pelo PS, disse: -----

Muito bom dia, a todos. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, respetiva Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhora Vereadora, senhores Vereadores, senhores membros desta Assembleia, senhores Presidentes de Junta, comunicação social e demais presentes. O senhor Presidente da Câmara, falou há pouco de um sonho. Adormeci na segunda-feira e acordei hoje e, entretanto, tive um sonho que tinha aberto ao público o Museu das Termas Romanas em Chaves, foi verdade? Foi! Pensei que ninguém tinha dado conta. -----

“Classificadas como as maiores da Península Ibérica, as Termas Romanas de Chaves encontram-se, desde ontem, abertas ao público na forma de Museu. O complexo pode ser visitado gratuitamente e junta o passado ao presente, combinando a história com a tecnologia moderna, oferecendo, assim, uma verdadeira viagem no tempo. -----

Atualmente, espera-se que cumpra a missão de potenciar, afirmar e valorizar a oferta cultural e patrimonial que Chaves tem. Finalmente, a expectativa e a vontade das pessoas em conhecer o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

espaço teve o seu epílogo no dia 21 de dezembro de 2021, uma verdadeira prenda de natal a todos os flavienses, proporcionada pelo executivo do PS. -----

Em 2004, a Câmara Municipal de Chaves, com um executivo liderado pelo PSD, projetou um parque de estacionamento para o Largo do Arrabalde. Como qualquer outra construção em Chaves, a probabilidade de se encontrar vestígios históricos era elevada e, o Largo do Arrabalde, não foi exceção. -----

As escavações, que iriam dar lugar ao parque de estacionamento, revelaram um complexo termal de grande imponência, e destaque, à época romana e o seu estado de conservação era assinalável. O município, à data, decidiu, e bem, abandonar a construção do parque de estacionamento e avançar para um projeto de preservação museológica dos achados, promovendo e destacando a descoberta. No entanto, como foi habitual nos executivos sociais-democratas, a obra de preservação foi mal-executada e projetada, causando significativo embaraço ao executivo hoje liderado pelo Partido Socialista. -----

A estética do edifício foi contestada, os custos foram significativos, a engenharia do espaço foi descuidada. O dinheiro público a qualidade do projeto e o zelo necessário foram desleixados pelo PSD.). -----

Assim, o Museu das Termas Romanas é só mais um exemplo do que foi uma boa intenção transformada num problema que se arrastava até hoje, e que o executivo socialista resolveu. ----- Quando tivermos ultrapassado esta pandemia, teremos mais uma valência e uma oportunidade para afirmar Chaves como um dos centros históricos e turísticos da Península Ibérica. Muito obrigado.” -----

Seguiu-se a intervenção do 1º Secretário da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega, professor **Ramiro Manuel Ramos Moreira Gonçalves**, para apresentação das atividades desenvolvidas ao longo do ano de 2021. -----

Bom dia, senhor Presidente da Mesa, senhora Secretária, senhor Secretário, senhor Presidente da Câmara, senhora e senhores Vereadores, senhores membros desta Assembleia, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, é um gosto estar aqui, novamente, para prestar contas, de uma forma muito breve e sucinta, daquilo que é a atividade da Comunidade Intermunicipal, disponibilizando-me depois para responder às questões que entendam colocar-me. Dizer-lhes que: -----

“A Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (CIMAT) visa, fundamentalmente, garantir a articulação dos Municípios na materialização de estratégias que envolvam as forças vivas do nosso espaço territorial, numa verdadeira dimensão supramunicipal, numa lógica de curto, médio e longo prazos, aproveitando as sinergias existentes, otimizando recursos e procurando atrair investimento. A atividade da CIMAT é norteada, nos seus propósitos, pela necessidade de apoiar, estimular e assegurar crescimento e criação de emprego, promovendo o desenvolvimento económico, social e ambiental do território, fomentando a produtividade e a coesão social. -----

A estrutura Organizacional da CIMAT mantém-se, após as novas competências assumidas nos últimos anos, estando assim centrada em 4 unidades organizacionais: -----

- Unidade de Gestão e Controlo de Projetos Financiados por Fundos Comunitários; -----
- Unidade Jurídica, Administrativa e Financeira; -----
- Unidade de Planeamento, Território, Ambiente, Transportes, Floresta e Recursos Naturais; -----
- Unidade de Dinamização económica e Empreendedorismo, Educação, Saúde e Turismo. -----

A atividade relacionada com o suporte aos Sistemas e Tecnologias de Informação continuam externalizadas. -----

Dentro daquilo que são as competências de cada unidade, no ano de 2021 foram desenvolvidas as seguintes atividades: -----

- Unidade de Gestão e Controlo de Projetos Financiados por Fundos Comunitários; -----
- Unidade que assegura a gestão técnica dos fundos comunitários contratualizados entre a CIM do Alto Tâmega e a Autoridade de Gestão do Programa Operacional NORTE2020, através do Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT). -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

A Dotação contratualizada do PDCT para o período de 2017 a 2022 é de 47.164.418,00€, em que:

- 9.632.538,42€ se destinam ao financiamento de projetos de investimento privado; -----
- 37.531.879,64€ ao financiamento de projetos públicos (municípios e IPSS). -----

Até à data o montante de Fundos Europeus utilizado em 2021 foi de 8.851.421,54€, dos quais: ----

- 1.671.169,95€ em investimentos dos municípios; -----
- 7.180.251,59€ em investimentos em Empresas e Equipamentos Sociais; -----

- Execução do projeto da Assistência Técnica 2021 (NORTE-10-6177-FEDER-000095) e aprovação da Candidatura à Assistência Técnica 2021-2023 no valor de 500.000€. -----

- Unidade Jurídica, Administrativa e Financeira -----

Unidade que faz a ponte entre todos os departamentos, fornecendo-lhe um apoio permanente. Responsável pelo apoio na gestão de agenda, organização documental, acompanhamento de reuniões, serviços de secretariado, administrativos e logística de apoio à gestão. Centra todas as atividades relativas aos recursos humanos, contabilidade, tesouraria e serviço jurídico. Número de colaboradores CIMAT: 49 -----

- Sistemas e Tecnologias de Informação -----

- Conclusão do projeto TIC AT (Norte - 09 - 0550 - FEDER – 000062), melhorando os sistemas de informação de suporta à atividade da CIMAT -----

- Unidade de Planeamento, Território, Ambiente, Transportes, Floresta e Recursos Naturais -----

Unidade que gere e supervisiona todos os projetos e atividades das áreas do Planeamento, Ordenamento do Território, Transportes, Florestas e Recursos Naturais da Região. Assegura também a articulação das atuações entre os municípios e os serviços da administração central nas referidas áreas. -----

- Floresta -----

- Proteção Contra Risco de Incêndios (Norte – 14 – 2019 – 26), com a execução de 5 pontos de água em todo o território. -----

- Brigada Florestal (Fundo Florestal Permanente) – com o apoio às duas brigadas de sapadores florestais para o Alto Tâmega, que tiveram no ano de 2021 uma produção média de 1,2 HA/Dia/Brigada em face do objetivo de 0.74/HA/Dia. -----

- Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PDMDFCI), com a atualização dos PDMDFCI para a 3ª geração. -----

- Conclusão do projeto TROCO 2 (0292_TROCO2_1_E), Programa de Cooperação Interreg V A Espanha/Portugal (POCTEP) 2014-2020, sobre mercados de carbono. -----

- Transportes -----

- Utilização do projeto PAMUS (Norte - 03 - 1406 - FEDER - 000091) para o desenho e lançamento do concurso publico de transportes para o Alto Tâmega com a duração de 7 anos. -----

- Desenvolvimento das Bases para Implementação de um Sistema de Monitorização e Gestão de Contratos, e Realização de Ações de Formação para o Aumento da Capacitação Técnica no âmbito da Autoridade de Transportes. -----

- Alterações Climáticas -----

- Conclusão dos projetos de Adaptação às Alterações Climáticas (POSEUR - 02 - 1708 - FC - 000011) e do Impacto das alterações climáticas (POSEUR - 02 - 1708 - FC – 000046) com foco na região. -----

- Unidade de Dinamização Económica e Empreendedorismo, Educação, Saúde e Turismo -----

Unidade que gere e controla todos os projetos e atividades relacionadas com o desenvolvimento da economia e do turismo, bem como projetos relacionados com a capacitação e qualificação de jovens e trabalhadores e atividades de apoio no âmbito da saúde e cultura. -----

- Educação / Formação / Investigação -----

- Execução do projeto Modernização e Capacitação da Administração Local (Norte - 62 - 2018 - 34), com a oferta de vários cursos de Pós-graduações e de vários cursos rápidos para os Técnicos Municipais. -----

- Aquavvalor – Centro de Valorização e Transferência de Tecnologia da Água, Associação – Continuação das suas atividades de investigação e transferência de tecnologia e apresentação do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

projeto de criação da Escola de Hotelaria e Bem-Estar do Instituto Politécnico de Bragança – Campus da Água, a instalar no Alto Tâmega. -----

- Desenho do projeto AgroValor a instanciar em Valpaços. -----

- Desenho do projeto ValorBarroso a instanciar em Boticas e Montalegre. -----

□ Turismo -----

- Continuação do projeto do Plano de Sinalética (Norte - 06 - 3928 - FEDER - 000012), com o licenciamento e instalação de 16 outdoors no Alto Tâmega. -----

- Continuação do projeto Alto Tâmega - Destino Termal (Norte - 06 - 3928 - FEDER - 000006), financiando o Plano Estratégico de Turismo, a participação em feiras de Turismo, como a XANTAR em Ourense 2021 e a INTUR em Valladolid de 2021 bem como a elaboração de conteúdos analógicos e digitais. -----

- Água, uma experiência cultural (Norte - 06 - 3928 - FEDER - 000007), financiando o Posto de Turismo do Alto Tâmega e a realização do evento internacional de investigação III AQUAFORUM – Conferência europeia sobre Inovação e Valorização da Água Mineral Natural, sob a égide da Presidência Portuguesa da União Europeia. -----

□ Cultura -----

- Aprovação do projeto ArtFest (NORTE-04-2114-FEDER-000455 - PATRIMÓNIO CULTURAL - Animação, Programação Cultural e Eventos Culturais Imaterial), com o propósito de promover animação dos espaços museológicos. -----

- Aprovação do projeto Alto Tâmega Turismo 4.0 (NORTE-02-0853-FEDER-037651), com o propósito de disseminar o Plano Estratégico de Turismo do Alto Tâmega e de fazer evoluir as aplicações digitais. -----

- Aprovação do projeto CulturAT (NORTE-04-2114-FEDER-000614 - PATRIMÓNIO CULTURAL, Programação Cultural em REDE Imaterial), com o propósito de envolver bandas e grupos de teatro do Alto Tâmega. -----

□ Empreendedorismo -----

- Realização da III edição do Concurso de Ideias – “Empreender no Alto Tâmega”. -----

- Realização da III Gala do Empreendedorismo e das Empresas do Alto Tâmega. -----

ATIVIDADES 2022 -----

Para o ano de 2022 os objetivos principais a adicionar aos projetos anteriores são: -----

- Desenvolver a Intervenção Integrada de Base Territorial à escala da NUTS III Alto Tâmega para o horizonte temporal de 2030. -----

Em simultâneo irão manter-se os objetivos centrais da atividade da CIMAT, nomeadamente: -----

- Promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido; -----

- Articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal; -----

- Participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional designadamente no âmbito do NORTE2020; -----

- Planeamento das atuações de entidades públicas, de carácter supramunicipal. -----

Termino dizendo que temos um Orçamento para o próximo ano de cerca de três milhões de euros para a Comunidade Intermunicipal. Dar conta, também, até porque estamos num período de encerramento de um ciclo na Comunidade Intermunicipal, que vai consubstanciar-se agora numa Assembleia Intermunicipal, que se vai realizar ainda nos últimos dias do ano. Em 2018, senhor Presidente, senhores membros desta Assembleia, nós tínhamos 9 colaboradores na Comunidade Intermunicipal, hoje somos 49 colaboradores, já é uma estrutura grande, tínhamos um Orçamento de cerca de 600 mil euros, hoje temos um Orçamento de cerca de três milhões de euros. Mas o mais importante para nós é que fomos fazendo passo a passo para que o Alto Tâmega, pudesse aparecer e pudesse refletir a vontade dos seis Municípios que, de uma forma, bastante consistente trabalham em conjunto e sou testemunha disso mesmo, todos os dias, para que todos juntos consigam ser mais fortes, do que cada um por si. Julgo que o Alto Tâmega tem dado um exemplo muito relevante, que não é só de agora, já é de trás, em que a vontade dos Presidentes, se sobrepõe muitas vezes ao interesse que cada um tem em defender o seu território, dentro daquilo que é a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

nossa região, mas que para nós o que é mais importante é perceber que muito trabalho está para fazer, algum trabalho foi feito e com certeza estaremos aqui para poder continuar este caminho. Terminando, dando conta que desejo a todas e a todos umas boas festas, um feliz 2022, com grande saúde espero eu e coloco-me à disposição para responder às questões que me queiram colocar.

Intervieram neste ponto da ordem de trabalhos os seguintes membros da Assembleia Municipal: --

Brigite Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, pelo **PS**, disse: -----

Muito bom dia, renovo a todos os meus cumprimentos, e em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, gostaria de forma muito breve agradecer as informações e os esclarecimentos que aqui nos foram prestados pelo professor doutor Ramiro Gonçalves, felicita-lo também pelo trabalho que tem desenvolvido que não é, sabemos-lo, que não é um trabalho individual, é fruto de toda uma equipa, congregada em si na CIM e também da disponibilidade e da vontade dos 6 municípios que integram a Comunidade Intermunicipal, e, nessa medida, felicitar também todos os Presidentes dos municípios que integram esta CIMAT, especialmente, o Presidente da Câmara do Município de Chaves. Eu creio que é notório ao comum dos cidadãos que o Alto Tâmega readquiriu coesão e centralidade enquanto sub-região. Isso é vantajoso para todos nós cidadãos, para os nossos territórios e, particularmente a nós flavienses, creio que nos deve ser muito caro. Também porque, naturalmente, em função da sua centralidade geográfica, mas, também, do seu poder, da sua capacidade social e económica, do tamanho demográfico e sociológico que tem, neste contexto do Alto Tâmega, a nossa cidade. O nosso Concelho de Chaves tem aqui, também, obviamente, primazia e responsabilidades acrescidas e, também, um potencial de liderança. Creio, e esta é a perspetiva obviamente do Grupo Municipal do Partido Socialista, que tem sido muito bem-sucedida essa liderança. Não tenho quaisquer questões para formular, apenas um repto. Tem sido notório e compreensível que a ação da CIM e dos 6 Municípios têm privilegiado aquilo que é a parceria e o trabalho congregado em torno das matérias económicas, das matérias empresariais, do turismo. Referiu, também, esse esforço agora extensivo à cultura, o que da nossa parte saudamos, mas quero lançar-lhe o repto de que, enquanto Ministro da diplomacia intrarregional e intraconcelhia, possa também ser aqui o protagonista de que este trabalho de parceria possa ser extensivo também às áreas sociais. Na ação social e naquilo que são alguns serviços e algumas respostas que existem já no território, ao abrigo de candidaturas, e cuja abrangência é precisamente o território do Alto Tâmega e convidando assim, também, os Municípios da CIM a aderirem e a congregarem-se em torno das matérias das políticas sociais. Continuação de muito bom trabalho, as maiores felicidades e muito obrigada. -----

Carlos Guilherme de Melo Gouveia, pelo **PSD**, disse: -----

Bom dia a todos os presentes, senhor Presidente da Mesa, senhores secretários, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores e senhora Vereadora, membros eleitos, primeiro Secretário da CIM do Alto Tâmega. Tenho uma pergunta muito simples, na sua intervenção falou acerca do transporte público, não sendo uma questão que está a concurso, julgo eu saber, gostaria de saber em que ponto de situação está? E como é que está a estratégia dos transportes para a região do Alto Tâmega. Muito obrigado. -----

José Pimentel Sarmento, pelo **PSD**, disse: -----

Muito bom dia a todos, quero cumprimentá-los, começo pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor Secretário, senhora Secretária, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhores Membros da Assembleia Municipal, senhores Presidentes de Junta, comunicação social, todos os presentes, os meus bons dias. Há duas questões que eu gostaria de lhe: Primeira, tem que ver com um assunto que eu há muito tempo não entendo a explicação, visto que temos uma CIM que abrange os 6 concelhos do Alto Tâmega, porque é que nós não fazemos projetos para limpar os nossos rios na zona do alto Tâmega? Temos graves problemas nos nossos rios e, por conseguinte, eu nunca vi ninguém, preocupar-se com essa questão. Segunda questão: Dada a grande quantidade de incêndios, e temos tido muitos ao longo destes últimos anos, porque



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

é que não fazemos uma candidatura para a reflorestação da zona do Alto Tâmega, em termos de recuperar os espaços florestados que são constantemente eliminados pelo fogo? São estas as 2 questões. Gostei de o ouvir, foi, de facto, clarinho como a água naquilo que são as funções da CIM, espero que de futuro as coisas tenham sempre a possibilidade de melhorar. Muito obrigado. -----

O 1º Secretário da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega, professor **Ramiro Manuel Ramos Moreira Gonçalves**, usou da palavra para dar os esclarecimentos às questões que lhe foram colocadas. -----

Muito obrigado senhor Presidente. Passo então a responder a todas as questões que me foram colocadas. Em relação à intervenção do membro desta Assembleia Municipal, Brigitte Gonçalves e no que respeita à questão do setor social. O setor social é também uma questão importante, aliás, está nas recentes competências da Comunidade Intermunicipal e já foi debatido numa das últimas reuniões de Conselho Intermunicipal. Recentemente surgiu a possibilidade de podemos fazer algum tipo de trabalho, de uma forma integrada, julgo eu que todos perceberão qual é a lógica das Comunidades Intermunicipais, nós temos sempre uma perspetiva que só faz sentido algo ser feito pela Comunidade Intermunicipal se conseguirmos fazer algo que seja integrado, para todo o território e onde se gere alguma economia de escala por se fazer de forma integrada, porque nós não queremos nunca ter competências e ação onde já outros fazem muito bem e, onde não estamos a ver que possamos acrescentar alguma coisa para fazer melhor, mantendo todos aqueles que estão a fazer bem. No domínio do social, essa questão já foi aqui elencada, são dossiers que são complexos porque os tipos de financiamento são diferentes. O setor social como sabem é financiado por um programa temático que é o POÍSE e é preciso perceber, depois como é que isso se enquadra com o tipo de financiamentos que nós temos que, normalmente, vem dos programas operacionais, mas julgo que há espaço para fazer esse tipo de parceria, conjunta. Estamos a estudar agora qual é que será o melhor enquadramento para a fazer, tendo já sido realizadas reuniões com o gabinete da Secretaria de Estado da Igualdade e Cidadania. No que diz respeito às questões do membro desta Assembleia Municipal, Carlos Gouveia, que faz de alguma forma uma referência para perceber melhor como é que está esta situação dos transportes, passarei a explicar um pouco melhor todo este dossier. O dossier dos transportes é um dossier muito complexo e, porque é que é muito complexo? Porque é impossível de satisfazer todas as partes numa perspetiva de uma racionalidade económica e, também, porque os orçamentos são sempre limitados. Nós temos um conjunto de linhas no Alto Tâmega de transporte público regular e, é preciso diferenciar aquilo que são por exemplo as linhas de expresso onde a Comunidade Intermunicipal e, os Municípios não têm nenhuma competência, onde funciona uma concessão do Estado Central que contratualiza os operadores e nada podemos fazer. Posso lhes transmitir que para a região é complexo termos um município como Montalegre que neste momento não tem nenhum Expresso, que saia para Braga, ao fim de semana nem regresso de Braga ao fim de semana, quando nós sabemos que há muitos estudantes de Montalegre que estudam em Braga e que não conseguem ter transporte. Na realidade temos uma competência nossa da CIM, no que diz respeito aos transportes intermunicipais que consideramos muito importante e porquê? Porque isso é o que permite fazer coesão dentro do território, ou seja, devemos proporcionar e promover que as pessoas circulem para dentro, de forma mais fácil do que circulem para fora. Infelizmente isso ainda não acontece, é mais fácil para alguém que está em Valpaços, ir para o Porto, do que vir para Chaves, o mesmo acontece em Montalegre, é, mais fácil para alguém que está em Montalegre ir para Braga, do que vir para Chaves. Os senhores Presidentes, têm dito isso muitas vezes, tal situação não nos resolve a questão da coesão interna, porquê? Porque a mobilidade rodoviária é frágil, nestas ligações. Nós temos a competência e, o que queremos garantir é, que existe uma rede de transportes. A rede de transportes atual, como sabem tem algumas debilidades, tem autocarros muito antigos, uma série de debilidades no que diz respeito à bilhética, ao controlo da bilhética, etc. Fruto da competência que os Municípios delegaram na Comunidade Intermunicipal, resultante da transposição de uma diretiva Europeia, estamos obrigados a lançar um novo contrato de concessão para os próximos anos. Este poderia ser de 5 anos ou de 7 anos, mas optamos por 7 anos, porquê? Porque, num



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

território tão débil como o nosso se puséssemos um espaço de tempo mais curto, os operadores então mais dificilmente teriam o *payback* do próprio investimento que tem que fazer. Portanto, seria difícil de poderem sentir-se motivados para que isso acontecesse. A agravar, tudo isto temos um outro problema que é, cada pessoa quer usar o transporte quando muito bem precisa dele e, quando não tem a linha no horário que ela precisa, no dia que ela precisa, vai-se queixar a alguém. Portanto, não há nenhuma dúvida sobre isso, não é? A lei também, nos diz que todas as populações com mais de 40 habitantes, devem ter transporte público regular. E, portanto, é uma obrigação que nós temos de ter na nossa concessão. Tudo, isso junto se tivéssemos todo o dinheiro do mundo, era possível de ser feito, porquê? Porque nós pagaríamos o que fosse para colocar um autocarro no dia que a pessoa precisa ser transportada de uma linha para outra, mas como não temos, temos que criar aqui um certo equilíbrio. Lançamos um procedimento que esteve ativo em abril/maio deste ano que implicava que o Alto Tâmega, ia pagar cerca de 500 mil euros por ano de compensações aos operadores, mas nenhum operador se mostrou interessado na manutenção das linhas atuais. Temos neste momento um segundo procedimento em que aumentamos o valor de base, otimizamos um pouco a rede, para tentar que o número de linhas não sendo menores, têm uma periodicidade de horários um pouco diferente e, chegámos a um modelo em que vamos pagar mais se, os operadores estiverem disponíveis, um valor muito próximo dos 900 mil euros por ano. Mesmo assim não temos a garantia de que algum operador esteja interessado nesta mesma concessão, ao contrário de outras Comunidades Intermunicipais, onde pode acontecer exatamente o contrário que é, os operadores aparecem, competem entre eles e, estão disponíveis para pagar para depois ficarem com a bilhética, da própria ação dessa rede. Porque é que o transporte, a pedido é tão importante e, será no futuro ainda mais importante? Porque nós não poderemos provavelmente, garantir com a diminuição que temos resultante da demografia, conseguir garantir que esta rede seja sustentável daqui por 10 anos. Teremos que ter outro tipo de soluções, mais a pedido onde terão que ser envolvidas outras entidades como, por exemplo os próprios serviços de autocarros mais pequenos, e os taxistas, ou seja, há um conjunto de atores que irão entrar neste processo no futuro. Agora o grande problema para nós, passa por mantermos uma rede que é absolutamente importante, tem que estar cá, nós temos que dar mobilidade a quem não tem, pagando um valor que nós queremos que seja este e, lutando contra um conjunto de operadores, que são operadores que grande parte deles também ainda não está suficientemente bem capacitado, portanto, este é um problema, que nós temos em mãos e esperamos ser bem-sucedidos. Depois, no que diz respeito às duas questões que o senhor membro desta Assembleia, José Pimentel, colocou em relação aos rios e em relação aos incêndios. Em relação aos rios, nós não temos nenhuma competência, ou seja, não quer dizer que não possamos vir a ter. Podemos não gostar da situação de alguns dos rios, podemos colocar algum tipo de pressão, ou fazer algum trabalho conjunto, mas não temos competência, ou seja, não podemos intervir, digamos assim, nem podemos aceder a fundos europeus para poder intervir. Esta é, uma competência que está muito colocada dentro do Ministério do Ambiente e com a APA por trás. É, portanto, um processo que pode ser tratado noutros fóruns, mas julgo outras entidades do território que já estão a fazer algum caminho segundo julgo saber a Eurocidade, para poder por exemplo tratar da questão do Rio Tâmega, mas é algo que neste momento não está na nossa agenda porque não temos forma de intervir em nenhuma dimensão. No que diz respeito aos incêndios sim. Só que no que diz respeito aos incêndios, nós só podemos intervir no que diz respeito ao domínio da prevenção e não ao domínio da gestão da floresta. A floresta do Alto Tâmega tal como grande parte da floresta do nosso território e do País é privada, nem sequer é pública, ou seja, a forma de intervir nela é só convencendo os privados a intervir nela. Portanto, nós temos a maior mancha de Pinheiro bravo da Península Ibérica, que vai desde Boticas a Ribeira de Pena e, o que nós desejamos e, não só às vezes desculpem-me a expressão, rezamos para que não arda, porque no dia em que arder, vamos perder um grande ativo, certo? Porque, por muito trabalho que a se faça na prevenção, porque fazemos muito nós olhámos para a gestão daquela área e, sentimos que ela não está ordenada, não está bem desenhada e, portanto, a natureza, mais ano menos ano, infelizmente vai se encarregar de destruir um grande ativo que nós temos do território, no território que se quer saber sempre de território de água e bem-estar. O que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

é que temos feito para além da prevenção com as brigadas? Bom temos vários projetos, onde se tem feito juntamente com o ICNF, e outro tipo de entidades, as aberturas de segurança mas mesmo, assim não são suficientes, para aquela mancha que temos e, temos sobretudo trabalhado em projetos de certificação florestal, porque só se gere floresta, daquilo que eu fui aprendendo não sendo um especialista e há na sala especialistas, só se gere floresta se a floresta gerar mais valor para quem é dono da mesma, porque se quem é dono da floresta conseguir retirar o suficiente valor da mesma vai geri-la melhor todos os dias. E, portanto, nós aí temos trabalhado no sentido de que, a nossa floresta sobretudo a do pinheiro possa ser valorizada. Porque se for valorizada, os próprios operadores privados vão ter muito interesse em que ela seja mantida e, nesse sentido teremos sucesso. Se mantivermos a gestão desordenada como ela está, neste momento, e não é só no Alto Tâmega é em todo o País, basicamente, poderemos ter anos melhores ou anos piores de incêndios e aí teremos maior ou menor dificuldade de poder intervir. No que diz respeito, à ação das nossas brigadas que é, uma competência que nós temos, aí estamos muito contentes porque eles fazem um trabalho excelente em coordenação com as brigadas dos Municípios e das associações florestais. E não vou dizer que foi só por causa deles que não tivemos grandes incêndios, ou muito grandes incêndios nos últimos anos. Tivemos também alguma ajuda meteorológica. E, portanto, estamos muito contentes com as nossas brigadas, sendo certo, que ter 30 homens todos os dias no território a fazer limpeza, com seis viaturas, com um trator, isto implica um investimento da Comunidade Intermunicipal, que é relevante. Vão poder observar nas nossas peças de orçamento que as Brigadas têm um peso, que é compensada cerca de 50% por aquilo que são as ajudas do Fundo Ambiental, mas que tudo o resto é esforço dos Municípios porque consideram que é importante manter estas pessoas todas a fazer estas ações de prevenção. Bom, penso que respondi a todas as questões, muito obrigado e mais uma vez reitero os votos de boas festas. Muito obrigado.

Encerrou o debate deste ponto o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, para dar alguns esclarecimentos. -----

Muito bom dia a todos. Cumprimento o senhor Presidente da Mesa e na sua pessoa os restantes Membros, os senhores Vereadores e Vereadora, os membros do Executivo e, naturalmente o professor Ramiro Gonçalves, enquanto 1º secretário da CIM. Dizer que a apresentação sintética que aqui foi feita, necessariamente por questões de tempo, presumo eu, poderia naturalmente ser alargada, dando a conhecer muito daquilo que são os projetos que estão em execução e também muitas das questões dos projetos que, neste momento, estão em discussão no contexto do Conselho Intermunicipal. É, visível o crescimento e a relevância que a Comunidade Intermunicipal tem vindo a ganhar, sobretudo, nos últimos quatro anos. Essa tradução é evidenciada, como aqui foi muito bem explicitado, não só no crescimento e na densidade de recursos, também na densidade técnica dos colaboradores da própria Comunidade Intermunicipal, mas também na expressão financeira do próprio orçamento e daquilo que são as multiplicidades das ações que estão a ser promovidas, algumas delas não apenas de caráter de planeamento, de programação, de estratégia e definição de prioridades, mas também da dimensão operacional. A questão das brigadas é bem o exemplo de um processo de cooperação, de um processo de simbiose que permitiu ter duas brigadas. Temos duas brigadas no território que, de facto, têm feito um trabalho notável, muito importante, em perfeita articulação com os Municípios e com os Gabinetes Técnicos Florestais, isso é fundamental para que progressivamente nós possamos cumprir aquilo que são as obrigações que os Municípios têm. No que diz respeito às medidas e ações de combate aos incêndios florestais e também no que diz respeito àquilo que é uma intervenção mais dedicada e de proteção das nossas populações. Depois, dizer também, que o projeto iniciado e, neste momento, em fase de afirmação, que é, como sabem, o laboratório, é sobretudo aquilo que tem a ver com este laboratório colaborativo e que tem a ver com este processo de criação de conhecimento no Alto Tâmega e com este processo de parceria com o IPB que, naturalmente, se pretende densificar e dar relevância como uma escola superior. Esperamos que isso possa ter tradução e que, efetivamente, isso possa ser um processo de crescimento e de afirmação, porque é verdadeiramente por essa via que nós podemos alterar aqueles indicadores que há pouco o membro desta Assembleia Municipal,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

engenheiro Carmona Rodrigues, falava. Porque nós acreditamos que a alteração desses indicadores se faz pela capacitação, pelo conhecimento, pela inovação e é por esta via que nós queremos fazer isso. Nós acreditamos, todos os integrantes da CIM acreditam que juntos somos mais fortes, juntos somos mais capazes. E, portanto, estamos a procurar, em toda medida, fazer processos colaborativos, sabendo que nalgumas medidas, em alguns assuntos ter uma visão mais egoísta, porventura a curto prazo, seria mais vantajosa, e muitas vezes, até em perspetivas de aceitação por parte da nossa população. De qualquer das formas, agradecer o trabalho relevante e muito importante que tem sido feito pela CIM, muito alicerçado pelo seu líder executivo, esperamos que os próximos quatro anos, sejam igualmente pródigos como foram os últimos quatro e, sobretudo, que nós possamos, porque essa discussão apesar de estar mais ou menos fechada que tem a ver com as perspetivas financeiras para o próximo quadro comunitário, portanto, o Portugal 2030, mas, sobretudo, no nosso caso, a questão do Norte 2030, fazer algumas correções que são absolutamente decisivas por causa de questões de coesão que tem a ver com esta incompreensão que tem sido manifestada e que foi aqui afirmada que é? Como é que o território que precisa de mais coesão, que precisa de mais investimentos, é o território que tem menos investimento de fundos europeus, temos que alterar esse modelo. Naturalmente que esse, é um processo no qual tem que participar o Governo, a Comissão de Coordenação, participarem também as nossas empresas, porque têm que ser ainda mais ambiciosas em captarem mais fundos. Depois, ao mesmo tempo, também os centros de investigação, os centros do conhecimento, por essa via, também captarem investimento. Nós temos agora essa oportunidade, queremos afirmar e queremos dar mais relevância. Termino desejando, naturalmente, ao professor Ramiro Gonçalves, um bom final de ano um bom Natal e um próspero ano de 2022. -----

No uso da palavra, o Presidente da Assembleia Municipal, **Altamiro da Ressurreição Claro**, disse: Queria em meu nome pessoal e em nome da Mesa, e penso que da Assembleia, referir, enfaticamente, o brilhante trabalho que tem vindo a ser desenvolvido ao nível da CIM, coordenada pelo 1º Secretário professor Ramiro Gonçalves, eu próprio o tenho sentido enquanto responsável de uma IPSS, o apoio que de facto temos recebido. Desejar-lhe a si e à sua família um feliz e Santo Natal e um Ano Novo cheio de saúde e felicidades. Muito obrigado. -----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

PONTO 1 – APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR. -----

A ata número três, referente à sessão ordinária realizada no passado dia trinta de junho de 2021, foi colocada à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os membros desta Assembleia. O senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Vaz Ribeiro, deu nota de algumas correções a fazer. Tendo-se procedido às seguintes correções: Página 14, linha 3, aonde se lê “aterrei”, deverá ler-se “registre”, Página 23, linha 12, aonde se lê “onze milhões” deverá ler-se “cerca de três milhões”, Página 30, linha 31, aonde se lê “não lhe fica mal, não importa, mas eu” deverá ler-se “não lhe fica bem, mas não importa, eu cumprimento-a”, Página 48, última linha, aonde se lê “tramitar”, deverá ler-se “termina”. -----

Vinte e seis membros, desta Assembleia Municipal, não participaram na votação pelo facto de não terem estado presentes na sessão a que a ata se refere. A ata, foi posta à votação e foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 2 – APROVAÇÃO DA ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL 2021-2025. -----

A ata da primeira reunião do mandato 2021-2025, referente à sessão ordinária realizada no passado dia catorze de outubro de 2021, foi colocada à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os membros desta Assembleia. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Sete membros desta Assembleia Municipal, não participaram na votação pelo facto de não terem estado presentes na sessão a que a ata se refere. A ata, foi posta à votação e foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 3 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

Nos termos regulamentares o Regimento da Assembleia Municipal, foi apresentado previamente por escrito. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Altamiro da Ressurreição Claro**, no uso da palavra, disse: -----

Vamos abrir o debate sobre este Ponto e verificar qual a melhor metodologia a adotar por parte dos Grupos Municipais, como sendo a melhor para se encontrar um novo Regimento. -----

Seguiram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal: -----

Vítor Carlos Teixeira Pimentel, pelo **CDS-PP**, disse: -----

Renovo os cumprimentos ao senhor Presidente da Mesa e restantes membros da Mesa, ao senhor Presidente da Câmara e senhores Vereadores, senhores Presidente de Junta, senhores Deputados Municipais eleitos. Senhor Presidente, foi com alguma surpresa que vi este ponto inserido na Ordem de Trabalhos para esta Assembleia, porque sabemos que por tradição esta é uma Assembleia extremamente longa, em que é feita a discussão do orçamento, e não houve, ao contrário daquilo que me lembro em 2017, mas posso estar errado, nenhuma reunião preparatória entre os Grupos Municipais. Também não há uma proposta da Mesa a não ser o Regimento que estava em vigor, que forçosamente terá que ser alterado, até porque, há mais forças políticas presentes. E, portanto, eu punha à consideração, se isto é possível, nós adiarmos este ponto para uma discussão séria na Assembleia de fevereiro. Era isso só que eu queria vir aqui dizer, se não for possível, depois terei a oportunidade de intervir noutro âmbito para fazer algumas propostas. Obrigado. -----

No uso da palavra, o Presidente da Assembleia Municipal, **Altamiro da Ressurreição Claro**, efetuou um pequeno esclarecimento. -----

Posso responder à questão que levantou. Tentei fazer alguns contactos prévios. E verifiquei, após contactos, que alguns Grupos Municipais ainda não estavam devidamente organizados, eu próprio, fiz algum trabalho de casa como verificaram. Na Mesa, estivemos a conversar, e a Mesa entende, apesar de no mandato anterior a metodologia ter sido também esta, foi na primeira reunião a seguir ao ato de posse que foi colocado este ponto, que podemos enveredar no sentido de adotarmos um critério que seja os Grupos Municipais entenderem-se no sentido de apresentarem uma proposta que venha à próxima reunião da Assembleia Municipal, porque não se trata de uma mera alteração ao Regimento, é um novo Regimento, porque é um novo mandato. E, portanto, nós estamos todos de acordo, a própria Mesa tinha competência para apresentar uma proposta, entendeu não fazê-lo, mas remete de para os Grupos Municipais este entendimento, no sentido de se criar uma Comissão que necessariamente terá de ser representativa do espectro desta Assembleia Municipal que, de facto, veja todo o atual Regimento e apresente uma proposta atualizada em que possa estar expressa a vontade maioritária desta Assembleia Municipal, tendo em consideração também as pequenas representações e não só a mera representatividade que advém dos números. Portanto, este é a nossa posição não sei se o PSD quer usar da palavra. -----

Brigite Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, pelo **PS**, disse: -----

Obrigado senhor Presidente, renovo os meus cumprimentos a todas e a todos. Concordando, em parte, com a intervenção do senhor membro eleito pelo CDS-PP parece-nos, de facto, que hoje não teremos aqui ganho de tempo, nem qualquer vantagem em estar a discutir o Regimento. É um documento que reveste alguma complexidade, estamos num novo figurino desta Assembleia Municipal, já percebemos que há forma de adaptar o Regimento ainda em vigor e, o que decorreu no Período Antes da Ordem do Dia, é prova disso. Portanto, a Mesa, e muito bem, encontrou,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

adaptando, uma solução. Parece-me, também, que a partir da Assembleia de fevereiro, teremos de estar já a incluir na Ordem do Dia a aprovação do novo Regimento, para este mandato. Creio é que não devemos fazer a discussão do mesmo no seio dessa reunião. E, portanto, propunha que se pudesse fazer algum trabalho prévio. Dentro deste trabalho prévio, e já tendo a Mesa sugerido, por exemplo, a formação de uma comissão, eu pessoalmente (e agora estou a falar a título particular) sou pouco adepta de comissões, acho que elas muitas vezes enredam-se em discussão. A minha experiência em comissões é, sobretudo, com juristas e, portanto, muitos juristas em torno de um mesmo documento, e em torno de uma mesma mesa, nem sempre é produtivo. Sendo certo que para ser representativa, em termos proporcionais de todos os Grupos Municipais, estaríamos a falar de uma Comissão com um número de pessoas muito significativo e vasto, cujas agendas, pessoais, familiares e profissionais, talvez sejam difíceis de concatenar. E, neste sentido (e agora estou a falar enquanto representante do Grupo Municipal do Partido Socialista), a Mesa, o senhor Presidente da Mesa, a senhora Secretária e o senhor Secretário, pela sua vasta experiência política mas, também, pelo seu elevado sentido democrático, creio que já deram a todos e a todas aqui presentes provas de que têm condições democráticas, passe a redundância, e de imparcialidade suficientes e experiência, mais do que bastante, para poderem apresentar aos Grupos Municipais uma proposta. Na sequência disso, eventualmente no decurso do mês de janeiro, aí sim, sentarmo-nos a uma mesa alguns representantes, mas não no vazio, e já em torno de uma proposta que a Mesa nos possa apresentar. Da nossa parte há a total confiança na Mesa para esse efeito. Obviamente, também não saímos do zero porque temos o Regimento ainda em vigor, mas preferiríamos essa solução do que a da constituição de uma Comissão. E, portanto, a sugestão que deixo é que possa a Mesa, no decurso do mês de janeiro, enviar aos Grupos Municipais uma minuta, uma proposta prévia, e aí sim sobre essa proposta, depois, os Grupos já poderem reunir para que, na Assembleia de fevereiro, venhamos só discutir e votar um documento já consensualizado. Muito obrigado. -----

No uso da palavra, o Presidente da Assembleia Municipal, **Altamiro da Ressurreição Claro**, efetuou um pequeno esclarecimento. -----

Queria dizer o seguinte: uma questão prévia, a proposta do membro desta Assembleia Municipal, Brigitte Gonçalves, a Mesa não a aceita. Agradece esta prova de confiança, mas não a aceita. Porque se se a aceitássemos, nós teríamos necessariamente já feito uma proposta e tê-la-íamos trazido a esta Assembleia. Agradecemos essa prova de confiança, mas entendemos que este assunto diz respeito à Assembleia e até para salvaguarda da nossa independência. Acho que se pode criar uma comissão representativa, apesar de ser uma comissão pequena e que passa por um entendimento entre os Grupos Municipais, na certeza, porém que tem de respeitar uma maioria que existe nesta Assembleia. Portanto, esta é a posição da Mesa. -----

António Pedro de Nobre Carmona Rodrigues, pelo **PSD**, disse: -----

Uma breve nota para dizer que subscrevemos a posição do membro desta Assembleia, Vítor Pimentel, nomeadamente, sobre um assunto que eu acho que é da maior importância, mas não é urgente, estarmos aqui hoje a discutir ou a debater sobre o Regimento. Portanto, congratulo-me pela posição da Mesa de propor o adiamento, justamente pela importância que tem este documento. Também subscrevo a ideia da senhora membro desta Assembleia e representante do Grupo Municipal do Partido Socialista, no sentido de que a constituição formal de uma comissão, poderá não só ser excessivo como, porventura, pesado do ponto de vista burocrático e processual. Eu diria que devia haver uma disponibilidade dos líderes de todos os Grupos Municipais aqui representados para reunirem as vezes que forem necessárias e debaterem, poderão não chegar à unanimidade, mas de qualquer modo trocar impressões e convergir na melhor proposta possível para depois podermos numa próxima oportunidade vir aqui debater e votar. Muito obrigado. -----

Vítor Carlos Teixeira Pimentel, pelo **CDS-PP**, disse: -----

Mais uma vez renovo os cumprimentos. Só para dizer senhor Presidente, eu acho que efetivamente, e pegando também nas palavras do membro desta Assembleia Municipal, engenheiro Carmona



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Rodrigues, os líderes parlamentares poderiam integrar essa comissão, fazer a discussão mantendo a proporcionalidade representativa nesta Assembleia em termos de acordo para o Regimento. Parece-me que seria o mais justo e que poupava efetivamente tempo a todos, obrigado. -----

No uso da palavra, o Presidente da Assembleia Municipal, **Altamiro da Ressurreição Claro**, efetuou uma proposta. -----

Permitam-me que eu possa fazer uma proposta. Poderia ser uma comissão constituída por sete pessoas, quatro do PS, dois do PSD e uma representativa dos outros Grupos Municipais, seria uma comissão pequena e inteiramente representativa, têm de ser sete, porque já temos dois Presidentes de Junta ligados ao Grupo Municipal do PS. É uma proposta para ajudar a resolver a situação. -----

Brigite Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, pelo **PS**, disse: -----

Senhor Presidente com todo o respeito e espírito democrático, agora somos nós a devolver. Eu creio que a proposta que o senhor membro desta Assembleia Municipal, Victor Pimentel, apresentou soluciona a questão da representatividade, sem ser necessário termos que congregar ou concatenar a disponibilidade de tanta gente. Ou seja, cada Grupo Municipal é importante, é aqui que se formaliza a constituição dos Grupos Municipais, e o PS já o fez, creio que outros Grupos Municipais também já o fizeram. Cada Grupo Municipal enviará um representante, mas no seio dessas reuniões, no seio dessas comissões, esse elemento não tem um voto esse elemento valerá um número de votos na proporção do Grupo Municipal que representa. E, assim, teremos apenas que organizar-nos quatro ou cinco pessoas, não sei, ainda não fiz as contas, mas será um número de facto mais diminuto. Relativamente àquilo que a Mesa acaba de propor, a votação não se fará um membro um voto, mas sim pelo número de votos que seja proporcional ao Grupo Municipal que representa. -----

Encerrou o debate deste ponto, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Altamiro da Ressurreição Claro**. -----

Muito bem senhora deputada, só que a sua proposta é precisamente igual a minha, são sete elementos, porque são sete grupos neste momento, porque dois Presidentes de Junta já aderiram ao grupo do PS, portanto, são sete. Mas acho correta a sua proposta são sete na mesma, só que aqui já está quatro do PS, dois do PSD e um dos outros Grupos Municipais, já tinha a representatividade, mas se cada um dos representantes representar x votos, é a mesma coisa. Portanto fica à consideração da Assembleia esta proposta. -----

A decisão é promover uma reunião entre os Grupos Municipais e mandar um representante de cada Grupo Municipal no sentido de elaborar uma proposta de um novo Regimento a apresentar na próxima reunião da Assembleia Municipal, na certeza, de que cada um dos elementos de cada Grupo Municipal leva consigo a representatividade que esse Grupo tem nesta Assembleia. -----

PONTO 4 - INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação da sua informação. -----

Muito bom dia. Cumprimentos ao senhor Presidente da Mesa, restantes Membros, à senhora Vereadora e senhores Vereadores, aos Membros deste Órgão Deliberativo e, naturalmente, aos demais presentes nesta sala. Como é obrigação legal esta informação a prestar pelo Presidente da Câmara, está desagregada em três áreas distintas. As atividades mais relevantes, uma informação sintética sobre a situação económica/financeira do Município, outra sobre obras municipais em curso, e por fim, um relatório sobre o contencioso judicial. Relativamente àquilo que têm sido as principais presenças, representações e ações protagonizadas pelo Presidente, elas estão enunciadas de forma sintética, mas, ainda assim, com alguma informação para que os Membros desta Assembleia possam conhecer algumas das intervenções e das reuniões que foram realizadas neste período. Depois, também dar nota daquilo que é a informação relativamente à situação económica/financeira do Município que está expressa numa informação que foi elaborada pela



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

respetiva dirigente da Unidade Orgânica, responsável pela gestão financeira. Tem, como é habitual, uma arrumação entre a situação financeira patrimonial com informação sobre aquilo que é a execução orçamental da receita e da despesa. Como é habitual, a taxa de execução da receita corrente e também da execução da receita corrente, é sempre um resultado mais elevado, portanto, uma taxa de execução mais elevada, sendo certo, que no cômputo geral estamos a falar de uma discussão global de 72%. Isto, tomando como referência ao dia 14/12/2021, uma nota particular, é que no que diz respeito à despesa de capital encontra-se paga uma despesa de capital de 15 milhões e 959 mil euros, apesar da receita de capital ser de 6 milhões e 903 mil euros, o que significa que, de facto, há uma transferência daquilo que são as receitas correntes para despesas de investimento. Também algumas notas importantes no que respeita a dívidas a terceiros no passivo, uma evolução muito interessante e, portanto, uma redução percentual interessante naquilo que tem a ver com as dívidas a terceiros, agregando aquilo que é a dívida de curto prazo e a dívida de médio e longo prazo que reduziu relativamente ao último período em 9,10%. Neste momento, temos uma dívida total de 20 milhões e 335 mil euros, enquanto, a 4 fevereiro de 2021 era de 23 milhões e 64 mil euros. Portanto, estamos a falar de uma redução bastante substancial e se tivermos em atenção a redução de há quatro anos, ela então, de facto, é muito expressiva. Relativamente à dívida de terceiros, portanto, aquilo que tem a ver com ativo, há uma redução dessa dívida em 13,13%, relativamente ao período comparável que é 23 de junho de 2021, e neste momento, cifra-se em 17 milhões e 856 mil euros. Tive oportunidade de dizer em vários momentos que ela tem a sua expressão mais importante em dívida de cobrança duvidosa de 14 milhões e 586 mil euros, que tem a ver com aquilo que é do conhecimento de muitos Membros desta Assembleia Municipal, tem a ver com as taxas de ocupação do solo que foram lançadas por anteriores executivos e que não é possível cobrá-las, e apesar de estarem em contencioso nos Tribunais Administrativos, a verdade é que as últimas decisões do STA têm sido desfavoráveis no sentido de entenderem que os Municípios não podem lançar taxas novas de ocupação de subsolo, mas sim, têm que usar os instrumentos que existem, designadamente a taxa municipal de direitos de passagem relativamente às telecomunicações. E, portanto, é essa a informação relevante. Depois, quanto à questão dos resultados, a expectativa é que tenhamos resultado líquido positivo no exercício, muito próximo dos 5 milhões de euros, sendo certo, como eu já disse em diferentes momentos, o importante para o Município não é ter resultados líquidos positivos é, sobretudo, ter uma ótica de satisfação global e crescente relativamente àquilo que são as necessidades e provisionar os bens essenciais para os seus concidadãos. Depois, no que diz respeito a um aspeto importante que é a dívida total do Município, dizer que neste momento o limite da dívida total se cifra em 46 milhões, 224 mil e 918 euros, significa que é o limite máximo da nossa dívida total, sendo certo, que a nossa dívida total, se considerarmos na ótica de dívidas a terceiros, portanto, englobando também as responsabilidades no âmbito daquilo que são as operações extra orçamentais, estaríamos a falar de 22 milhões, 839 mil e 510 euros. Se tivermos em atenção, excluindo aquilo que são as operações extra orçamentais, nós teremos uma dívida de 19 milhões e 300 mil euros. De facto, há aqui uma redução de 15,53% desta dívida, o que, por contraponto, nos diz também que a nossa capacidade de endividamento total neste momento, a esta data, é de 26 milhões, 724 mil e 811 euros, sendo certo, que em cada ano apenas se pode utilizar 20% dessa capacidade de endividamento, o que, no nosso caso, neste momento, a nossa margem disponível para utilizar é de 8 milhões e 182 mil euros. Por outro lado, também dizer, que contrariamente ao que acontecia no passado, não temos nenhum sinal de preocupação, não temos nenhum registo de nenhum indicador, nenhum sinal de preocupação, significa que estamos no rumo certo. Depois, dizer também, que relativamente a outros aspetos temos vindo a fazer um trabalho de agregação e de informação aos Órgãos, designadamente ao Órgão do Município e não só, todas as dívidas encontram-se registadas e todas as questões que suscitem dúvida. Relativamente a alguns créditos que nos sejam reclamados, estão suficientemente provisionados nas nossas contas, e ao mesmo tempo, às chamadas responsabilidades contingentes elas estão identificadas no anexo e podem ver aquilo que são as responsabilidades e os ativos contingentes, portanto, aqueles que ainda não haja garantia de que possamos vir a ser responsabilizados ou que passamos ingressar no nosso ativo alguns valores,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

elas estão aí identificadas para que sejam conhecidos de todos e não haja surpresas. Depois, também, está aí uma relação de todos os contenciosos, sejamos autores ou sejamos réus, de todos os processos, já perceberam que a diminuição dos processos é significativa. Anteriormente, tínhamos duas ou três folhas, hoje temos uma frente e verso e não ocupa a folha toda. Portanto, temos vindo a resolver um conjunto de processos de contenciosos, que neste momento, salvo o processo do IMPARQUE, que tem a ver com a construção do parque subterrâneo de estacionamento que está pendente no Supremo Tribunal Administrativo, que nos inspira muitos cuidados e, ao mesmo tempo, também aquilo que é a última das duas ações que foram postas pelas Águas do Norte por causa das questões relacionadas com a água no que respeita aos consumos garantidos, temos dois processos em Tribunal que apresentam materialidade relevante em termos financeiros, mas esperamos ser bem-sucedidos, de qualquer das formas, são esses processos que têm algum risco para a situação financeira do próprio Município. Depois, podem ver também naquilo que é a informação relativamente às empreitadas em curso, que neste momento, continuamos com um relevante investimento no Concelho, nós neste momento temos em execução obra superior a 10 milhões de euros. Coloco-me, naturalmente, à disposição e consideração dos Membros desta Assembleia Municipal para que formulem pedidos de esclarecimentos ou de outra natureza que entendam sobre este assunto. Obrigada. -----

Seguiram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal: -----

António José dos Santos, pelo **PSD**, disse: -----

“Muito bom dia a todos. -----

Começo por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhores Secretários, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhores Vereadores, senhores Presidentes de Junta, membros desta Assembleia e demais, aqui, presentes. -----

“Estamos no final de 2021 e gostaríamos de saber o ponto de situação no que respeita a algumas questões que foram abordadas ao longo do tempo. -----

Se estão a ser cumpridas ou a ser equacionadas e quais as soluções concretas para o próximo ano. Neste pressuposto questionamos o Senhor Presidente da Câmara no sentido de obter respostas para as questões que infra se elencam, assim; -----

O Senhor Presidente da Câmara anunciou, tanto na comunicação social, como nas redes sociais, em 15 e 23 de julho, in *Diário@tual* e página do Município de Chaves do Facebook, respetivamente, que a Escola Superior de Hotelaria e Bem-estar do IPB iria instalar-se no Alto Tâmega e iria ter em funcionamento 3 licenciaturas - Direção Hoteleira, Fisioterapia e Termalismo e Restauração e, paralelamente, o IPB manteria em funcionamento, vários cursos de especialização tecnológica no Concelho de Chaves - Termalismo, Informática, Restauração e Inovação Alimentar, Estética, Cosmética e Bem-Estar, Promoção Turística e Cultural, Qualidade e Tratamento de Águas e efluentes. -----

Assim sendo, gostaríamos de saber, para o presente ano letivo de 2021/2022, quais as licenciaturas/Cursos Técnicos Superiores Profissionais, efetivamente, a decorrer em Chaves? -----

Qual o número, concreto, de alunos que frequentam essas licenciaturas/Cursos Técnicos Superiores Profissionais? -----

Isto porque, verificamos, na página oficial do IPB, que, para a cidade de Chaves, no que respeita à oferta formativa de Cursos Técnicos Superiores Profissionais para o ano letivo de 2021/2022, só estão em funcionamento dois Cursos Técnicos Superiores Profissionais a saber; -----

- Termalismo e Bem-Estar e, -----

- Informática. -----

Face ao exposto supra, impõe-nos o dever de ofício, de avivar a memória e lembrar que o 1º protocolo foi assinado, em 26 de junho de 2015, entre o IPB, o então executivo municipal, liderado pelo Arquiteto António Cabeleira, a CIM, a Escola Profissional de Chaves e os agrupamentos Fernão Magalhães e Dr. Júlio Martins, sendo que nesse mesmo ano letivo de 2015/2016 arrancaram 5 cursos em Chaves a saber: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

- *Informática* -----
- *Gestão de Vendas e Marketing* -----
- *Serviço Social e Desenvolvimento Comunitário* -----
- *Energias Renováveis* -----
- *Tecnologia Alimentar* -----

Inquirimos, ainda, o Senhor Presidente da Câmara no sentido de saber o porquê de durante este primeiro período letivo não ter havido aquecimento, dentro das salas de aulas, em algumas escolas dos agrupamentos escolares do nosso Concelho.” -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

Muito bom dia ao Senhor Presidente da Mesa, senhores Membros da Mesa, senhores Vereadores, senhores Membros desta Assembleia Municipal, já percebemos que o senhor Membro desta Assembleia Municipal, António Santos, está com saudade do passado. Já percebemos, já percebemos que tem saudades do passado e de uma gestão desastrosa que nos conduziu ao ponto em que nós estávamos em 2017, e com uma dívida absolutamente colossal, com uma cidade desagregada, com uma cidade sem atratividade turística, sem centralidade e sem, sobretudo, de um centro do conhecimento. Percebo que goste do passado, ainda bem que os seus concidadãos não pensam assim, nem pensaram assim. É na diversidade que temos que nos afirmar. Ser saudosista fica-lhe bem, também há saudosistas de outros tempos, mas esses, serão, espero eu, ainda menos. Depois dizer-lhe outra coisa, muito sinceramente, percebo que queira por em evidência aspetos relevantes de um passado que efetivamente os flavienses quiseram reprovar. Quiseram reprovar em 2017, quando o então o Arquiteto António Cabeleira foi candidato, afinal, esses méritos todos não eram assim tão relevantes, não tiveram expressão decisiva. Desta vez, como pelos vistos o PSD, pela primeira vez, teve medo de ir sozinho, aconteceu pela primeira vez na história, teve que se agregar, teve que fazer uma coligação, Chaves Primeiro não era? Pela primeira vez na história democrática do poder autárquico houve uma coligação em Chaves entre o CDS e o PSD, recordam-se? Eu, só outro dia, a ver os dados, é que confirmei essa informação, nunca tinha havido antes. E, apesar, de serem dois, um mais um, deu menos, não somou, subtraiu! De qualquer das formas, era para lembrar aqui algumas coisas, porque depois também ficam esquecidas para o futuro, queria-o ter dito antes e não disse digo-o agora. Depois dizer o seguinte, eu e os autarcas do Alto Tâmega, da CIM, estamos muito orgulhosos do trabalho que foi feito em cooperação, em estratégica e em parceria. De facto, esta vontade e esta visão estratégica, identificada e que se traduz nesta necessidade de nós termos instrumentos, de capacitação, de formação, de qualificação dos recursos humanos das empresas, do setor social e do setor público, é fundamental. Acreditamos que isso é fundamental, não só porque acreditamos que esse é que é o motor da transformação social, mas também é o motor do desenvolvimento económico dos territórios, fomos decisivos. No primeiro mês fizemos uma coisa, que eu já tive aqui a oportunidade de partilhar com muitos destes membros desta Assembleia Municipal, eu próprio, o Presidente da Câmara de Boticas que era o Presidente da CIM, à data, e o 1º Secretário, tivemos uma reunião com o então reitor da UTAD. Percebemos claramente que o reitor da UTAD não tinha nenhuma visão estratégica para o território. Foi isso que nos conduziu, na semana seguinte a uma reunião com o então Presidente do IPB, que hoje é Secretário de Estado, no sentido de lhe podermos lançar o desafio de poder ter um projeto de ensino superior para um território abandonado, que era o território do Alto Tâmega. Sim! Este território que tem cerca de 3000 km quadrados e que tem mais de 84 mil habitantes. Esse desafio, apesar de não ser imediatamente aceite pelo então Presidente, porque estava cessionário, porque ia mudar a Direção, mas propiciou-se uma reunião com o candidato a essa liderança que hoje é o Presidente do IPB, o professor Rodrigues, e foi possível começar a desenhar um processo de cooperação. Esse processo de cooperação foi primeiro instanciado naquilo que foi a solução de constituição do Aquavalor, sim! Porque nós entendíamos que era tempo de uma das duas NUTS 3 no País que não tinham nenhum Centro de Investigação, pudesse ser corrigida essa injustiça. Devemos dizer que esse foi um processo de parceria, de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

colaboração com o IPB, com o seu Presidente, com o então Presidente do Centro de Investigação da Montanha, hoje, Secretária de Estado da Valorização do Interior, professora Isabel Ferreira, foi possível construir uma candidatura, candidatura essa que só foi possível de ser aprovada, porque foi uma candidatura concorrencial, porque foi em concorrência com outras Universidades e outros Institutos Politécnicos. Foi possível porque, o então Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, percebendo a injustiça, fez uma alteração ao aviso para que também as Associações, e não só, as Universidades e os Politécnicos pudessem candidatar-se a estes laboratórios e a estes centros de investigação. Isso fez com que tivesse surgido o Aquavalor, isso foi absolutamente decisivo. E, portanto, comparar o Aquavalor com três, quatro ou cinco cursos técnico-profissionais, é uma coisa que não é aceitável, sinceramente, não percebo o seu referencial, não o conheço, não percebo o que é que quer comparar e de que forma? Também não percebo em que medida isso se concentra naquilo que são as questões que foram aqui abordadas na informação à Assembleia Municipal, porventura, essas matérias deviam ser no Período Antes da Ordem do Dia e não o fez, aproveitou este período para o fazer. Muito bem, eu estou a procurar responder-lhe, mas, de qualquer das formas, devia-se concentrar e centrar relativamente à atividade Municipal que eu aqui trouxe. Era relativamente a essa que devia interpelar-me, e não o fez. De qualquer das formas, aproveito para lhe dizer que o projeto relativamente ao Centro de Competências de Valorização de Transferência de Conhecimento na Água já se transformou num laboratório colaborativo, já tem mais de catorze investigadores em permanência a desenvolver todos os dias trabalho. Sabemos bem que produzir ciência leva muito tempo, mas quanto mais tarde terminarmos, mais tarde vamos ter os efeitos desse trabalho. E, portanto, eu acredito muito nestes jovens cientistas que iniciaram o trabalho no âmbito do Aquavalor, porque, certamente, serão decisivos e fundamentais para a nossa estratégia de desenvolvimento. Mas queremos mais, queremos uma instituição superior que qualifique as pessoas, é com a qualificação das pessoas que nós vamos fazer a transformação. Mas, ao mesmo tempo, eu acredito que nós possamos ter a esperança, a oportunidade de concretizar esta grande injustiça. Eu disse e reafirmo aqui, o erro mais crasso em termos estratégicos que foi cometido pelas várias lideranças deste Município, foi não terem percebido que o ensino superior era fundamental, mas era fundamental não só para qualificação dos seus recursos humanos, como era fundamental pela sua centralidade, pela afirmação do território, para o desenvolvimento da sua economia e para o desenvolvimento das suas empresas. E isso, na minha perspetiva, não foi visto desta forma por várias lideranças, lideranças do PS e lideranças do PSD. Essa mudança foi claramente alterada em 2017. Em 2017 a tónica primeira de todos e minha também, foi primeiro o conhecimento, primeiro o ensino superior. É verdade que fizemos algumas diligências com o então Secretário de Estado do Ensino Superior e percebemos que não havia nenhuma vontade, nenhuma intenção de reconfigurar aquilo que era a arquitetura do Ensino Superior no País. Já percebemos agora com o Ministro, Manuel Heitor, que tem um pensamento diferente, entende que é importante que alguns territórios que não tenham Ensino Superior, possam vir a tê-lo, mas em áreas diferenciadas, em áreas que não sejam concorrenciais com escolas que, porventura, já existam. E foi isso que nós quisemos fazer no âmbito da CIM e do Aquavalor em cooperação com o IPB. Quisemos desenhar um projeto, naturalmente com a ajuda de uma consultora, de uma escola e que lhe fosse apresentada a viabilidade, não só em termos pedagógicos, mas também em termos económico/financeiros. Esse estudo foi apresentado ao senhor Ministro, e esse estudo foi valorizado positivamente, e deu lugar a uma iniciativa que foi concretizada nos Órgãos do próprio IPB. A Assembleia das Escolas do IPB já deliberou e já aprovou a criação da Escola Superior de Hotelaria e Bem-estar do Alto Tâmega. Este, é um passo decisivo, é um passo muito importante, muito importante. É claro que a Escola do Alto Tâmega vai beneficiar todos, não podemos ser egoístas, com certeza que será concretizada em Chaves, mas é com a ambição de ser nacional e até internacional, só pode ser assim, se queremos ter alguma perspetiva de sucesso para a Escola. -----

Depois dizer que, também, já estão em preparação dois cursos por parte do próprio IPB, que é a única entidade que pode ministrar os cursos, não é o Aquavalor, no sentido de que no próximo ano letivo, portanto, 2022/2023, se acreditados, possam ser desenvolvidos, um deles será fisioterapia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

E, portanto, dizer que tem sido feito muito trabalho em pouco tempo. Portanto, vir cá tentar apoucar, diminuir um trabalho relevante e muito significativo que tem sido feito no âmbito da CIM, com a participação de todos, com o envolvimento de todos, com a motivação de todos, com um entusiasmo muito grande pelo 1º Secretário da CIM, e com um compromisso absolutamente excecional do IPB, e diga-se também, de dois Ministérios fundamentais, o Ministério da Ciência e do Ensino Superior e o Ministério da Coesão do Interior. Estes dois Ministérios foram e são fundamentais, porque nunca haverá, na minha perspetiva, condições de construir uma Escola se não houver financiamento, isso não será possível. Portanto, para que se possa, algum dia, concretizar a construção de um edifício que possa albergar uma Escola, isso tem que ser feito com recurso a Fundos Europeus. É esse o nosso objetivo, é essa a nossa grande ambição, a ambição da CIM, a ambição do IPB, a ambição do Município de Chaves e do seu Presidente, é tudo fazerem para que se possa construir uma escola, para que se possa construir uma residência de estudantes, é por aí que nós queremos afirmar o Concelho, o Alto Tâmega e afirmar o nosso querer. Depois, não posso aceitar que venha cá com esta ideia de que este Município, que este Executivo, não atende às questões da educação. Outros tempos houve em que à guisa e com a justificação que as competências eram da Administração Central, não se faziam, não se patrocinava, não se financiavam requalificações de estabelecimentos escolares. Este Município já deu nota que é bem diferente. Veja-se o que já foi feito em alguns dos equipamentos escolares que são da responsabilidade da Administração Central, na Escola Fernão Magalhães, na Escola de Vidago e todos os outros edifícios que fazem parte do segundo e terceiros ciclos e também do secundário. Já fizemos mais de dois milhões de euros de investimento e vamos fazer ainda mais, sim! Já retirámos o amianto, por exemplo, das escolas primárias e temos a intenção de fazer mais requalificações em todo o parque escolar. E, portanto, há aqui um compromisso e esse compromisso é sentido pelos Diretores das Escolas, compromisso presente, de procurar responder àquilo que são as maiores necessidades, sejam em questões infraestruturais ou seja nas dimensões mais pedagógicas ou mais sociais. E, portanto, vir para cá dizer que algumas escolas, não identificando quais, não têm aquecimento, não é correto. O que deveria ter feito, era elencar as escolas que se tinham queixado, dar a conhecer as decisões que foram tomadas no âmbito das respetivas direções executiva para sabermos se houve alguma omissão do Município que deva ser censurada, se houve, corrija-se. Porque a minha filosofia é, identifiquem-se os problemas e resolvam-se. Portanto, se tem conhecimento de alguma escola que, porventura, não tenha tido aquecimento, primeiro é dizer qual foi, durante quantos dias e porquê? E o que é que foi feito, quer pela Direção da Escola, quer pelos Serviços Municipais de Educação. Porque, como sabem, quem gere as Escolas, ainda não é o Município, quem gere as Escolas, todas as Escolas, ainda são os Diretores Executivos das Escolas, sendo certo, que em cooperação e com o financiamento do Município de Chaves. Portanto, se quiser explicar melhor, venha explicar para que possamos conhecer as anomalias e, sobretudo, ajudar a resolvê-las. Porque mais do que politiquice com questões da escola, devemos é preocupar-nos com a educação dos nossos filhos. Obrigado. -----

Helena Cristina Gonçalves Santos, pelo **CDS-PP**, disse: -----

Excelentíssimo senhor Presidente da Mesa e restantes Membros, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal, senhores Vereadores, caras e caros senhores Presidentes de Junta, caras e caros Membros da Assembleia Municipal, pessoal de apoio à Assembleia Municipal, órgãos da comunicação social, público presente e, todos os flavienses. Da reunião de 3 de novembro com a senhora Ministra da Saúde de visita à Unidade Hospitalar de Chaves, que veio constatar, in loco, o ponto da situação relativamente à construção da Unidade de Cuidados Intermédios e do novo Serviço de Cuidados Paliativos, gostaríamos de perguntar ao senhor Presidente se nos pode apresentar ou fornecer uma data concreta para a execução das mesmas? Gostaríamos também de saber em que pé está o PDM? E quando vamos ter efetivamente o PDM concluído com proposta trazida à Assembleia Municipal? -----

António José dos Santos, pelo **PSD**, disse: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Direito de resposta: -----
Mais uma vez, bom dia a todos. Eu coloquei aqui algumas questões ao senhor Presidente da Câmara relativamente ao Ensino Superior, não vim aqui trazer nada de saudosismo. Porque eu gosto muito do passado, aliás, a minha vida pauta-se por conseguir sempre olhar para trás, para aquilo que foi feito para depois poder projetar o futuro, porque se assim não for, não podemos lá chegar. Eu não estou contra aquilo que o Município de Chaves tem feito pelo Ensino Superior, nada disso, não foi aquilo que eu disse. Só vim perguntar sobre aquilo que foi prometido, aquilo que foi anunciado com toda a pompa e circunstância, que havia aí muitas coisas para apresentar, e estava a perguntar-lhe exatamente o que é que foi concretizado? E, a isso, não me respondeu. Portanto, não vim aqui dizer nada pusesse em causa nada, não ponho em causa nada, tudo aquilo que está a ser feito, está a ser feito bem, porque as pessoas que gerem as coisas entendem que está bem, eu concordo. Agora, eu só queria era que me dissesse entre o prometido e o concretizado, onde é que estamos nós? Em que ponto estamos? E relativamente às escolas, pergunto-lhe uma coisa, eu vim dizer aqui alguma falsidade por dizer que houve escolas do nosso Concelho que não tiveram aquecimento durante o primeiro período? Não disse nenhuma falsidade. É verdade! Quer que lhe venha dizer as escolas, o senhor Presidente é que tem que saber quais são as escolas, essa é que é a sua função. O Senhor Presidente quando sair daqui deve perguntar, tem que o saber, não sou eu que lhe vou dizer se foi a escola A, B ou C, é verdade que houve escolas sem aquecimento, agora o senhor Presidente e se não houve escolas que não tiveram aquecimento, o senhor Presidente, numa próxima reunião, vai dizer que o senhor membro desta Assembleia mentiu, veio dizer que não houve aquecimento e afinal houve, o senhor Presidente vai-me desmentir na próxima reunião. Mas agora tem a obrigação de saber onde é que existem os problemas e eu estou a levantá-los. Devia perguntar-lhe o que é que aconteceu para que isto tivesse acontecido. Diga-me só quais são os problemas que existem nessas escolas para não se poder ter resolvido o problema do aquecimento responda-me só aquilo que eu lhe perguntei. Era só isso que eu lhe queria perguntar. Eu não fiz outras insinuações, não aceito que diga que as minhas palavras disseram aquilo que eu às vezes não quero dizer, pode entender isso, mas eu não venho aqui fazer insinuações. Eu gosto de ter uma linguagem denotativa, a linguagem conotativa é mais para si que às vezes diz coisas e que às vezes têm outra intencionalidade, eu não costumo ter outra intencionalidade, aqui falo de coisas concretas, e o senhor Presidente é que tem que responder àquilo que lhe pergunto, não sou eu que tenho que lhe dar respostas. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

Muito bom dia, renovo cumprimentos a todos, naturalmente à Mesa e aos senhores Membros do Executivo e da Assembleia Municipal. -----

Dizer que quanto às questões, questão prévia, acho que todos estão a aproveitar um espaço que não é exatamente para fazer interpelações, isso é o período Antes da Ordem do Dia, não é no período da informação. E, portanto, na minha perspetiva, o que fizeram aqui foi claramente atirar ao lado, a não ser a senhora membro desta Assembleia Municipal, do CDS, que colocou uma questão à qual eu vou responder, já, todos os demais, o que fizeram aqui, foi tentar aproveitar à guisa da Informação Municipal sobre algumas das reuniões mais importantes, fazerem interpelações sobre outros assuntos, percebo, enfim, querem fazê-lo, a Mesa permite, tudo bem! Eu responderei e usarei também o meu direito de resposta sem nenhum problema e vou fazê-lo sem nenhuma limitação. Relativamente à questão que foi colocada pela senhora Membro desta Assembleia Municipal, Helena Cristina Santos, do CDS, dizer que a Senhora Ministra não veio para ver as obras dos Cuidados Paliativos, ela veio visitar a Unidade Hospitalar de Chaves, aliás, ela veio visitar o Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, como tal, veio visitar a Unidade de Vila Real, a unidade de Lamego e a Unidade de Chaves. E ao nível das obras, aquelas que mereceram maior atenção foi, sobretudo, as obras do bloco, essas sim! É que são verdadeiramente significativas e até me surpreende que não tenha havido aqui nenhuma referência sobre a importância e relevância dessas obras por parte das bancadas a não ser do PS, porquê? Porque



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

era sistematicamente a questão que durante anos aqui foi abundantemente discutida, abundantemente censurada, com enormes críticas. Depois eu devo dizer o seguinte, eu estive, participei nessa reunião, tive a oportunidade de aceder ao bloco e fiquei agradavelmente surpreendido, sinceramente, parecia-me um hospital da linha da frente, sinceramente! E, portanto, o que eu desejo e o que eu disse à Senhora Ministra, é que todos os investimentos que estão previstos, sejam executados. E também lhe disse outra coisa, nós tivemos um conjunto de reuniões por videoconferência nas quais participou a Senhora Ministra, o senhor Secretário de Estado, o Presidente da ARS Norte e o Conselho de Administração do Centro Hospitalar, designadamente a Senhora Presidente e a Senhora Diretora Clínica. Tivemos reuniões muito duras, demonstrando-lhe uma insatisfação muito grande pela tardia execução de alguns dos compromissos que tinham sido assumidos logo no início do meu mandato. Da mesma forma lhe disse, quando estive em Chaves, que afinal cumpriu. E é a verdade, aquilo com que ela se comprometeu comigo no início de 2018, cumpriu, designadamente aquela que tinha mais importância que era o bloco operatório. Não lhe posso dar hoje datas concretas, posso solicitá-las, porque, como sabem, o dono da obra não é o Município de Chaves, o dono da obra é o Centro Hospitalar. De qualquer das formas, podemos procurar conhecer essa informação, na próxima Assembleia Municipal trarei a informação relativamente àquilo que são, digamos assim, os timings de execução contratual relativamente a essas duas intervenções que estão a ser objeto na Unidade Hospitalar de Chaves, designadamente os Cuidados Intermédios e os Cuidados Paliativos, sim, trar-lhe-ei, cá essa informação, naturalmente essa e, eventualmente, outras intervenções que estão projetadas, designadamente na hemodiálise e noutros sítios. Procurámos sempre saber a informação, sempre e quando for muito importante, traremos essa informação para que os membros da Assembleia Municipal a possam conhecer, porque eu também não sei exatamente os timings concretos e, portanto, fica este meu compromisso. Relativamente ao senhor membro desta Assembleia Municipal, António Santos, já nos conhecemos, já o conhecemos, já conhecemos a sua postura e sua a forma de intervenção. E, portanto, a não ser os membros desta Assembleia Municipal que estejam aqui pela primeira que não o conhecem, nós já o conhecemos, já conhecemos exatamente aquilo que são as motivações das suas intervenções e, portanto, não estranha nada essa sua intervenção que a propósito da informação municipal venha suscitar aqui uma questão sobre falta de aquecimento. Devo dizer-lhe, eu sou Presidente de Câmara, não sou encarregado e, portanto, nessa perspetiva, há um bom princípio, quem acusa prova, é um princípio, enfim, não sei se é a minha formação jurídica, formação ou não, não sei bem, mas é assim, quem acusa prova. A única situação que eu conheço, procuro acompanhar a atividade dos vários setores municipais, em que houve uma dificuldade com o aquecimento, foi na Escola de Casas dos Montes, a única que eu conheci, em que houve um problema com um queimador de uma caldeira ou de esquentador, não sei bem, em que foi necessário comprá-lo e não havia nenhum a nível local, e tivemos que encontrar uma solução alternativa para que dali a três dias se pudesse colocar. É a única situação que conheço relativamente a esta matéria. Agora, se há mais, essa gestão deve ser feita nas Direções das Escolas, eu insisto. Eu sei que a partir de março as competências passaram para o Município. Sabem bem a minha posição sobre esta matéria, conhecem-na bem, eu explicitiei em diversos momentos que o Município de Chaves, pelo menos, enquanto eu fosse Presidente de Câmara, não queria essas competências, não as desejava, no momento em que foram todas transferidas, naturalmente que as executará o melhor que souber. De qualquer das formas, fazer política e politiquice dessa forma não parece aceitável, se quer contribuir para a solução, nós aceitamos que nos faça essa indicação e essa identificação, para que nós possamos perguntar junto das Direções dos Agrupamentos de Escolas, como sabem, quem gere as Escolas, são os Agrupamentos de Escolas, ainda que os Municípios, no primeiro ciclo, tenham que propiciar determinadas condições, designadamente, as condições que têm a ver com o aquecimento, e aí, sim! Teremos que corrigir algumas deficiências que, porventura, sejam identificadas, mas sempre na lógica da correção, problema identificado, problema resolvido, não é como no passado, problema identificado, problema escondido. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Altamiro da Ressurreição Claro**, no uso da palavra disse: -----

Senhores membros da Assembleia, a Mesa, doravante, irá denominar este tipo de pedido de intervenção, de direito de resposta, através de nova inscrição, por respeito por quem já está inscrito previamente. Porque, pode até acontecer, que aqueles que se inscreveram inicialmente, quando chegar o seu momento de intervenção, já não tenham tempo disponível, como aconteceu, já hoje. Portanto, esta é a interpretação da Mesa. -----

Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, pelo **PSD**, disse: -----

Obrigado senhor Presidente, os meus cumprimentos a vossa Excelência e aos restantes membros da Mesa, cumprimentar de igual forma o senhor Presidente da Câmara, a senhora e os senhores Vereadores, ao senhor Presidente da Câmara, uma palavra especial, felicitando-o pelo resultado das últimas eleições, desejamos-lhe um excelente mandato, os flavienses falaram, nós na oposição temos a responsabilidade de apresentar propostas alternativas e é o que faremos ao longo deste mandato. Cumprimentar também os senhores Vereadores da oposição, as senhoras e senhores Presidentes de Junta, senhoras e senhores membros desta Assembleia Municipal, público, se presente, órgãos de comunicação social, colaboradores da autarquia, a todos um cumprimento especial, nesta quadra natalícia que atravessamos. Cingindo-me apenas ao ponto em apreço, à informação prestada pelo Senhor Presidente da Câmara, gostaríamos de saber relativamente à reunião ocorrida no passado dia 8 de novembro com a Diretora de Serviços do Ordenamento do Território, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, relativamente ao processo de conclusão e finalização da revisão do PDM, qual a data prevista para o mesmo? É um instrumento fundamental na gestão autárquica, infelizmente, nos últimos anos e passando por vários executivos, esse processo está atrasado, mas olhando para a frente a questão concreta é: Senhor Presidente, pode-nos adiantar a data da finalização desse instrumento? Se vai ter mais edificado? Mais espaços verdes? Enfim, se nos pode adiantar alguma coisa sobre o processo de conclusão de revisão do PDM? Obrigado. -----

Encerrou o debate deste ponto, o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

Bom dia, cumprimentos à Mesa, senhor Presidente e os seus integrantes, senhores Vereadores, senhora Vereadora, senhores Membros desta Assembleia Municipal as demais pessoas aqui presentes. Cumprimentando também o membro desta Assembleia Municipal, Nelson Montalvão, que cumprimento e a quem agradeço e retribuo as suas palavras. Dizer que isso pôs em evidência uma pergunta que tinha sido feita antes e que me esqueci de responder, não foi com intenção, não houve nenhuma intenção em não responder. Portanto, esta resposta servirá para atender aos dois pedidos de esclarecimento. Como sabem, eu gostaria de avançar com uma data e, até vou fazê-lo, mas daquilo que tem sido a experiência do passado, é que isto parece um processo que é indeterminável. Como sabem, o PDM foi aprovado em 2005 no Concelho de Chaves. Era suposto, diziam as regras, designadamente, do instrumento de gestão urbanística, que devia ser revisto decorridos 10 anos. A verdade é que não decorreram 10 anos, já decorreram 10 anos até 2015 e depois mais 6 anos. Passou por um conjunto de Executivos Municipais, também passou pelo meu último, é verdade, mas, enfim, parece que há e houve no passado várias falsas partidas na concretização deste instrumento de planeamento urbanístico que ajuda fundamentalmente àquilo que é a gestão urbanística quotidiana. A reunião que nós fizemos aqui, foi uma reunião pedida por mim, e que visava, sobretudo, o seguinte: Visava, como sabem todos, o processo de revisão do PDM, um processo muito complexo, tem uma multiplicidade de instituições, o que faz com que cada um deles tenha posições diferentes das outras, que vai desde o ICNF à APA, à CCDRN, ao Ministério da Agricultura, com diferentes serviços e com uma grande complexidade. Neste momento, como sabem, há dois anos saiu uma nova lei relativamente ao urbanismo que obrigou a que muitos dos PDMs que tinham sido revistos então, tivessem obrigatoriamente de ser revistos. Nesta fase, o PDM de Chaves é aquele em que o processo de revisão estará mais avançado na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

região norte, neste preciso momento. Ainda assim, era preciso consertar, e de alguma forma validar e evidenciar, que todos os passos que foram dados na multiplicidade de processos, estão verdadeiramente consolidados. As últimas discussões que aconteceram e nalguns casos com avanços e recuos significativos, tinham a ver com duas ou três dimensões em que este instrumento de planeamento urbanístico é importante. Estamos a falar da questão da Reserva Ecológica nacional e estamos a falar da Reserva Agrícola, também, mas também da área florestal. Como sabem, o próximo PDM não vai ter três espaços, vai ter apenas dois. O PDM em vigor tem espaços urbanos, espaços urbanizáveis e espaços agrícolas. No futuro, só haverá espaços agrícolas ou rurais e espaços urbanos, deixarão de existirem espaços urbanizáveis. Ao mesmo tempo, também houve um esforço muito grande de densificação de pormenorização, porquê? Porque muita da cartografia que foi usada na elaboração do atual PDM, não permite, em muitos casos, ter informação rigorosa sobre uso e apetência daquele solo e, sobretudo, sobre as áreas em que se faz a diferenciação dos diferentes usos. Portanto, há aí um trabalho muito importante a fazer. Essa reunião foi feita em Chaves, foi feita com a Direção de Serviços que leva este assunto na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, com a presença também da representante da APA, quis perceber qual era o ponto de situação para garantir que rapidamente, eu quando digo rapidamente, dois, três meses, se poderia fechar o processo e iniciar já de forma subsequente aquilo que pudesse ser a discussão pública. O Município tem, até por causa dos investimentos que estão pensados, que estão projetados e que estão, de alguma forma, identificados para a área de acolhimento empresarial, eu aproveito aqui para dar nota de que o Município de Chaves foi um dos três Municípios da Região Norte que viu uma candidatura aprovada de mais de 11 milhões de euros, para a área do acolhimento empresarial e já fomos notificados este fim de semana. É um motivo de orgulho, de satisfação e ao mesmo tempo de grande exigência, porque certamente vamos conseguir melhorar e dar outra relevância a este nosso parque empresarial, porque assente em 3 pilares: O pilar da produção de energia das renováveis, o pilar do 5G e também questões de qualidade do serviço de energia. Mas voltando à questão que estávamos a discutir, dizer que a nossa expectativa é que efetivamente nós possamos ter o PDM aprovado e publicado até ao final do próximo ano. Essa é a nossa expectativa, isso é fundamental até para permitir a concretização, nos moldes em que se pretendem, de um grande investimento que está pensado para a área do acolhimento empresarial. Ainda assim, devo dizer-lhes que não durmo tranquilo, porque a cada reunião há uma conclusão e neste hiato entre reunião e reunião há sempre um serviço ou um dirigente de um serviço, que afinal, se lembrou de alguma coisa que antes se tinha esquecido, estou a dizer isto porquê? Porque, ainda ontem, fui abordado informalmente por um técnico a dizer, “senhor Presidente, temos que tratar daquele assunto, porque, pelos vistos, já pensam de forma diferente” e, portanto, vamos promover agora nova reunião na Comissão de Coordenação, para ver se, afinal, questões que têm a ver com a reserva ecológica nacional e sobre outra questão importante para nós que tem a ver com a circunstância de uma parte significativa do nosso território que é a Veiga de Chaves, ter um conjunto de servidões e de restrições de utilidade pública, designadamente, a questão do leito de cheia, a questão do espaço relacionado com o regadio da Veiga que tem um conjunto de condicionamentos para ver se superamos alguns entraves. Quando a proposta estiver em condições de ser, digamos assim, conhecida, discutida e receber contributos, ela será também trazida a este Órgão para que possamos dar todos os contributos que possam ser necessários. O Município de Chaves é uma entidade promotora, mas, em muitas das suas dimensões, não tem capacidade de conformação. E, portanto, desejando que este instrumento que é uma peça importante enquanto instrumento de estratégia a nível Concelhio, possa ajudar a potenciar os nossos recursos e a potenciar investimentos públicos e privados. É um processo complexo e difícil, porque, por questões de eficiência e questões ambientais, vamos ter naturalmente reduções de perímetros. Obrigado. -----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

Sendo treze horas e quinze minutos foi interrompida a sessão para o almoço. Os trabalhos foram, entretanto, retomados às quinze horas e quinze minutos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

O senhor Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, informou que, face à ausência da Secretária da Mesa, Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, a mesma foi substituída, nas mesmas funções, pela senhora Membro desta Assembleia Municipal, Sónia Cristina Adães Ferreira. -----

PONTO 5 - ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES, NA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA CIM (COMUNIDADE INTERMUNICIPAL); (4 EFETIVOS E 4 SUPLENTE); -----

O senhor Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, deu conhecimento da entrada na Mesa de duas listas apresentadas, respetivamente: -----

- Pelo Grupo Municipal do PS (lista A); -----
- Pelo Grupo Municipal do PSD/CDS-PP- lista conjunta (lista B). -----

A votação foi efetuada por escrutínio secreto, lista A - 18 votos, lista B - 17 votos e votos em branco 2, a eleição foi feita com aplicação do método D'Hondt, tendo sido eleitos os senhores membros desta Assembleia: -----

EFETIVOS: -----

- Júlio Eliseu Anjos Alves – PS; -----
- Nelson Paulo Gonçalves Montalvão – PSD; -----
- Anselmo José Martins – PS; -----
- Vítor Carlos Teixeira Pimentel – CDS-PP; -----

SUPLENTE: -----

- Isabel Maria Ruivo Seixas Martins - PS; -----
- Francisco António Taveira Ferreira – PSD; -----
- Cristina Maria Inocência Imaginário - PS; -----
- Maria Isabel Teixeira de Carvalho Cunha – PSD. -----

Estes são os membros da Assembleia Municipal que vão representar a Assembleia Municipal de Chaves na Assembleia Intermunicipal da CIM do Alto Tâmega (Comunidade Intermunicipal). -----

PONTO 6 - ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA NO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, (1 EFETIVO E 1 SUPLENTE); -----

O senhor Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, deu conhecimento da entrada na Mesa de uma lista apresentada pelo Grupo Municipal do PS. -----

A votação foi efetuada por escrutínio secreto, tendo a lista sido aprovada por maioria, com 45 votos a favor, 7 votos contra e 21 votos em branco, com os nomes propostos, respetivamente: -----

EFETIVO: -----

- Luís António Gonçalves Costa – Presidente de Junta da Freguesia de Vilar de Nantes; -----

SUPLENTE: -----

- João Manuel Almeida Pinto – Presidente da União de Freguesias da Madalena e Samaiões. -----

Estes são os Representantes dos Presidentes de Junta de Freguesia que irão representar a Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Educação. -----

PONTO 7 - ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES, POR GRUPO MUNICIPAL NO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE (1 REPRESENTANTE POR GRUPO MUNICIPAL); -----

O senhor Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, deu conhecimento da entrada na Mesa, lista apresentada por cada Grupo Municipal, com os seguintes nomes: -----

- Grupo Municipal do PS - Joana Maria Machado Borges; -----
- Grupo Municipal do PPD/PSD – Carlos Guilherme de Melo Gouveia; -----
- Grupo Municipal do CDS/PP – Daisy Machado Lameira; -----
- Grupo Municipal da CDU – Manuel Justino Matos Cunha; -----
- Grupo Municipal do CH – Vítor José Gomes; -----
- Grupo Municipal do BE – Marcelo Leandro Araújo Pires Rodrigues. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Estes são os membros da Assembleia Municipal por Grupo Municipal que irão representar a Assembleia Municipal no Conselho Municipal da Juventude. -----

PONTO 8 - ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES NO CONSELHO DA COMUNIDADE DO AGRUPAMENTO DOS CENTROS DE SAÚDE DO ALTO TÂMEGA E BARROSO (1 EFETIVO E 1 SUPLENTE); -----

O senhor Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, deu conhecimento da entrada na Mesa de uma lista apresentada pelo Grupo Municipal do PS. -----

A votação foi efetuada por escrutínio secreto, tendo sido, a lista apresentada, aprovada por maioria, com 45 votos a favor, 8 votos contra e 20 votos em branco, sendo os nomes propostos, respetivamente: -----

EFETIVO: -----

- Cristina Maria Inocência Imaginário – PS; -----

SUPLENTE: -----

- Melissa Alexandra Carvalho Lopes – PS. -----

Estes são os membros da Assembleia Municipal que irão representar a Assembleia Municipal no Conselho de Comunicação do Agrupamento dos Centros de Saúde do Alto Tâmega e Barroso. ----

PONTO 9 - ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES, NO CONSELHO CONSULTIVO DO CENTRO HOSPITALAR (1 EFETIVO E 1 SUPLENTE); -----

O senhor Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, deu conhecimento da entrada na Mesa de uma lista apresentada pelo Grupo Municipal do PS. -----

A votação foi efetuada por escrutínio secreto, a lista apresentada, foi aprovada por maioria, com 46 votos a favor, 7 votos contra e 20 votos em branco, tendo sido eleitos os dois membros da Assembleia Municipal, respetivamente: -----

EFETIVO: -----

- Isabel Maria Ruivo Seixas Martins – PS; -----

SUPLENTE: -----

- Cristina Maria Inocência Imaginário – PS. -----

Estes são os membros da Assembleia Municipal que irão representar a Assembleia Municipal no Conselho Consultivo do Centro Hospitalar. -----

PONTO 10 - ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA NA ANMP (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES (1 EFETIVO E 1 SUPLENTE); -----

O senhor Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, deu conhecimento da entrada na Mesa de uma lista apresentada pelo Grupo Municipal do PS. -----

A votação foi efetuada por escrutínio secreto, tendo a lista apresentada, sido aprovada por maioria, com 46 votos a favor, 7 votos contra e 20 votos em branco, com os nomes propostos foram, respetivamente: -----

EFETIVO: -----

- Luís António Gonçalves Costa – Presidente de Junta da Freguesia de Vilar de Nantes; -----

SUPLENTE: -----

- João Manuel Almeida Pinto – Presidente da União de Freguesias da Madalena e Samaiões. -----

Estes são os Representantes dos Presidentes de Junta de Freguesia que irão representar a Assembleia Municipal na ANMP (Associação Nacional dos Municípios Portugueses). -----

PONTO 11 - ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES, NA CPCJ (COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE CHAVES (4 EFETIVOS E 4 SUPLENTES); -----

O senhor Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, deu conhecimento da entrada na Mesa de duas listas apresentadas, respetivamente: -----

- Pelo Grupo Municipal do PS (lista A); -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

- Pelo Grupo Municipal do PSD (lista B). -----
A votação foi efetuada por escrutínio secreto, lista A - 45 votos, lista B - 26 votos e votos em branco 2, a eleição foi feita com aplicação do método D'Hondt, tendo sido eleitos os senhores membros desta Assembleia: -----

EFETIVOS: -----

- Isabel Maria Ruivo Seixas Martins – PS; -----
- Melissa Alexandra Carvalho Lopes – PS; -----
- Pedro Manuel Pereira Barroco – PS; -----
- Michelle Alexandra Rodrigues da Costa – PSD. -----

SUPLENTE: -----

- Sónia Cristina Adães Ferreira – PS; -----
- António Manuel Pires de Almeida – PS; -----
- Cristina Maria Inocência Imaginário – PS; -----
- Maria Isabel Teixeira de Carvalho Cunha – PSD. -----

Estes são os membros da Assembleia Municipal que irão representar a Assembleia Municipal na CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Chaves). -----

PONTO 12 - ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES, NO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DO MUNICÍPIO DE CHAVES (5 REPRESENTANTES E 3 PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA); -----

O senhor Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, deu conhecimento a esta Assembleia de que este Ponto da Ordem de Trabalhos, foi retirado pelo facto de que, de acordo com a nova legislação sobre os Representantes da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Segurança, o único Representante é o Presidente da Assembleia Municipal. -----

PONTO 13 - ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA NO CONSELHO CINEGÉTICO (1 EFETIVO E 1 SUPLENTE); -----

O senhor Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, deu conhecimento da entrada na Mesa de uma lista apresentada pelo Grupo Municipal do PS. -----

A votação foi efetuada por escrutínio secreto, tendo sido aprovada por maioria, com 45 votos a favor, 7 votos contra e 21 votos em branco, com os nomes propostos foram, respetivamente -----

EFETIVO: -----

- Artur Jorge André Dias – Presidente de Junta da Freguesia de Outeiro Seco; -----

SUPLENTE: -----

- Luís António Pereira de Oliveira – Presidente de Junta da Freguesia de Faiões. -----

Estes são os Representantes dos Presidentes de Junta de Freguesia que irão representar a Assembleia Municipal no Conselho Cinegético. -----

PONTO 14 - AUDITOR EXTERNO/EMIÇÃO DE RELATÓRIO SEMESTRAL SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO – 1º SEMESTRE DE 2021. INFORMAÇÃO Nº32/DGF/2021; -----

O Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Muito boa tarde. Muito boa tarde senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhora secretária, senhor secretário, excelentíssimos senhores membros do Executivo, senhora Vereadora, senhores Vereadores, senhores Membros deste Órgão Deliberativo, senhores Presidentes de Junta, senhoras Presidentes de Junta, comunicação social que estoicamente vai resistindo e também aos colaboradores do Município que vão auxiliando nos trabalhos desta sessão. Depois do período da manhã, este interregno para almoço, fez com que nós baixássemos a energia, mas, com certeza iremos retomar essa mesma dinâmica. O assunto que incorpora este Ponto da Ordem de Trabalhos, é um assunto que é para conhecimento deste Órgão, tem a ver com um dos dois relatórios que são prestados pelo auditor externo, pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que fazem o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

acompanhamento da dimensão financeira do Município e traduz na dimensão económico-financeira aquilo que é a evolução do Município nas contas do mesmo, no primeiro semestre de 2021. O relatório é relativamente extenso e estão aí evidenciadas aquilo que são os principais agregadores da receita e da despesa. Também estão evidenciados os proveitos e os resultados que são muito influenciados, como poderão perceber, por aquilo que foram os apoios financeiros concedidos, que são custo. Também as transferências financeiras que foram feitas, designadamente, para a Empresa Municipal de Gestão de Equipamentos do Município de Chaves e para a Escola Profissional. Um conjunto de apoios que têm que ser registados como custos e daí esses resultados negativos. De qualquer das formas, reafirmo que mais importante que os resultados positivos ou negativos, a expectativa é que no final do ano tenhamos resultados positivos, é que de forma progressiva e afirmativa nós possamos prover de uma forma mais expedita e mais abrangente um conjunto de serviços e de bens que os nossos concidadãos esperam e ao mesmo tempo afirmamos e ajudamos a desenvolver o nosso território. E, portanto, estou disponível para responder a alguma questão que queiram, porventura, formular. Obrigado. -----

Intervio neste ponto da ordem de trabalhos, o membro da Assembleia Municipal: -----

Carlos Guilherme de Melo Gouveia, pelo **PSD**, disse: -----

Boa tarde, renovo os cumprimentos que fiz na parte da manhã. Boa tarde, senhor Presidente da Mesa e senhores Secretários, senhor Presidente da Câmara, senhora Vereadora, senhores Vereadores, elementos da comunicação social, Membros eleitos e senhores Presidentes de Junta. A minha pergunta é muito simples. Disse que neste relatório nós temos um resultado negativo, da minha parte, terá toda a compreensão, aceito que um resultado positivo não é tudo. Mas, da parte da manhã, se não me engano, disse que estávamos à espera de um resultado negativo de cinco milhões de euros. Daqui a pouco vamos discutir o orçamento, vou deixar isto para depois, vamos discutir o orçamento aonde está à espera de um resultado positivo na ordem dos três milhões de euros. Sou eu que estou confundido com o que é o resultado? Eu sei o que é o resultado do período, mas temos um resultado negativo de um primeiro semestre, de menos um milhão de euros, portanto, um resultado negativo, de manhã fala-nos de um resultado de cinco milhões, ou o segundo semestre vai ser tão bom que não está previsto no orçamento previsional, temos a previsão para o ano de 2021, ou há aqui qualquer confusão com os números? Muito obrigado. -----

Encerrou o debate deste ponto o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

Renovo os cumprimentos. De facto, a confusão com os números deve ser do PSD que trocava os números e que deixou o Município em situação de falência. Eu não troco números, reafirmo o que disse de manhã. Portanto, se alguém trocava os números, os confundia, baralhava, omitia e os escondia, foi o partido da bancada onde o senhor membro desta Assembleia está sentado. Esses sim, é que baralharam e confundiram números. Quanto àquilo que possa ser, eu reafirmo o que disse, para mim, continuo a dizer que o Município de Chaves não é uma empresa. Não sendo uma empresa, a mim não me importa se o resultado líquido do exercício é de 5 milhões, 2 milhões ou de 1 milhão, não me interessa nada, sabe porquê? Porque, porventura, aquilo que contribui para o resultado positivo, é aquilo que os cidadãos não querem. Sabe como é que eu tenho um resultado positivo absolutamente excepcional, aumentando os proveitos. Como é que os aumento? Aumentando os bens e serviços, aumentando os impostos. Como é que eu poderia reduzir o resultado negativo e poderia aumentar o resultado positivo? Naturalmente, era não dando subsídios, não ocorrendo e não respondendo às necessidades da nossa população, em sede de pandemia, não dando mais de 200 mil euros que demos à economia e às famílias por causa da pandemia, não dando quase meio milhão de euros aos nossos empresários e às nossas empresas, não ocorrendo à situação, por exemplo, da Empresa Municipal que gere os equipamentos, não pagando os salários dos trabalhadores dessa empresa, não fazendo pela primeira vez o apoio à Associação Promotora do Ensino Profissional de Chaves. Se assim fosse, o nosso resultado seria muito positivo, até



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

podiam ser 15 milhões, 12 milhões ou 10 milhões, isso para mim não é importante. Com o que estou preocupado é com dois indicadores fundamentais: É com a minha dívida total, isso preocupa-me muito. Também me preocupo muito com outro indicador que é o prazo médio de pagamento. É com a capacidade que o Município tem de tesouraria para resolver os seus compromissos e pagar de forma tempestiva aos nossos fornecedores, isso sim, preocupa-me. Agora, também lhe posso dizer o resultado vai ser muito positivo no segundo semestre, claramente, agora se chega a 5, se chega a 4, se chega 3, para mim isso é irrelevante. Sabe, quando vamos discutir essa questão, é na prestação de contas. Se está tão interessado com aquilo que seja o resultado, mais do que falar dos documentos previsionais, que como sabem são previsões, mais importante é quando nós discutirmos a prestação de contas, nós veremos exatamente os resultados e depois veremos se a evolução financeira é boa, se a evolução económica é boa, teremos essa oportunidade de discutir. Discutiremos com certeza. Agora, neste momento, a propósito do 1º semestre, pensei que me vinha fazer alguma pergunta sobre algum aspeto que não percebeu, que não entendeu ou, eventualmente, tenha dificuldade em perceber. Agora, vir aqui com uma questão, tentar criar uma dificuldade se o resultado é de 2, se é de 3, se é de 5, e se o resultado esperado no documento previsional que em seguida iremos discutir, se é de 3.75, olhe, para mim, isso é absolutamente irrelevante, o que é relevante para mim, sabe o que é? É ter reduzido a dívida em mais de 17 milhões de euros. Isso é que é muito relevante, isso é que é muito essencial. Pensei que o senhor membro desta Assembleia vinha aqui com o anuário financeiro que foi publicado há dois dias, estava à espera que viesse aqui com ele e que mostrasse os indicadores e que comparasse os resultados de 2017 com os resultados de 2020? Sim gostaria muito. Se calhar envergonhava-se, e não o fez, talvez, por isso. -----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

PONTO 15 - MODIFICAÇÃO, POR REVISÃO ORÇAMENTAL (ALTERAÇÃO MODIFICATIVA, NOS TERMOS DO SNC-AP) AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS – 2021. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 35/DGF/2021; -----

O Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Renovo os cumprimentos à Mesa e na figura da Mesa, a todos os presentes. De facto, o que nós estamos, agora, aqui a apresentar, é uma operação que todos os executivos têm feito e nós temo-lo feito desde que lideramos o Município de Chaves, que tem a ver com a constatação de que há um conjunto de rubricas, quer da despesa, quer da receita, que necessariamente identificamos nos documentos previsionais para o exercício que agora vai concluir. Identificamos um conjunto de rubricas cuja execução não é expectável que venha a ser cumprida e algumas outras não terão qualquer execução. O que nós propomos, é uma alteração modificativa, aquilo que se designa por revisão orçamental, naturalmente fazendo uma revisão ao orçamento da receita e da despesa e também ao PPI. É isso que propomos aqui. Esta sim, é para aprovação, se for esse o entendimento deste Órgão, é isso que nos propomos, as razões estão aí evidenciadas sob o ponto de vista técnico, sobretudo no próprio documento que suporta esta proposta. Portanto, está à consideração, se houver algum aspeto nalguma das dimensões e das implicações que esteja aí e que mereça alguma questão, alguma interpelação, naturalmente estarei disponível como sempre. Vai-se fazer com este documento uma revisão em baixa do orçamento para o ano económico que estamos a findar. Obrigado. -----

Não houve intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria com setenta e um votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, de acordo com a votação abaixo discriminada: -----

Votos a favor: Pelo Grupo Municipal do PS: Altamiro da Ressurreição Claro, Anselmo José Martins, Brigitte Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, Rogério Alberto Amorim Reis Moura, António Manuel Pires de Almeida, Cristina Maria Inocêncio Imaginário, Júlio Eliseu dos Anjos Alves, Domingos de Moura Alves, Sónia Cristina Adães Ferreira, Manuel Guerra Afonso, José Francisco de Resendes Carreira, Melissa Alexandra Carvalho Lopes, Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, Abílio



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

do Nascimento Ramos, Paulo Jorge Ligeiro Santos, Fernando Miguel Borges Valpaços, e Clara Maria Pinto Dias Lopes. -----

Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD: António Pedro de Nobre Carmona Rodrigues, Francisco António Taveira Ferreira, Maria Isabel Teixeira Carvalho da Cunha, Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, Milena Sofia Vieira de Melo, José Pimentel Sarmento, Michele Alexandra Rodrigues da Costa, António José dos Santos, Olga Machado Gonçalves Santos, Carlos Guilherme de Melo Gouveia, João Luís Gonçalves Rodrigues e Maria José Alves Portela. -----

Pelo Grupo Municipal da CDU: Manuel Justino Matos Cunha. -----

Pelo Grupo Municipal do CDS/PP: Vítor Carlos Teixeira Pimentel, Helena Cristina Gonçalves Santos e Daisy Machado Lameira. -----

Pelo Grupo Municipal do BE: Marcelo Leandro Araújo Pires Rodrigues. -----

Pelo Grupo Municipal do CH – CHEGA: Vítor José Gomes -----

Presidentes de Junta de Freguesia: Presidente de Junta da Freguesia de Águas Frias - Rogério Amaro Alves de Oliveira, Presidente de Junta da Freguesia de Anelhe - Arlindo Santos Costa, Presidente de Junta da Freguesia de Bustelo – José Fernandes M. Serralheiro, Presidente de Junta da Freguesia de Calvão e Soutelinho da Raia - António Manuel Rua Reis, Presidente da Junta da Freguesia de Cimo de Vila da Castanheira, Lúgia Maria Chaves Silva. Presidente da Junta da Freguesia de Curalha - Alfredo Augusto Dias Gaspar, Presidente de Junta da Freguesia das Eiras, São Julião de Montenegro e Cela – Hélder Leão de Castro Lopo, Presidente de Junta da Freguesia de Ervededo – André Lourenço da Silveira; Presidente de Junta da Freguesia de Faiões – Luís António Pereira de Oliveira, Presidente de Junta de Freguesia de Lama de Arcos – Augusto José Aires da Anunciação, Presidente de Junta da Freguesia de Loivos e Póvoa de Agrações – Delfina Maria de Almeida Ferreira, Presidente de Junta da Freguesia de Madalena e Samaiões - João Manuel Almeida Pinto, Presidente de Junta da Freguesia de Mairos - Adriano Vieira Rodrigues, Presidente de Junta de Freguesia de Moreiras - António José Lopes, Presidente de Junta da Freguesia de Nogueira da Montanha – Alfredo José da Silva Barreira, Presidente de Junta da Freguesia de Oura – António Eusébio Vieira Cardoso, Presidente da Junta de Freguesia de Outeiro Seco – Artur Jorge André Dias, Presidente de Junta da Freguesia de Paradela de Monforte – Gilberto Santos de Jesus, Presidente de Junta da Freguesia de Planalto de Monforte (Oucidres e Bobadela) - Luís Saraiva Garcia, Presidente de Junta da Freguesia de Redondelo - Nelson Fernandes Costa, Presidente de Junta da Freguesia de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge - José António de Oliveira Carreira, Presidente de Junta da Freguesia de Santa Leocádia – João Manuel Teixeira Pereira Borges, em representação do Presidente de Junta da Freguesia de Santa Maria Maior – Júlio Romeu Santos Jesus, Presidente de Junta da Freguesia de Santo António de Monforte - Alcino do Nascimento Santos, Presidente de Junta da Freguesia de Santo Estevão - Maria José Sena Barros, Presidente de Junta da Freguesia de São Pedro de Agostém, Pedro Manuel Pereira Barroco, Presidente de Junta da Freguesia de São Vicente da Raia - Mário José dos Anjos, Presidente de Junta da Freguesia de Soutelo e Seara Velha – Carlos Manuel da Cruz Chaves, Presidente de Junta da Freguesia de Travancas e Roriz - Filipe Maldonado Pinto, em representação do Presidente de Junta da Freguesia de Vale de Anta – Jorge José Pereira de Carvalho, Presidente de Junta da Freguesia de Vidago, Arcossó, Selhariz, Vilarinho das Paranhos - Rui Manuel Branco Rodrigues, Presidente de Junta da Freguesia de Vila Verde da Raia - Pedro Miguel Rodrigues, Presidente de Junta da Freguesia de Vilar de Nantes - Luís António Gonçalves Costa, Presidente de Junta da Freguesia de Vilarelho da Raia – Fernando de Jesus, Presidente de Junta da Freguesia de Vilela do Tâmega – Liliana Pires Lage, Presidente de Junta da Freguesia de Vilela Seca – Nuno Miguel Moreira Monteiro da Mota. -----

Não participaram na discussão e votação do presente assunto, os seguintes membros deste órgão deliberativo, por não se encontrarem presentes no momento da votação: -----

Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, do PS; Luís Mário Alves Carneiro, do PS; Joana Maria Machado Borges, do PS; e Nuno Artur Esteves Ferreira, do PS; André Fontoura Faria, pelo PSD; Presidente de Junta da Freguesia de Sanfins da Castanheira – Sara Cristina Trinta Moraes; Presidente de Junta da Freguesia de Tronco - Eduardo dos Santos Carneiro; Presidente de Junta da Freguesia de Vilas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Boas - Paulo Nuno de Jesus Pereira. -----

PONTO 16 - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO PRESIDENTE DA CÂMARA – COMPETÊNCIA PARA AUTORIZAR A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, NO ÂMBITO DAS DISPOSIÇÕES PREVISTAS NA ALÍNEA B), DO N.º 1, DO ARTº 22, DO DL 197/99, DE 8 DE JUNHO. PROPOSTA Nº 08/GAP/2021; -----

O Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Muito boa tarde, senhor Presidente da Mesa, todos os presentes. Esta é uma proposta muito similar àquela que foi presente, não sei se foi nesta mesma reunião da Assembleia Municipal do ano transato. Mas, no essencial, visa permitir que por razões de celeridade e de eficiência administrativa todas as decisões que tenham a ver com contratos que tenham efeitos plurianuais, que tenham incidência financeira em mais do que um ano e cujas ações estejam inscritas nos próprios documentos previsionais e cumpram uma de duas condições: Primeiro, que resultem de projetos ou ações constantes nas Grandes Opções do Plano, portanto do PAM ou do PPI e os seus encargos não excedam em cada ano mais de 99 759.58 euros. E também, ao mesmo tempo, cuja duração desse contrato não seja superior a 3 anos. Portanto, é esta a proposta que aqui é apresentada para que possa ser sufragada ou não por este Órgão. Obrigado. -----

Não houve intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 17 - ENTIDADES QUE INTEGRAM O SEL – APROVAÇÃO DE RELATÓRIOS E CONTAS 2020. INFORMAÇÃO Nº 26/DGF/2021; -----

O Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Renovo cumprimentos. Este é um assunto que é para conhecimento do Órgão Deliberativo. Tem a ver com a informação sobre aquilo que são os documentos de prestação de contas relativamente ao conjunto de empresas e de associações que fazem parte do chamado perímetro do setor empresarial local e cujos documentos de prestação de contas, estão aí identificados, que vão desde a Comunidade Intermunicipal, à Associação de Municípios da Rota 2, à Associação da Rede de Judiarias de Portugal, às participadas que produzem energia, designadamente, à Eólica de Montenegro, à Eólica da Serra das Alturas, à Associação de Municípios do Alto Tâmega, à Eólica da Padrela, à Eólica de Barroso, são estas. São aquelas que foram remetidas para o Município, para que elas possam ser conhecidas. A evolução financeira e económica destas empresas e destas associações, penso que foram remetidas para todos os membros e nalguns casos é muita informação. Se puder esclarecer algum aspeto, estarei disponível. Se for mais complexo ou não tiver presente a resposta, será depois enviada ao próprio interpelante. -----

Não houve intervenções. -----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

PONTO 18 - APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES PREVISIONAIS 2022, ENQUADRADAS NUM PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL (2022-2026). APROVAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL, AO ABRIGO DA LEI Nº 12-A/2008, DE 27 DE FEVEREIRO, ALTERADA PELA LEI Nº 35/2014, DE 20 DE JUNHO. PROPOSTA Nº 35/GAP/2021; -----

O Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Muito boa tarde, senhor Presidente e respetiva Mesa, senhores membros do Órgão Executivo e todos os membros deste Órgão Deliberativo. Relativamente a este assunto, e por economia de tempo, e até, para mais fácil compreensão, vou fazer umas considerações que não vão ser nada inovadoras, porque elas já estão presentes naquilo que foi a minha pronúncia que foi feita na Reunião de Câmara. Portanto, vou fazer um conjunto de considerações que são exatamente as mesmas que foram feitas aquando da apresentação destas demonstrações previsionais para 2022,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

que têm, como sabem, as (Grandes Opções do Plano - Plano Plurianual de Investimento, Plano Municipal de Atividades Mais Relevantes / Orçamentos da receita e da despesa), e mais aquilo que é o Mapa de Pessoal para o ano de 2022. -----

“O ano que finda e aquele que agora perspetivamos, aliás como muito provavelmente os seguintes, estarão ainda marcados, de forma indelével, pelos efeitos severos e persistentes da pandemia da Covid-19, mas ainda assim é tempo de afirmar a esperança e promover o bem-estar coletivo. ----- Ainda são visíveis, na economia, mas sobretudo na área social e na área da mobilidade, e, desta forma no turismo, os condicionamentos decorrentes do contágio crescente do vírus SARS-CoV-2 e respetivas mutações, pelo que suscita a necessidade da implementação de políticas orçamentais expansionistas, consubstanciadas em robustos pacotes de estímulo à economia e de proteção do emprego. -----

Ao nível do município, ainda que não existam tais mecanismos de política económica e financeira, é também desejável que a estratégia esteja alinhada com definida à escala europeia e nacional, concretizada em forte investimento municipal, aliada ao alívio fiscal, que possa reanimar a economia regional e local e manter o nível de empregabilidade atingido nos últimos anos, ao mesmo tempo que se apoiam as famílias mais vulneráveis. -----

É neste contexto, cujas perspetivas económicas estão dependentes da evolução da pandemia, que o investimento público municipal deve ser incrementado e o estímulo ao consumo favorecido, em vista à almejada retoma, mas, sempre, em contexto de responsabilidade financeira intergeracional. Os relevantíssimos investimentos públicos em execução, alavancados pelos previstos para os anos seguintes, permitirão reforçar o desenvolvimento económico, turístico e cultural deste concelho, bem como o seu papel central e mobilizador do Alto Tâmega. -----

O sucesso da orientação estratégica prosseguida no último mandato, apesar da pandemia da Covid-19, impele-nos a prosseguir esse caminho, aliás foi essa a mensagem que foi dada pelos flavienses, no último ato eleitoral autárquico, quando reforçaram a votação na equipa por mim liderada, robustecendo o investimento municipal nas áreas mais deficitárias, mas sobretudo naquelas que tenham maior potencial de criar emprego e de gerar riqueza. -----

É tempo, pois, de prosseguirmos na estratégia de atração de investimentos e dinamização do tecido empresarial local, centrada na requalificação e modernização da área de acolhimento empresarial e na formação qualificada dos nossos recursos humanos. -----

Sabemos que a economia contemporânea é marcada pela incerteza, evidenciada pela pandemia que vivemos, pelo que o caminho do endividamento municipal e da despesa sem sentido estratégico não dará bom frutos. É também ilusório pensar que se pode assegurar a prosperidade e o bem-estar dos flavienses sem gerar riqueza ou estimular um contexto de dinamização económica. -----

Neste pressuposto, mostra-se acertado destinar meios do município que venham a propiciar condições para que todos os que queiram investir e produzam riqueza, para, posteriormente, possa ser redistribuída. -----

Estamos no caminho certo, estribado num novo modelo de desenvolvimento sustentável. -----

Temos a perfeita consciência de que o exercício de 2022 continuará ainda condicionado pelos compromissos do passado, materializado na expressiva dívida à banca, que a autarquia, enquanto pessoa de bem, deve cumprir, de forma escrupulosa, no respeito pela lei. -----

A proposta de orçamento apresentada para 2022, respeita a assunção pela câmara municipal dos compromissos que já estavam assumidos, mas olha já com esperança e confiança no futuro, estribada nos múltiplos projetos em execução e outros em conceção, idóneos a propiciar mais bem-estar aos flavienses, qualificar pessoas, empresas e instituições, afirmar o potencial turístico e termal do concelho, promover o dinamismo empresarial e comercial, criar valor e dar notoriedade aos produtos locais, em suma, fazer de Chaves uma cidade e um concelho mais desenvolvido e justo. -----

O financiamento desses projetos está acomodado no orçamento municipal previsto para o ano de 2022, que se concretiza em 50.923.237,31 €. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Nota de relevo, neste particular, é a relevante poupança corrente ou saldo primário, ou seja, a diferença entre a receita corrente e a despesa corrente, que se prevê que atinja, no ano de 2022, o expressivo valor de 7.498.485,19 €, sinal inequívoco da boa gestão autárquica. -----

No que concerne à dimensão orçamental, na ótica da receita corrente, cuja rubrica mais relevante assenta nas transferências e subsídios correntes, que regista 17.834.786,77 €, seguida pelos impostos diretos, com a dotação previsional de 6.626.909,17 €, a venda de bens e serviços, com 7.198.637,27 €, as taxas, multas e outras penalidades, com 2.807.926,46 €, os rendimentos de propriedade com 1.937.360,03 €, outras receitas correntes, que se cifram em 233.245,06 €, e, ainda, por último, os impostos indiretos, com 100,00 €. -----

No que concerne às Grandes Opções do Plano, que comprometem 30.785.144,58 €, do total do investimento previsional da despesa, alocação, em função das funções das GOP(s), é a seguinte:

- Funções Gerais: 3.531.855,69 €; -----
- Funções Sociais: 17.963.062,88 €; -----
- Funções Económicas: 8.749.199,60 €; -----
- Outras funções: 541.026,41 €. -----

As funções sociais, com 58,35%, e as económicas, com 28,42%, representam, em conjunto, as componentes mais expressivas do investimento municipal, para o ano de 2022, pois concentram 86,77% do total das GOP(s), e 60,45% do orçamento total. -----

Quanto ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI), documento que agrega todos os projetos e ações de investimento, atinge o valor global de 18.230.708,66 €, estruturado em três funções principais, aliás como as GOP(s), funções gerais, sociais e económicas. -----

Importa, neste contexto, destacar os projetos/ações mais relevantes, pela natureza ou expressão financeira do investimento, inseridos em cada uma das funções em que se estrutura o Plano Plurianual de Investimentos: -----

- Funções Gerais (3.249.355,69 €) -----
- Pequenas obras de beneficiação no património municipal, com a dotação previsional de 137.880,70 €; -----
- Centro Ecuménico de Chaves (Casa Mortuária), com a dotação previsional de 364.211,24 €; -----
- Aquisição e conservação de outros edifícios, com a dotação de 80.000,00 €; -----
- Aquisição e reparação de máquinas e viaturas, com a dotação global de 190.000,00 €; -----
- Aquisição, reparação e beneficiação de equipamentos, mobiliário e utensílios, com a dotação global de 596.000,00 €, onde se destaca, pela expressão financeira, a aquisição de equipamento básico (outros), com 500.000,00 €; -----
- Aquae Salutem, com a dotação previsional, para o ano de 2022, de 1.516.140,00 €; -----
- Centro Municipal de Proteção Civil de Chaves, com a dotação de 171.227,25 €; -----

No que concerne às Funções Sociais, com uma dotação de 8.221.169,68 € -----

- Educação (ensino não superior), com a dotação global de 1.583.784,45 € que se desagrega, no essencial, nos seguintes projetos/ações: -----

Reparação e Conservação de Escolas, com a dotação global de 651.540,01 €; -----

Escolas, com a dotação de 500.000,00 €; -----

- Equipamento informático, com a alocação financeira previsional de 136.427,40 €; -----
- Escola Básica de Vila Verde da Raia, com a dotação global de 65.140,23 €; -----
- Escola Secundária Dr. António Granjo, com a dotação global de 204.580,01 €; -----
- Escola Dr. Francisco Gonçalves Carneiro, com a dotação global de 519.844,08 €; -----
- Escola Básica N.º 1 de Chaves – Santo Amaro, com a dotação global de 62.529,91 €; -----
- Escola Básica de Santa Cruz/Trindade (equipamento informático). -----

- Saúde, com a dotação global de 18.000,00 €; -----

- Segurança e Ação Social, com a dotação global de 253.509,66 €, da qual se destaca a ação relativa ao apoio às IPSS, no valor de 113.765,00 €. -----

- Habitação e Serviços Coletivos, com a dotação global de 4.456.694,59 € que se desagrega, no essencial, nos seguintes projetos: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

- Habitação Social, com a dotação global de 1.168.005,68 €, com destaque para a Beneficiação do Edificado do Bairro Social de Casas dos Montes, com o valor de 870.680,39 €; -----
 - Ordenamento do Território, com a dotação global de 1.631.826,76 €, repartido da seguinte forma: 556.400,84 €, para o ordenamento, 778.559,34 €, para infraestruturas de urbanização e os restantes 296.866,60 €, para a reabilitação urbana; -----
 - Saneamento, com a dotação global de 487.204,30 €, cuja desagregação se concretiza com a alocação de 315.070,00 €, para execução de redes de saneamento, 150.000,00 €, para execução de saneamento em espaço rural, no caso, o início de execução dos saneamentos de Argemil da Raia, Vila Nova de Monforte e Avelelas. -----
 - Abastecimento de água, com a dotação global de previsual de 1.126.591,64 €. -----
 - Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza, com a dotação de 133.066,17 €. -----
 - Serviços Culturais e Recreativos e Religiosos, com a dotação global de 2.087.998,77 €, cuja rubrica geral mais expressiva diz respeito à Cultura, no valor de 1.259.624,11 €, da qual se destaca a conclusão da Musealização das Termas Romanas de Chaves, com 138.517,36 €, a Reabilitação do Edificado do Cineteatro de Chaves para a instalação de Centro Multiusos, com a alocação de 951.177,65 € e a Conservação e Restauro da Igreja da Nossa Senhora da Azinheira, no valor de 64.649,40 €. -----
 - Desporto, Recreio e Lazer, com a dotação global de 828.374,66 €, donde se destaca o projeto de
 - Requalificação da “Praia de Vidago”, com a dotação de 210.000,00 €, a intervenção no Jardim Público de Chaves, traduzida na beneficiação e requalificação de pavimentos e sistemas de drenagem pluvial, com o valor 157.030,12 €, e o início da execução da piscina coberta, com a dotação de 100.000,00 €. -----
 - Funções Económicas 6.219.156,88 € -----
 - Iluminação pública, com a dotação global de 80.560,00 €; -----
 - Energias renováveis, concretizada no projeto denominado por “Ampliação da rede urbana de calor da cidade de Chaves, com a dotação global de 460.687,36 €; -----
 - Eficiência energética, com a dotação global de 626.456,01 €, que se densifica, sobretudo, na eficiência energética do edificado social do Bairro dos Aregos, com a dotação de 571.684,19 €; ----
 - Atividade Industrial, apesar de ter uma dotação residual de 152.350,00 €. -----
- Dei nota de manhã, será necessário depois fazer uma revisão em função de uma notificação de uma decisão que recebemos no domingo referente a uma candidatura para a requalificação da nossa área de acolhimento empresarial, uma candidatura aberta no âmbito do PRR, candidatura essa, cujo aviso prevê a execução de três grandes intervenções por cada uma das NUTs 2. Fomos notificados que a nossa candidatura foi aprovada e, portanto, é espectável que o nosso investimento se cifre entre 11 e 12 milhões de euros, num horizonte temporal de 4 anos. Portanto, será uma das rubricas em que nós teremos que fazer alguns ajustamentos no futuro. De qualquer das formas, o próximo ano de 2022, será muito destinado à elaboração dos múltiplos projetos, se necessários, para que se possa depois traduzir de forma subsequente nas respetivas empreitadas ou fornecimentos que haja necessário concretizar. -----
- Transportes e comunicações, com a dotação global de 4.633.851,19 €, que se concretiza, no essencial, nos seguintes projetos: -----
 - Pavimentação e beneficiação de arruamentos e estradas, com a dotação de 888.073,83 €; -----
 - Requalificação do cruzamento/entroncamento da ER314 com a EN213, com a dotação de 112.150,00 €; -----
 - Requalificação da EM 550 – Vidago a Arcossó, com a dotação de 232.781,44 €; -----
- Relativamente a esta requalificação, queria dar aqui uma nota, esta empreitada está adjudicada desde julho de 2021, não teve execução porque de forma superveniente foi constatado que seria necessário também fazer a substituição da rede de água. Portanto, decidimos suspender a execução desta empreitada, mandar fazer o projeto da rede de água, fazer a respetiva contratualização dessa empreitada, estamos na fase final de adjudicação, logo que termine a adjudicação dos projetos dessas redes, daremos execução a esta empreitada. Aqui está o sinal de que nós, contrariamente a outros, primeiro executamos as infraestruturas e só depois fazemos a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

pavimentação. Durante a campanha eleitoral em Vidago fui questionado muitas vezes sobre o porquê da não execução desta empreitada, quando tinha sido prometida. A explicação está aqui, não foi executada porque, pura e simplesmente, foi constatado posteriormente que era preciso fazer a substituição da rede de água, essa rede de água não podia ser acomodada nos trabalhos adicionais e, portanto, decidimos suspender essa empreitada, lançar uma outra e só depois avançar para uma obra de forma integral. Portanto, quis dar aqui esta nota. -----

- Ecovia do Tâmega, 3.ª fase – Vidago ao limite do concelho de Vila Pouca de Aguiar, com a dotação de 354.372,07 €; -----

- Ecovia do Tâmega, 2.ª Fase – Chaves a Vidago, com a dotação de 192.318,16 €; -----

Dizer que esta empreitada, desejavelmente, devia estar concluída, no entanto, não foi possível chegar a acordo com um dos sessenta ou setenta proprietários das parcelas que nós adquirimos na margem esquerda do Tâmega, e não foi possível apesar de muitas tentativas, foi absolutamente inviável fazer a aquisição pela via de direito privado, pela via consensual. Tivemos que iniciar um processo de expropriação, esse processo está terminado, já temos o despacho que nos permite fazer a expropriação, vamos agora de seguida realizar uma diligência que se chama fazer o auto que pretende identificar todos os elementos patrimoniais e outros relevantes para o apuramento da indemnização. É isso que nós faremos, expectavelmente para março ou abril estaremos em condições de retomar e concluir, de facto, a 2ª fase da Ecovia de Chaves, podendo depois, fazermos a ligação entre Verín e Vidago, e no final do ano, muito provavelmente, até ao limite do Concelho.

Temos intenção de dar início a uma das obras que está suspensa que tem a ver com o Acesso Prioritário ao Hospital – A24 /Hospital – Lanço 4, com a dotação de 200.000,00 €. Esta empreitada não avançou ainda, porque, estranhamente, o projeto que tinha sido aprovado e que tinha parecer favorável da APA e tinha sido emitida a respetiva licença de utilização do regime hídrico, depois, quando foi preciso confirmar o parecer, afinal já veio um parecer desfavorável. Os serviços entenderam que as condições se tinham alterado e, portanto, era necessário fazer uma reavaliação do projeto. Essa reavaliação do projeto, vai custar cerca de mais 200.000.00€. Tivemos que fazer uma alteração ao projeto e aprová-la para que depois possamos dar início, de facto, a este lance de empreitada que no, essencial, se traduz naquele que é o troço entre a obra existente e a rua que dá acesso ao Bairro de S. João. Basicamente, é fazer uma obra de arte, construir uma ponte sobre o Ribelas que é, de facto, aquela que exige um esforço financeiro mais importante; -----

A seguir, temos um conjunto de intervenções: -----

- Requalificação Urbanística da rua do Ermida, em Vidago, com a dotação de 151.777,90 €; -----

- Requalificação da Praceta e rua General Luís Pimentel Pinto, com a dotação de 347.680,00 €; ---

- PAMUS 2 - Requalificação de Corredores Urbanos Existentes - Zona Urbana Nascente, lotes 1 e 5, com a dotação de 610.539,97 €; -----

- PAMUS 3 - Requalificação de Corredores Urbanos Existentes – Zona Urbana Poente, lotes 4, 6, 8 e 12, com a dotação de 101.206,66 €; -----

- PAMUS 9 - Requalificação da Avenida Pedro Álvares Cabral, com a dotação de 109.666,94 €; ---

- PAMUS 2.3 - Requalificação Parcial da Avenida Heróis de Chaves, lote 7, com a dotação de 407.861,08 €; -----

- Turismo valorização do espaço público, com a dotação global de 170.669,05 €, que se desagrega em dois projetos, Caminho de Santiago, o da Via da Prata e o Caminho Interior. -----

Os inúmeros e significativos investimentos municipais apresentados, nos domínios das funções gerais, económicas e sociais, na requalificação urbana e ambiental, densificados em projetos e ações no reforço das infraestruturas e equipamentos de apoio às atividades económicas, na requalificação e apetrechamento de equipamentos escolares, na eficiência energética, no reforço da oferta cultural e no incremento da promoção turística, sem descuidar o incremento da rede colaborativa de ensino e investigação, no âmbito da CIMT-AT. -----

Os documentos previsionais em apreço, como resulta da expressão financeira patente no PPI, 8.221.169,68 €, conferem à dimensão social uma particular atenção, que revela a sensibilidade social deste executivo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Estamos certos de que, no contexto atual, em face dos recursos financeiros disponíveis, em particular do desenho do programa de fundos europeus em vigor, as propostas constantes dos documentos previsionais para o próximo ano económico respondem às principais necessidades deste concelho e aos anseios da nossa gente, pelo que os submetemos à apreciação do Órgão Deliberativo Municipal, na expectativa de que os flavienses e a sua qualidade de vida sejam o alfa e o ómega na apreciação e votação dos mesmos. Tenho dito. -----

Intervieram neste ponto da ordem de trabalhos, os membros da Assembleia Municipal: -----

Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, pelo **PS**, disse: -----

Boa tarde, cumprimentar o senhor Presidente da Mesa em exercício, senhora e senhor Secretários, senhor Presidente da Câmara, senhora e senhores Vereadores, senhoras e senhores Membros desta Assembleia, senhoras e senhores Presidentes da Junta de Freguesia, demais pessoas presentes nesta Assembleia magna. -----

“A execução dos documentos previsionais é o reflexo financeiro das políticas do município, pelo que na sua elaboração e na sua concretização deve ser levada em linha de conta a racionalidade, a eficiência e a transparência. -----

- Servem estes para projetar, orientar, usando-se como linha de orientação e que nos permite descortinar aquilo que podemos esperar do município e da sua linha de ação; -----

- Da análise atenta dos mesmos constatamos que os relevantes investimentos em curso, a que se somam os previstos para os anos seguintes, irão com toda a certeza incrementar o desenvolvimento económico, social, turístico e cultural do concelho, sublinhando o papel central e mobilizador que caberá a Chaves no contexto do Alto Tâmega; -----

- Os flavienses responderam de forma clara e inequívoca no ato eleitoral do passado dia 26 de setembro, pelo que compete a este executivo prosseguir na senda do sucesso que vem alcançando; -----

- Grandes obstáculos se levantam, pois, o contexto pandémico a tal compele, mas também sabemos que este executivo está à altura de tal desafio; -----

- Poderão perguntar: em que se estriba tal convicção? -----

Pois bem, basta olhar para a proposta de orçamento para 2022, onde vê-mos que para além da assunção dos compromissos que já estavam assumidos e em curso, há um planejar de esperança e confiança em projetos e medidas que visam propiciar mais bem-estar aos flavienses, qualificar pessoas, empresas e instituições, afirmar o potencial turístico e termal do concelho, promover o dinamismo empresarial e comercial, criar valor e dar notoriedade aos produtos locais. Para tais projetos a dotação orçamental de cerca de 51 milhões de euros, merece todo o nosso destaque e relevo. -----

- O equilíbrio financeiro evidenciado no saldo Receitas vs Despesas, merece igualmente o nosso mais sentido sublinhar pela evidência da responsabilidade e da assertividade das decisões que são tomadas em sede orçamental. -----

- No que concerne às Grandes Opções do Plano, onde de um orçamento de 30.785.144,85€ se alocam 17.963.062,88€ a funções sociais, diz muito da importância que é dada ao aspeto social, sendo uma opção de matriz socialista e que coloca as pessoas à frente dos números; -----

- Mas mais se dirá, pela preocupação evidenciada nas opções energéticas, a aposta cada vez mais ampla no geotermalismo, confirmando que estamos no “Rumo Certo”! -----

- Constatamos que além do crescimento económico se aposta no apoio às populações, no cuidado e resposta às necessidades do concelho, apesar das dificuldades bem patentes do contexto vivido, pois a Covid anda e andarà por aí. -----

- Os flavienses e a sua qualidade de vida são o Alfa e o Ómega que presidiram à elaboração deste orçamento, pelo que merecerá o nosso sentido apoio e voto favorável! Muito obrigado.” -----

Carlos Guilherme de Melo Gouveia, pelo **PSD**, disse: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Boa tarde a todos os presentes. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, respetiva Mesa, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhores Vereadores, caros membros Eleitos, senhores Presidentes de Junta, flavienses. -----

“Os documentos que iremos votar dentro de instantes deveriam ser os primeiros de um projeto de quatro anos grandiosos para o nosso concelho, de concretização de promessas feitas em 2017 que foram sendo proteladas utilizando as mais variadas desculpas, repetidas nas últimas eleições, mas qual não foi a nossa surpresa quando verificamos que o que aqui vemos é uma mão cheia de nada, é o reconhecer de que promessas eleitorais de pouco ou nada valem. -----

Nestes documentos, é possível ver a enorme dependência do município de Chaves a fundos comunitários, que é transversal a todo o orçamento, e, pior do que isso, não se vislumbra qualquer esforço no sentido de reduzir essa necessidade de recorrência aos mesmos para realizar os investimentos mais básicos, assistindo-se, mesmo neste quadro, a um aumento de mais de 14% na despesa corrente que parece injustificado, ainda para mais, num contexto em que a receita corrente apenas aumenta cerca de 6%. -----

É também de salientar a falta de transparência ao não designar onde serão feitos os investimentos em questões como saneamento, abastecimento de água ou estradas, que estão em rubricas residuais, dando-lhe um poder discricionário que não deveria ter. -----

Verifica-se também que o investimento nas redes viárias interconcelhias, tão importantes para a manutenção do nosso concelho como o centro do Alto Tâmega e desenvolvimento desta região como um todo, é exíguo, mantendo-se a dotação das estradas que nos ligam aos concelhos vizinhos irrelevante. -----

E é com pesar que vejo novamente os mesmos projetos que estavam presentes nos anos anteriores e que estão apenas inscritos sem terem sido realizados, o que me faz pensar que estamos aqui num exercício inútil de perda de tempo porque o senhor usa o belo instrumento popularizado na anterior legislatura e cativa as verbas assumidas. -----

Mas, mesmo assim, olhando em maior detalhe para a proposta de orçamento, quero começar por congratular o município pelo enquadramento macroeconómico apresentado no início do Orçamento, ainda que ligeiramente desatualizado, mas é algo que obviamente se entende e justifica, já que o Boletim Económico de dezembro do Banco de Portugal apenas foi publicado na semana transata.

1. Relativamente ao orçamento propriamente dito, praticamente a totalidade do aumento da receita corrente encontra-se no agrupamento “07 – Vendas de Bens e Serviços Correntes”, mais concretamente nos serviços de Saneamento e Resíduos Sólidos, num valor muito maior do que o estimado no último plano plurianual, cerca de 36%, o que parece vislumbrar um aumento considerável do valor cobrado aos munícipes. Queria, portanto, perguntar ao senhor presidente a que se deve um aumento de mais de um terço nesta receita estimada. -----

2. Mas é na despesa que se levantam as maiores questões. Indo pela ordem que em que são apresentados os agrupamentos da despesa. Quero começar por relevar o aumento de quase 20% numa rubrica do agrupamento “01 – Despesas com Pessoal”, concretamente nos Abonos Variáveis e eventuais, este aumento corresponde a pouco mais de 50.000€, mas torna-se complicado de perceber a que se devem quando a sua grande parte está numa conta da Câmara Municipal com o nome Outros Abonos em Numerário ou Espécie. Ainda que seja um valor que parece pequeno no global do Orçamento, pela sua natureza e a bem da transparência, deverá ser explicado a esta Assembleia o porquê deste aumento significativo. -----

3. No agrupamento “02 – Aquisição de Bens e Serviços” também assistimos a um aumento brutal da despesa e, se não vou levantar questões ao lado dos Bens, já que o preço de todas as matérias-primas tem vindo a aumentar, não posso deixar de expressar a minha surpresa quando fui tentar perceber a que se devia o aumento do orçamentado para a aquisição de serviços e vi que tudo aumentou aproximadamente na mesma escala o que nos faz achar que temos aqui um empolamento geral da despesa com serviços que não encontra justificação na proposta de orçamento nem no enquadramento macroeconómico que referi anteriormente. Sabe o senhor presidente alguma coisa que nem o Banco de Portugal está a par? Se sim, não deveria isto estar visível no seu enquadramento macroeconómico? De onde vem este aumento de mais de 20%? ---



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

4. Seguindo para o agrupamento “04 – Transferências Correntes” sobressai um aumento de 51% nas transferências correntes para Instituições sem fins lucrativos, perfazendo um montante aproximado de 1 milhão e meio de euros. Que instituições são estas? O que fazem? A que se deve este aumento? E dado que no seu último mandato, no global, assistimos a um aumento de quase 100% na verba destinada a estas instituições, estamos já a preparar caminho para um novo aumento de 100%? Metade já está. -----

5. E agora a velha questão da dívida! Senhor presidente, talvez seja hora de parar de falar no seu esforço de recuperação que mais não se trata de cumprir os prazos já estabelecidos por anteriores executivos ou renegociar dívidas aumentando a sua maturidade. Os números podem esconder coisas aos mais incautos, mas não mentem, nunca mentem. O que nós temos visto nos últimos anos é uma progressiva diminuição do pagamento da dívida, o que é uma opção política, mas nunca assumida, apresentando-se, pelo contrário, como aquele que salvou as finanças municipais e que pouco pôde fazer porque estava preso a uma dívida galopante. Senhor presidente, o ritmo de redução da dívida diminuiu ao longo dos últimos quatro anos porque o senhor preferiu manter o Concelho endividado durante mais anos, aumentando a maturidade da dívida, e hipotecar a possibilidade de aproveitar as historicamente favoráveis condições de financiamento, que, inclusivamente, já apresentam sinais de estar para terminar. Isto é verificável em todos os orçamentos apresentados, com taxas de amortização da dívida cada vez menores. E poderia fazer sentido se tivéssemos visto aplicada a folga que escolheu granjear, mas não se vê praticamente nada que não estivesse já programado. E agora, em 2022, e nos anos seguintes, perspetiva-se uma virtual manutenção das despesas com a dívida. Senhor presidente, atingimos o limite do que podemos hipotecar o futuro? Se este é o primeiro de quatro anos de estabilidade nas despesas da dívida e o primeiro de quatro anos para cumprir com os investimentos anunciados, porque é que só se vê parte dessa realidade e não se vê o início desses projetos? -----

6. Mais, de acordo com as demonstrações provisionais, vislumbra-se uma diminuição em cerca de 10% do Património Líquido do Município onde se prevê um resultado positivo. Não sendo em parte alguma justificado o porquê de perda de tal proporção de património, quero acreditar que se trata de um erro ou perceber a razão para tal. -----

7. Por fim, vamos assistir a um aparecimento instantâneo de 2 465 575,10€ extra nos cofres do município dentro de poucos dias. Quero deixar, desde já, uma nota de apreço pelo seu dom da multiplicação, que, se fosse verdadeiro, seria até motivo para ignorarmos tudo o resto e lançar o repto à aprovação unânime deste orçamento pelo seu teor mágico, mas como se trata de uma prova inequívoca da falta de rigor do seu executivo, só ajuda a que, com base em tudo o que disse, o grupo municipal do Partido Social Democrata vote conscientemente contra este orçamento que continua a levar o nosso Concelho na direção errada.” Muito obrigado. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora e senhor Secretário, Membros do Executivo aqui presentes, Membros desta Assembleia Municipal, comunicação social aqui presente. Eu, antes de responder a uma das questões que colocou, vou fazer uma nota prévia. É pena os executivos do PSD não o terem como assessor, sabe porquê? Porque, porventura, a transparência que o senhor membro desta Assembleia Municipal aqui apregoa, podia ter sido aplicado na altura, porque os milhões de euros que não estavam registados na dívida, não eram lapsos contabilísticos, era exatamente má gestão e uma coisa que até podia ser qualificada de outra forma, havia dívidas que não estavam registadas, milhões de dívidas por registar. E, portanto, o guru da contabilidade e da gestão apareceu hoje e já deveria ter aparecido antes. Depois, dizer-lhe outra coisa, relativamente àquilo que são erros de gestão e erros de planeamento, eles foram apontados inúmeras vezes nesta Assembleia por mim relativamente aos 4 mandatos do PSD. Custa ouvir verdades, eu sei que custa ouvir, mas tem que ouvir e agora vai ouvir e muitas, espere só para lhe dizer mais, depois o que antes aplaudia, agora vai desaplaudir. Queria começar por responder a algumas questões muito importantes. Primeiro, relativamente às opções que foram feitas e à forma de fazer política, os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

cidadãos responderam há pouco mais de 2 meses, portanto, se tem dúvidas sobre os resultados eleitorais, é consultá-los, se não acredita, acredite, porque perderam e perderam por muitos. Quer vir aqui passar um atestado de menoridade política aos nossos concidadãos, dizer que eles estão errados? Dizer que fui eu que os enganei? Que eles não sabiam ao que vinham? Essa cantilena que aqui veio desfiar, foi aquela cantilena que foi desfiada na campanha eleitoral, foi isso que vocês afirmaram e mais nada. Sabe porque é que muitos desses investimentos não estão feitos? Porque não foram feitos durante 16 anos, apesar de terem financiamentos comunitários de 85%, e não foram feitos, apesar de não terem sido feitos, a dívida subiu para 42 milhões de euros e, portanto, devia ter algum pudor em vir falar de dívida. Eu, se fosse a si, não falaria nunca de dívida, sabe porquê? Porque o histórico é de tal forma negativo que mesmo que tivesse razão, ninguém acreditaria em si, é quase como a história do Pedro e do lobo. Vejamos então os grandes equívocos, os grandes erros, as grandes dificuldades que esta análise de ciência e de gestão aqui explanada pelo membro desta Assembleia Municipal, Carlos Gouveia, o que veio dizer, é uma mão cheia de nada, pelos vistos, as pessoas gostaram de uma mão cheia de nada, mas eu acho que foi uma mão cheia de tudo. Sabe por que é uma mão cheia de tudo? Porque quem visita Chaves hoje e visitava Chaves há 5 anos, vê uma grande diferença, quem olhar para a cidade e olhar para o Concelho percebe essa grande diferença. Eu percebo que não queira ver a realidade, mas o pior cego é aquele que não quer ver. Portanto, eu acho que está nesse estado de negação, saia do estado de negação e venha para a realidade. Depois dizer-lhe o seguinte, as promessas que nós fizemos em 2017, temos intenções de as cumprir, já percebemos todos que vamos demorar mais tempo para cumprir. Vamos fazer o que não estava feito, vamos com certeza fazê-lo e não o fizemos por razões que são demasiadamente conhecidas: primeiro, porque não tivemos a oportunidade como outros que perderam a oportunidade de ter financiamento europeu para fazer a piscina coberta, para fazer o pavilhão multiusos, não tivemos, mas apesar disso fá-lo-emos, fá-lo-emos com recurso à dívida, mas fá-lo-emos de forma convicta e de forma entusiasta. Sim! Nós baixámos a dívida porque queremos ganhar o nosso futuro e o nosso futuro ganha-se tendo capacidade de financiamento.

E, portanto, dizer-lhe claramente que entendemos que ainda há espaço e vai haver tempo para que se possam concretizar esses investimentos. Sabe que em 2017, um então líder perdedor das eleições autárquicas, passado um mês, já queria que nós fizéssemos tudo, e que no orçamento em discussão, já lá estivessem as dotações todas para fazer as obras todas, esquecendo que os mandatos são de 4 anos. Tenham calma que as coisas aparecem no momento certo e certamente as pessoas vão avaliar positivamente, não tenham pressa que nós também não temos, depressa e bem há muito pouco quem. Então, nós somos criticados por termos o financiamento dos nossos projetos e das nossas ações, sobretudo, alocados aos fundos europeus? Isso é criticável? Isso é censurável? Então o senhor membro desta Assembleia Municipal pretendia que nós aumentássemos os nossos principais agregadores de receita que são os impostos municipais? Era isso que defendia? Aliás, era isso que o PSD mantinha, eu percebo. Gostaria que o senhor membro desta Assembleia Municipal me ajudasse a encontrar os recursos, os fundos, os instrumentos para financiar a autonomia financeira do município, mas que não seja o aumento dos impostos locais, que não seja o aumento da rubrica das vendas de bens e serviços, se me conseguir descobrir, porventura, esse poço de petróleo, então eu dar-lhe-ei razão. Porque, de outra forma, a nossa concentração de captação de recursos, é mesmo nos fundos europeus, é por aí que nós queremos ir e já o fizemos agora com o PRR, está a ver como nós temos um pensamento diferente? Dizer-lhe claramente, o facto de nós termos como fonte de financiamento dos nossos projetos de investimento os fundos europeus, para mim, é uma avaliação positiva e não negativa. E, portanto, dizer-lhe que nós queremos continuar a captar mais fundos europeus, ainda mais fundos europeus, porque nós não queremos onerar os nossos concidadãos com mais impostos ou aumentar o custo dos bens e serviços que fornecemos, é por aí que nós queremos ir, temos claramente uma abordagem diferente, pensamos de forma diferente. -----

É curioso como entra facilmente num processo de alguma incoerência, censura o facto de o nosso orçamento ser muito financiado por fundos europeus, e depois diz que eu ainda quero ser mais dependente, se não depender dos fundos europeus, onde é que se vão buscar os fundos para fazer



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

o que falta a não ser nos impostos locais ou na venda de bens serviços? Sabe uma coisa, é que os senhores ainda estão numa visão entre esta dicotomia despesa corrente e despesa de capital, muita da despesa corrente que nós temos, é tão ou mais importante que a despesa de capital. Aumento da despesa corrente, falou que tinha havido um aumento, um incremento substancial da venda de bens e serviços. Mas, curiosamente, eu tenho aqui um documento que se chama anuário financeiro, que foi publicado há 3 dias. É pena que não o tenham usado, porque tem indicadores muito interessantes sobre aquilo que foram as gestões autárquicas de 2009 a 2013 e 2013 a 2017, tem lá indicadores muito interessantes. Por exemplo: Sabe qual foi o ano em que aumentou mais a venda de bens e serviços correntes? Foi no ano de 2016. Você sabe bem quem era o líder do executivo que estava na Câmara em 2016! É curioso, em 2016 o montante arrecadado é de 5 milhões e 735 mil euros, em 2017 é de 5 milhões e 453 mil euros, em 2018 e 2019 desceu relativamente a 2016, embora com um ligeiro incremento, é de 5 milhões e 489 mil euros em 2019, é de 5 milhões e 551 mil euros, em 2020 voltou a baixar, é de 5 milhões e 285 mil euros. E, portanto, dizer-lhe outra coisa muito importante, foi no tempo da gestão do PSD, penso que foi em 2015 ou em 2016, não sei precisar, é que houve um incremento significativo dos tarifários de água, de saneamento e de recolha de lixo, foi nessa altura e não connosco. Nós, até esta data, teremos oportunidade a seguir de falar sobre isso, não fizemos qualquer incremento dos tarifários e, portanto, se alguém aumentou a despesa corrente foi necessariamente o PSD. Também gostava de lhe dar outra nota muito importante, só para ter uma noção, enfim, da vergonha que devia sentir quando fala dívida e do custo da dívida. Vou deixar só algumas notas sobre aquilo que foram os encargos com juros e outros encargos financeiros em mandatos que me precederam e você elogia. Só para terem uma noção, no mandato de 2009 a 2013, só com juros, não com reembolso de capital, o município de Chaves teve de assumir quase seis milhões de euros. Se se ativesse mais a questões de âmbito local e menos a macroeconomia, perceberia que o incremento com despesas correntes é absolutamente expressivo, designadamente, tudo que tem a ver com energia elétrica, com combustíveis, com comunicações, tudo o que tem a ver com a despesa corrente, o incremento vai ser muito significativo, e nós já estamos a acautelar isso no próximo orçamento. Se for possível não realizar a despesa que nós já provisionámos, ainda bem, mas a despesa corrente no próximo ano vai ter um incremento significativo. Não sei se não tem andado atento, e não tem visto, por exemplo, o incremento de energia elétrica que nalguns casos vai entre os 200% e os 300%, não sei se, porventura, tem essa noção. Não sei se tem a noção de que nós gastámos cerca de 2,6 ou 2,7 milhões de euros em energia elétrica, não sei se tem esta noção! Portanto, a explicação é simples, se, porventura, o afã de criticar fosse menor, não teria dito tanto disparate. Depois, e voltando à questão anterior, mandato de 2010-2013: juros 2 milhões, 42 mil e 553 euros; mandato de 2014-2017, 6 milhões, 702 mil e 690 euros, olhe! Estes 6 milhões de juros, sabe para que davam? Para fazer uma piscina. Mas sabe para que deram? Para alimentar os bancos. E, portanto, essa é a política que defende? É essa visão de gestão que tem? Por outro lado, dizer-lhe o seguinte, as rubricas residuais que existem, existem porque é um imperativo contabilístico e, portanto, as rubricas que existem da forma que existem não denotam falta de transparência ou falta de crença, porquê? Porque qualquer decisão de contratação de despesa naquelas rubricas, vai ter dois momentos de conhecimento, ou são da competência do Presidente que autoriza, ou são da competência do Órgão Executivo que delibera e autoriza para executar, a seguir, também a Assembleia Municipal terá conhecimento no momento da prestação de contas. Não há nenhuma intenção, absolutamente intenção nenhuma, de esconder a informação. Agora, como compreenderá, intervenções, por exemplo, nos arruamentos de 15 ou 20 ou 30 mil euros, não vamos fazer uma ação autónoma por cada uma delas, senão teríamos um lençol com mais de 30 ou mais 40, portanto, essa é a explicação, não tem nada a ver com mais nenhuma questão. ----- Se, porventura, quiser conhecer nalguma dessas rubricas em concreto que tipo de serviços e contratos foram feitos, peço ao serviço de contabilidade que faça um relatório e que lhe possa entregar essa informação, porque não há nenhum intuito de esconder nenhuma informação e ela poderá certamente ser aqui mostrada. Depois, dizer outra coisa, sim, é verdade que este executivo e já o anterior teria toda a vontade e todo o desejo de fazer a requalificação das 2 vias fundamentais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

que ligam a 2 Concelhos desta Comunidade Intermunicipal, estamos a falar da estrada de Montalegre e da estrada que liga Chaves a Carrazedo de Montenegro e termina em Fornos. Não sei se sabe onde é que é Fornos? Muito bem e, portanto, significa que relativamente a essas 2 requalificações, devo dizer-lhe que a nossa expectativa fundada, ou não, relativamente à requalificação da estrada que já iniciamos e na qual já investimos cerca de meio milhão de euros, que é a estrada de Chaves para Montalegre, se tiver a oportunidade de lá passar perceberá que há um troço de 1200m que foi requalificado e tínhamos a expectativa de poder vir a financiar essa requalificação por uma de 2 vias, ou através do INTERREG, ou a Administração Central assumir esses encargos. Nenhuma dessas 2 vias resultou e, portanto, nenhuma dessas vias pode ser concretizada. A estrada Chaves para Montalegre não é uma estrada transfronteiriça porque liga 2 concelhos nacionais, não liga a nenhum concelho da Galiza. Portanto, a decisão que tomamos, foi inscrever-las nas opções para este mandato, para podermos fazer a requalificação dessas vias. Não será uma intervenção tão ambiciosa como foi aquela que já executámos no troço entre Soutelinho da Raia e Meixide, porque isso significaria que iríamos gastar meio milhão de euros por cada quilómetro, e como sabem, o troço de estrada que estará para requalificar, será aproximadamente entre 14 e 16 km, daria uma média de 8 ou 9 milhões de euros. Esse é um esforço financeiro que o Município de Chaves não consegue assimilar e acomodar e, portanto, teremos que fazer uma intervenção mais minimalista, reconhecendo efetivamente que essa via precisa de uma requalificação exigente, aliás, uma requalificação premente, fiz essa estrada durante 16 anos, conheço bem o pavimento dessa estrada e, de facto, é uma prioridade, prioridade essa que é nossa intenção concretizá-la em 2023, sendo certo que o ano de 2022 será destinado a fazer o projeto, para fazer uma intervenção que resolva problemas, que são persistentes e, sobretudo, nalguns troços precisa de ser drenada, porque a estrada sistematicamente se degrada rapidamente, e ao mesmo tempo, temos que melhorar a sinalização rodoviária e também melhorar as condições de segurança para o utilizador da via. Relativamente à outra estrada, a estrada regional 314 que liga Chaves a Carrazedo de Montenegro, é outra das intervenções que queremos fazer, provavelmente, também em 2023, essencialmente se chegarmos à conclusão que não existem dotações suficientes, e é suposto não haver qualquer instrumento de cariz europeu, olhe, bem gostaríamos que houvesse por exemplo um instrumento financeiro europeu que nos permitisse financiar esta obra. Eu não me zangava nada de captar fundos europeus para estas 2 vias, mas, infelizmente, sabemos que não é possível e, portanto, ou o fazemos com recursos próprios ou através da contratação de um empréstimo que será naturalmente para uma das vias. Não posso deixar de lhe dizer que o trabalho que se faz nesta Assembleia Municipal, não é uma perda de tempo. Fazer uma afirmação destas perante os membros desta Assembleia que de forma comprometida e diligente aqui estão presentes, eu acho que, de facto, é quase uma ofensa e, portanto, ninguém aqui perde tempo, todos nós ganhamos tempo, estamos todos aqui na persecução do interesse público e, portanto, ao fazer essa afirmação desconsidera o trabalho e o compromisso de todos os que aqui estão têm. Certamente que o fazem no exercício do mandato, mas também pelo grande amor que tem à sua terra, acho que, de facto, é uma desconsideração e certamente não seria isso que queria dizer, queria dizer outra coisa qualquer, queria certamente atingir o Presidente da Câmara e não os membros desta Assembleia. Depois, dizer-lhe outra coisa, é curioso que se queira passar a mensagem de que este executivo não resolveu a questão financeira do município! Já percebi que isso que foi ensaiado aqui por si, já foi ensaiado noutros espaços, já foi ensaiado na discussão política, mas as evidências demonstram o contrário. De facto, neste caso concreto, bastará consultar o anuário financeiro ou a prestação de contas e perceberá claramente o ponto de partida e o ponto atual. O ponto de partida, seja nos 42 milhões de euros que nós defendemos em função da auditoria financeira ou seja nos 39 milhões como estava expresso na prestação de contas de 2017. De qualquer das formas, o ponto em que nós nos encontramos hoje, é substancialmente diferente e, portanto, o valor que nós temos, se nós expurgarmos as operações extraorçamentais, serão 19 milhões de euros, eu acho que, de facto, este salto monumental que se fez, é absolutamente excepcional. E, portanto, negar uma evidência é negar a realidade. Por isso, não posso acreditar que diga que efetivamente houve uma má gestão financeira deste dossier. Dizer



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

outra coisa, e aproveito já para explicar a afirmação de que nós, naquilo que foram as operações de substituição de dívida que nós fizemos, foram decisões erradas? Já esperava que esta questão fosse suscitada. O Município de Chaves, na tal boa gestão financeira que fazia, teve que ir ao saneamento financeiro, considera isto, um indicador de boa gestão financeira? É um bom indicador de boa gestão financeira quem tem que recorrer a um saneamento financeiro, que como sabe, tem a ver com uma dívida superior a determinado montante, isso era um indicador de muita saúde financeira? O Município de Chaves contraiu inicialmente junto de 2 instituições financeiras um valor global de 19 milhões, 471 mil e 29 euros, este valor é o mesmo que nós devemos neste momento. Imagine só, numa operação contraiu uma dívida tão grande como aquela que nós devemos neste momento. E, portanto, de facto, o senhor o que tem é saudades do passado. Dizer-lhe que nessa altura numa única operação que foi contratada junto da Caixa Geral de Depósitos de 9 milhões 735 mil 514 euros e de 9 milhões 735 mil e 515 euros junto do BPI, que dava o total de 19 milhões 471 mil e 29 euros, que teve a seguir de ser ajustada em função do PSF, que se reduziu para 13 milhões, 42 mil e 329 euros. Ainda na constância do executivo do mandato de 2013-2017, houve uma primeira negociação direta junto da banca e foi feita uma primeira redução do spread, o spread inicial era 2,95/2,80, depois, em função desta primeira redução, passou para um spread de 1,85/1,75. Ainda no âmbito desse executivo municipal foi negociada outra vez uma redução do spread, portanto a segunda redução do spread, e os spreads ficaram junto da Caixa Geral de Depósitos 1,40 e junto do BPI 1,20, davam um spread médio de 1,3. A verdade, é que contrariamente ao que tem sido afirmado, nós a seguir não fizemos nenhuma negociação direta, o que nós fizemos, foi uma operação de substituição, fomos à Banca com uma operação de substituição em que todos os Bancos puderam concorrer e, em resultado disso, conseguimos 2 coisas: Primeiro, reduzimos o capital em dívida de 12 milhões, 233 mil, 457 euros e 82 centimos, para 9 milhões, 120 mil, 342 euros e 51 centimos, mais outra coisa importante é que o spread, agregamos estes 2 empréstimos, passaram a ser só 1, é curioso que o spread passou a ser 0,69, foi pior? É curioso, 0,69, afinal, é pior que 1,30, será que pretendem negar a Matemática? Mas mais, diminuímos o stock de dívida, é menor. E, portanto, se nós fizemos uma gestão financeira que nos permitiu uma coisa absolutamente excepcional, que nos permitiu no primeiro ano, não sei se alguma vez partilhei isto, mas vou partilhar agora. Sabe o que é que aconteceu no primeiro ano de gestão autárquica em 2018? Pela primeira vez, no final de 2017, depois de ganhar as eleições, pedi aos serviços financeiros que fizessem um *draft*, uma proposta de orçamento sem inclusão de qualquer projeto ou ação nova, portanto, apenas com aquilo que eram os compromissos existentes. Sabe qual foi a notícia que tive de volta? Um desequilíbrio de 7,6 milhões de euros, portanto, essa era a gestão que existia, um diferencial de 7,6 milhões de euros entre aquilo que era a receita previsional e aquilo que era a despesa previsional. Sabe o que é que teve de ser feito? Um conjunto de operações financeiras que nos permitissem levar a cabo em 2018 e em 2019 um conjunto de projetos que herdámos e que quisemos executar e, ao mesmo tempo, perspetivar o futuro, foi o que nós fizemos. E, portanto, andámos 4 anos a tentar equilibrar as contas. Neste momento, podemos olhar para o futuro com muita esperança e com muita expectativa, porque reduzimos a dívida, não para o valor desejável, porque eu já o disse aqui e reafirmo, como é possível que municípios da grandeza do Município de Chaves, tenha 4, 5 ou 6 vezes mais dívida do que esses municípios? Nós gostamos muito de nos comparar com Vila Real, nós gostamos muito de nos comparar com Bragança, mas deixe que lhe diga quando nós assumimos a gestão autárquica a dívida de Bragança era de 5 milhões e a dívida de Vila Real era de 9 milhões, a nossa era de 42 milhões, portanto, são grandezas aproximadas e, de facto, denotava bem a exigência, o critério e a competência de gestão que na altura havia. É por aquele tipo de gestão que o senhor membro desta Assembleia pugna? Para lá não vamos, para trás não andaremos, o nosso caminho é para a frente. Depois, dizer-lhe outra coisa, nós temos vindo a fazer as amortizações devidas, essas amortizações permitiram-nos reduzir de forma substancial a dívida à Banca, ao mesmo tempo que fizemos um processo negocial com as Águas do Norte que regularizou a nossa situação contratual com as Águas, resgatou o nosso bom nome, permitiu-nos fazer uma coisa absolutamente essencial, que é ir à Banca e ter condições financeiras diferentes das que tínhamos antes, isso foi em resultado de uma mudança



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

de paradigma e da assunção verdadeira das nossas responsabilidades, e não fazendo como se fazia antes, que era fazer de conta que as dívidas não existiam, apenas, e só, porque se devolviam e não se registavam, isso connosco não tem acontecido. Considera transparência, aquilo que nos fizeram, em que andei 4 anos a pedir um documento que nunca me foi facultado? Era uma coisa importante, era que fossem feitas provisões, e ao mesmo tempo, fosse feito o documento com as tais responsabilidades contingentes, quando falava delas, o Presidente da Câmara olhava para mim pasmado, não sabendo do que se tratava. Sim! É isso que está naquele documento, que foi distribuído e que teve a oportunidade de conhecer logo no ponto inicial desta Ordem de Trabalhos. Portanto, dizer-lhe que, de facto, a sua intervenção é uma intervenção que denota uma visão do passado, denota, na minha perspetiva, um mau perder relativamente àquilo que foi a disputa eleitoral e a contenda que se concluiu há pouco tempo. Quer transmitir para os membros deste executivo que não avançámos que regredimos, mas o que eu quero aqui deixar a todos os membros de todas as forças políticas, é que o nosso caminho não está feito, mas o caminho já percorrido, é um caminho que denota um grande avanço relativamente àquilo que eram as execuções do passado e do partido do qual o senhor membro desta Assembleia faz parte. Depois, dizer-lhe outra coisa muito simples, se algum aspeto contabilístico está errado, faça-o chegar à Mesa, que eu darei nota aos serviços da área financeira para que possam corrigir algum aspeto que entenda que esteja mal. Da minha parte, eu fiz isso aquando da apresentação no Órgão Executivo e vou fazê-lo aqui, dei uma palavra de apreço pelo trabalho, pela competência, pela abnegação de todos os trabalhadores que integram a divisão financeira, que são os mesmos que eram quando nós chegámos à Câmara. Curiosamente, houve outros tempos em que fizeram logo substituições, connosco não. O importante é aquilo que as pessoas valem e, portanto, dou aqui uma palavra de apreço e consideração a todos quantos participaram em termos técnicos na elaboração destes documentos que agora deixamos aqui à consideração de todos os presentes. Dizer-lhe outra coisa, é natural que ainda no último dia, à última hora possa chegar alguma receita, uma delas, em regra, é a quarta prestação daquilo que tem a ver com a concessão da baixa, é paga agora pela EREDES, antigamente era paga pela EDP e, portanto, é natural que no último dia nós possamos ter a possibilidade de arrecadar algumas receitas. Eu não desejava que fosse 2 milhões, desejava bem que fossem 10 milhões. Obrigado.-----

Vítor Carlos Teixeira Pimentel, pelo **CDS-PP**, disse: -----
Senhor Presidente da Mesa e restantes Membros, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhores Deputados Municipais, caros Presidentes de Junta, renovo os meus cumprimentos. Eu vou ser muito sintético, até porque, acho que esta Assembleia, daqui a pouco, é vencida pelo cansaço dada a hora em que nos encontramos, e ao contrário do Membro desta Assembleia Municipal, Carlos Gouveia, eu nem água tenho no lugar, corro o risco de desfalecer aqui com a pressa. Senhor Presidente, vou ser sintético, espero que não tome isto como nenhuma pergunta, ou não personalize as perguntas que eu faço, porque são no âmbito meramente político e esclarecedor. Mas, efetivamente, já o estivemos a ouvir durante quase quarenta e cinco minutos neste Ponto. Depois de já se ter falado da estrada de Carrazedo de Montenegro, da estrada de Montalegre, pressuponho que a não referência ao Pavilhão Multiusos, não sei se é para incluir no AquaNature Palace ou não? Mas gostaria que desse esse esclarecimento. Já agora, só mais uma questão, temos registados 170 mil euros, para a piscina, de um anteprojecto que foi apresentado em 2019, suponho que seja para um projeto para 2022? -----

Referente às Normas de Controlo Interno, por informação do senhor Presidente da Câmara ao CDS, no mandato anterior, este documento regulamentar iria ser revisto. Quando será? E porque razão, enquanto não há novas Normas, é que não é apresentado o Relatório anual previsto? -----

Encerrou o debate deste ponto o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas: -----

Renovo cumprimentos, muito boa tarde. Estava à espera que me fizessem perguntas concretas, era isso que estava à espera e não uma intervenção redonda. De qualquer das formas, sobre esta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

matéria, dizer que vamos ter, espero eu, já no final do próximo ano um multiusos, esse multiusos será no espaço do antigo Cine Teatro. Como sabem, tem várias finalidades, é um multiuso médio, a ambição de termos um multiusos adequado à nossa dimensão ainda existe, vai ser prosseguida, é uma pena que não tenha sido feito e não tenham sido captados financiamentos europeus, como foi noutros concelhos que conseguiram financiar 85% de 10 milhões de euros. E, portanto, nós não conseguimos fazê-lo outros fizeram-no, enfim, vamos ter que o fazer, provavelmente, com recursos próprios ou então com um empréstimo. De qualquer das formas, teremos numa primeira fase, um espaço que pode até, depois, ganhar dimensão, que se pode prolongar exatamente pela Travessa Cândido Reis, podemos ter ali um espaço interessante para fazer um conjunto de iniciativas, porque está assim concebido e concessionado para podermos ter um espaço multiusos. Ainda assim, dizer-lhe que a nossa intenção passa por fazer um edifício que tenha a capacidade de ser ao mesmo tempo um pavilhão desportivo e espaço multiusos. Portanto, se repararem, há uma ação que se chama Fórum Chaves. Esse novo projeto está pensado e idealizado, é suposto, neste ano de 2022, iniciar-se o projeto, mas a ideia eu posso aqui apresentá-la. Ao invés de fazermos 2 edifícios, um edifício para ser um pavilhão desportivo e outro edifício para ser multiusos, a ideia é nós termos um espaço único em que tenhamos, sobretudo, um espaço que pretenda dar resposta às necessidades na área do desporto, para um conjunto de modalidades amadoras ou outras, em que possam acontecer ao mesmo tempo 3 ou 4 modalidades, e esse mesmo espaço, possa ser concebido para que 4 ou 5 ou 6 vezes no ano, possa ser usado como multiusos, por exemplo, contemplando a possibilidade de ter uma ou duas bancadas que possam ser retráteis e que tenham uma solução para proteção do piso. Com isto, provavelmente, será um projeto mais caro do que um projeto considerado individualmente para ser multiusos ou ser um pavilhão desportivo, mas será bastante mais barato do que 2 edifícios. Ao mesmo tempo, uma grande vantagem, como sabem, um dos custos muito importantes que têm estes equipamentos, são os custos de funcionamento, particularmente energéticos. Portanto, a ideia passa por aí, o projeto vai chamar-se, em princípio, Fórum Chaves, será assim a designação e etimologia, é essa etimologia que está no PPI, tem uma dotação não muito relevante para 2022, é só para o projeto, tem depois uma dotação bastante mais robusta para os anos seguintes. Relativamente à piscina coberta, ainda bem que esta questão é focada, nós temos o projeto de execução pronto. A verdade, é que temos um parecer desfavorável da Agência Portuguesa do Ambiente, esse parecer está fundamentado em 2 ordens de razões. Como sabem, a piscina está localizada junto ao Rio Tâmega, o projeto que está pensado pressupunha uma ampliação para o triplo daquilo que existe e pressupunha também a execução de uma subcave e de uma cave, de uma área técnica que permitisse aceder naturalmente aos tanques. A apreciação técnica desta entidade é obrigatória e vinculativa e, portanto, não podemos deixar de seguir o parecer. Primeiro, entende que a área de impermeabilização e de ampliação é desproporcional, mas essa, eventualmente, poderia ser objeto de ajustamento, mas, sobretudo, a legislação em vigor não permite fazer caves ou subcaves abaixo daquilo que é a cota de cheia. E, portanto, temos aí uma dificuldade. Estamos a trabalhar no projeto para ver se conseguimos superar essa dificuldade. Foram contratados serviços adicionais e esperamos poder ultrapassar essa dificuldade, porque, ao mesmo tempo, o Rio Tâmega é, de facto, um grande fator de atratividade e ao mesmo tempo é uma dificuldade. Todas as construções que fiquem em leito de cheia, progressivamente, vão ter muita dificuldade ou mesmo impossibilidade de serem executadas. As regras que têm a ver com esta consciência maior dos impactos ambientais e, sobretudo, da circunstância de nós podermos ter fenómenos extremos, designadamente cheias no nosso caso, mas não só, faz com que aquilo que sejam as medidas de proteção de bens de habitações, por parte da Agência Portuguesa do Ambiente, que tem a responsabilidade na matéria, sejam cada vez mais exigentes. Portanto, temos essa dificuldade, se de todo em todo, não for possível concretizar o projeto que temos em mente, teremos que avançar por uma de 2 vias, ou fazemos um ajustamento do projeto, fazemos um projeto mais pequeno que se limitará à requalificação daquilo que existe, ou então, é escolher uma outra localização para que a piscina possa ser executada, tendo sempre em atenção um aspeto, que é a eficiência e a racionalidade económica, teremos que escolher um sítio em que seja possível manter a fatura energética em limites aceitáveis e, portanto, terão que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

ser estas condicionantes. Os valores que estão no PPI, não são ainda para projeto, aqueles valores são mesmo para começar a obra, é essa a intenção, mas queria deixar aqui expresso que pode haver essa limitação, e se isso acontecer, marcaremos uma reunião, convidaremos toda a sociedade, para que se possa pronunciar e possa opinar sobre esta questão, é uma questão absolutamente de interesse de todos. Como todos sabemos, há 10, 15 ou 20 anos que ambicionamos ter uma piscina coberta, não a temos, essa é uma ambição que devia estar cumprida. Olhe, é uma das tais obras que devia estar feita, mas não está e, portanto, vamos ter que a fazer. Nós devíamos estar a concentrar-nos, neste momento, com outras questões, mas estamos a tratar do passado e, portanto, por isso é que o passado tem que ser evocado, porque é preciso fazer o que não foi feito. Depois, dizer-lhe outra coisa, relativamente às normas de controlo interno, fica esta nota, será transmitida, eu penso que foi objeto de algumas alterações, não consigo precisar em que aspetos ela se densificou ou em que se consubstanciou, não sei. Mas se houver alguma questão ou alguma desconformidade, algum aspeto que mereça uma anotação, se a fizer chegar à Mesa, ela será naturalmente encaminhada para a Divisão Financeira, para que ela seja levada em consideração. Porque queremos ter uma norma legal e o mais robusta possível, como tal, aceitamos todos os contributos que nos queiram fazer relativamente a esta matéria. Porque, verdadeiramente o que nós queremos, é fazer cada vez melhor. Obrigado. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria com cinquenta e um votos a favor, dezassete votos contra e uma abstenção, de acordo com a votação abaixo discriminada: ----

Votos a favor: Pelo Grupo Municipal do PS: Altamiro da Ressurreição Claro, Anselmo José Martins, Brigitte Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, Rogério Alberto Amorim Reis Moura, Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, António Manuel Pires de Almeida, Luiz Mário Alves Carneiro, Cristina Maria Inocêncio Imaginário, Júlio Eliseu dos Anjos Alves, Domingos de Moura Alves, Sónia Cristina Adães Ferreira, Manuel Guerra Afonso, Melissa Alexandra Carvalho Lopes, Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, Abílio do Nascimento Ramos, Paulo Jorge Ligeiro Santos, Fernando Miguel Borges Valpaços, e Nuno Artur Esteves Ferreira. -----

Pelo Grupo Municipal do BE: Marcelo Leandro Araújo Pires Rodrigues. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: Presidente de Junta da Freguesia de Águas Frias - Rogério Amaro Alves de Oliveira, Presidente de Junta da Freguesia de Anelhe - Arlindo Santos Costa, Presidente de Junta da Freguesia de Bustelo – José Fernandes M. Serralheiro, Presidente de Junta da Freguesia de Calvão e Soutelinho da Raia - António Manuel Rua Reis, Presidente da Junta da Freguesia de Cimo de Vila da Castanheira, Lúcia Maria Chaves Silva. Presidente da Junta da Freguesia de Curalha - Alfredo Augusto Dias Gaspar, Presidente de Junta da Freguesia das Eiras, São Julião de Montenegro e Cela – Hélder Leão de Castro Lopo, Presidente de Junta da Freguesia de Ervededo – André Lourenço da Silveira; Presidente de Junta da Freguesia de Faiões – Luís António Pereira de Oliveira, Presidente de Junta de Freguesia de Lama de Arcos – Augusto José Aires da Anunciação, Presidente de Junta da Freguesia de Loivos e Póvoa de Agrações – Delfina Maria de Almeida Ferreira, Presidente de Junta da Freguesia de Madalena e Samaiões - João Manuel Almeida Pinto, Presidente de Junta da Freguesia de Mairós - Adriano Vieira Rodrigues, Presidente de Junta de Freguesia de Moreiras - António José Lopes, Presidente de Junta da Freguesia de Nogueira da Montanha – Alfredo José da Silva Barreira, Presidente de Junta da, Presidente de Junta de Freguesia de Outeiro Seco – Artur Jorge André Dias, Presidente de Junta da Freguesia de Planalto de Monforte (Oucidres e Bobadela) - Luís Saraiva Garcia, Presidente de Junta da Freguesia de Redondelo - Nelson Fernandes Costa, Presidente de Junta da Freguesia de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge - José António de Oliveira Carreira, Presidente de Junta da Freguesia de Santa Leocádia – João Manuel Teixeira Pereira Borges, Presidente de Junta da Freguesia de Santo António de Monforte - Alcino do Nascimento Santos, Presidente de Junta da Freguesia de São Pedro de Agostém, Pedro Manuel Pereira Barroco, Presidente de Junta da Freguesia de São Vicente da Raia - Mário José dos Anjos, Presidente de Junta da Freguesia de Soutelo e Seara Velha – Carlos Manuel da Cruz Chaves, Presidente de Junta da Freguesia de Travancas e Roriz - Filipe Maldonado Pinto. em representação do Presidente de Junta da Freguesia de Vale de Anta – Jorge José Pereira de Carvalho, Presidente de Junta da Freguesia de Vila Verde



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

da Raia - Pedro Miguel Rodrigues, Presidente de Junta da Freguesia de Vilar de Nantes - Luís António Gonçalves Costa, Presidente de Junta da Freguesia de Vilarelho da Raia – Fernando de Jesus, Presidente de Junta da Freguesia de Vilas Boas - Paulo Nuno de Jesus Pereira; Presidente de Junta da Freguesia de Vilela do Tâmega – Liliana Pires Lage, Presidente de Junta da Freguesia de Vilela Seca – Nuno Miguel Moreira Monteiro da Mota. -----

Votos contra: Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD: António Pedro de Nobre Carmona Rodrigues, Francisco António Taveira Ferreira, Maria Isabel Teixeira Carvalho da Cunha, Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, Milena Sofia Vieira de Melo, José Pimentel Sarmento, Michele Alexandra Rodrigues da Costa, António José dos Santos, Olga Machado Gonçalves Santos, Carlos Guilherme de Melo Gouveia, João Luís Gonçalves Rodrigues e Maria José Alves Portela. -----

Pelo Grupo Municipal do CDS/PP: Vítor Carlos Teixeira Pimentel, Helena Cristina Gonçalves Santos e Daisy Machado Lameira. -----

Pelo Grupo Municipal do CH – CHEGA: Vítor José Gomes. -----

Em representação do Presidente de Junta da Freguesia de Santa Maria Maior – Júlio Romeu Santos Jesus. -----

Abstenções: Pelo Grupo Municipal da CDU: Manuel Justino Matos Cunha. -----

Não participaram na discussão e votação do presente assunto, os seguintes membros deste órgão deliberativo, por não se encontrarem presentes no momento da votação: José Francisco de Resendes Carreira, do PS; Joana Maria Machado Borges, do PS; Clara Maria Pinto Dias Lopes, do PS; André Fontoura Faria, do PSD; o Presidente de Junta de Freguesia de Oura – António Eusébio Vieira Cardoso; o Presidente de Junta da Freguesia de Paradela de Monforte – Gilberto Santos de Jesus, o Presidente de Junta da Freguesia de Sanfins da Castanheira – Sara Cristina Trinta Morais; Presidente de Junta da Freguesia de Santo Estevão - Maria José Sena Barros; Presidente de Junta da Freguesia de Tronco - Eduardo dos Santos Carneiro; Presidente de Junta da Freguesia de Vidago, Arcossó, Selhariz, Vilarinho das Paranhos - Rui Manuel Branco Rodrigues. -----

PONTO 19 - DEFINIÇÃO DA TAXA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS A LIQUIDAR NO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2022. PROPOSTA Nº 02/GAP/2021; -----

O Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Renovo cumprimentos à Mesa e naturalmente a todos os presentes. Dizer que, relativamente a esta matéria, naquilo que já foi a proposta que foi apresentada no ano transato e que traduz, de facto, o cumprimento de um compromisso que foi apresentado por nós. A proposta é de manutenção da taxa mínima do IMI sobre os prédios urbanos. Permita-me que recorde que no ano de 2017, a taxa de IMI era de 0.350, no ano de 2018, era de 0.338, no ano de 2019, era de 0.325, no ano de 2020, era de 0.313 e no ano de 2021, era de 0.3. A proposta que nós apresentamos para o próximo ano, continua a ser de taxa mínima. E, portanto, a nossa via não é do incremento das receitas por via dos impostos locais, é sempre que possível mantê-los nos mínimos legalmente admissíveis. Esta proposta tem outros aspetos que importaria assinalar, tem um aspeto ligado à redução da taxa de IMI, a vigorar no ano a que respeita o imposto, atendendo ao número de dependentes que constituiu o agregado familiar do proprietário, a 31 de dezembro. No caso concreto, se tiver um dependente tem uma dedução fixa de 20 euros, se tiver 2 dependentes tem uma dedução fixa de 40 euros e se tiver 3 ou mais dependentes, uma dedução de 70 euros. Ao mesmo tempo, naquilo que são as minorações e as majorações, no caso concreto de uma minoração, a redução que se propõe que seja de 15% da taxa do IMI para os prédios localizados em áreas de reabilitação urbana (ARU) que não se encontrem em estado de ruína ou devolutos, também uma taxa de dedução de 15% da taxa de IMI a aplicar aos prédios urbanos arrendados localizados na ARU do centro histórico e que pode ser cumulativa com o anterior, portanto, estamos a falar de uma redução de 30%, cumpridos os respetivos pressupostos. Depois uma majoração de 30% da taxa de IMI a aplicar aos prédios degradados que independentemente da sua localização não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens. Dizer que, neste capítulo, vamos dar ainda mais ênfase e mais atenção àquilo que é o edificado degradado, aquilo que é o incumprimento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

das obrigações por parte dos proprietários de manter e conservar os seus imóveis. Vamos ter uma atenção no sentido de que esta majoração possa ser também uma forma de colocar mais imóveis no mercado e, de alguma forma, ajudar a que o mercado funcione de uma forma mais satisfatória. Depois, ainda, com esse mesmo desiderato, elevar anualmente ao triplo, portanto, a acumular com as anteriores, a taxa de IMI prevista para os prédios urbanos que se encontrem em ruínas ou devolutos há mais de 1 ano. Portanto, são estas as propostas que aqui deixamos, sabendo que a manutenção do IMI, poderá, de alguma forma, significar uma redução ainda que não muito expressiva da arrecadação da respetiva receita, aliás, como previsivelmente possa vir a acontecer no ano de 2021, no ano em curso, ainda assim, entendemos que, de facto, é por aqui que devemos ir. Obrigado. -----

Não houve intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 20 - FIXAÇÃO DE IMPOSTO MUNICIPAL DE “DERRAMA” REFERENTE A 2021 E A COBRAR EM 2022. PROPOSTA Nº 03/GAP/2021; -----

O Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Muito boa tarde, renovo cumprimentos à Mesa e a todos os presentes. Esta proposta, é uma proposta muito similar à que foi apresentada no ano transato, penso que tem uma inovação que tem a ver com a circunstância de, entretanto, ter sido aprovado o regulamento municipal de benefícios fiscais o que nos permite no que concerne ao balizamento das isenções a determinadas empresas e cumpridos determinados pressupostos, manter a isenção da derrama. Entendemos e sabemos bem que a derrama é um imposto municipal, portanto, nessa perspetiva, sabemos que é um incremento, que é um custo acrescido para as empresas que pagam IRC e necessariamente que têm lucro. Como sabem, os municípios podem lançar anualmente, ao abrigo da lei 73/2013, o Imposto Municipal Derrama até ao máximo de 1.5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, que corresponda à proporção dos rendimentos gerados na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território nacional. O regulamento de atribuição de benefícios fiscais aprovado em 2020, permite que o Município de Chaves possa lançar a taxa da derrama e adicionar outras taxas residuais e isenções as quais atendem aos seguintes critérios. A nossa proposta é fixar uma taxa de derrama no valor de 1.5% do lucro tributável e estabelecer, ainda assim, 2 situações de isenção. Essas 2 situações de isenção apoiadas no volume de negócios das empresas beneficiárias e na criação de emprego no Município, sempre e quando essas empresas tenham a sede social na área do Concelho de Chaves, portanto, é isso que queremos fazer. Queria também dizer que a proposta que aqui apresentamos, tem como fundamentação o reforço daquilo que são as receitas próprias do Município, no âmbito daquilo que é o reforço das políticas de contenção e estabilidade orçamental e também como instrumento de política financeira, sobretudo, de cariz económica. Dizer também que se traduzirá num imposto municipal para alguns sujeitos coletivos, temos a consciência disso. Ainda assim, dizer que há no caso concreto esse adicional, e essa receita será alocada àquilo que são investimentos necessários à satisfação de necessidades coletivas da população, no caso concreto, muito ligado à proteção civil, mas também à reabilitação urbana. Sabendo todos que, efetivamente, não há consignação da receita, há apenas um propósito e uma intenção. Dizer que a estimativa da receita com a derrama para o próximo ano se cifrará à volta dos 407 mil euros e, portanto, é isso que é a expectativa de arrecadação da receita. -----

Agora, concretamente e relativamente às isenções, era importante notar que as empresas que sejam sediadas em Chaves e que tenham um volume de negócios igual ou inferior a 150 mil euros, ficarão isentas. Mas ficarão também isentas as empresas com sede em Chaves e que tenham um volume de negócios superior a 150 mil euros e igual ou inferior a 300 mil euros e que nos últimos 2 anos económicos tivessem criado e mantido postos de trabalhos nos seguintes termos: microempresas, um posto de trabalho; pequenas empresas, 3 postos de trabalho e médias empresas, 6 postos de trabalho. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

É esta proposta que aqui apresentamos e que esperamos que possa ser votada favoravelmente. Obrigado. -----

Intervieram neste ponto da ordem de trabalhos, os membros da Assembleia Municipal: -----

António Pedro de Nobre Carmona Rodrigues, pelo **PSD**, disse: -----

Senhor Presidente, muito obrigado. Esta derrama, nós sabemos que é uma taxa, mas muitas das pessoas lá fora entendem-na mais como um imposto de facto. É de alguma forma, no momento económico que nós vivemos, na minha opinião, contraproducente, mais a mais num período de dificuldades, aliás, ainda há momentos o senhor Presidente usou a expressão “que os efeitos desta pandemia são severos e persistentes”. Foi as palavras que usou, e essa severidade e essa persistência, receio, não é o nosso desejo, mas receio que vá durar mais algum tempo, aliás, o Governo ainda ontem decretou a antecipação da contenção que vai justamente agravar as condições de muitos profissionais do comércio, do aumento de vendas que aproveitam geralmente 2 momentos importantes do ano, o verão quando vêm muitos emigrantes à terra e no fim do ano e no Natal, justamente para compor um pouco as suas economias. Portanto, os tempos não são fáceis, e estar a penalizar, por assim dizer, com mais uma tributação aquelas entidades, aquelas empresas que por mérito e com certeza com muito sacrifício conseguem mostrar ainda lucros, parece-me que é contraproducente, mais a mais, neste âmbito, que infelizmente tem sido já muito penalizador para muitas delas, algumas foram obrigadas a fechar. E, portanto, sendo esta taxa regulamentarmente variável até o máximo de 1,5%, parece-nos muito difícil de entender como é que se vai propor o valor máximo? Seria entendível o valor máximo num período de prosperidade económica, num período de desafogo, de recuperação económica, não num período de incerteza, não num período de contenção. Por esse motivo, achamos que usar esta taxa de 1,5%, é demasiado, é penalizador, é injusto e, portanto, votaremos contra. Muito obrigado. -----

Vítor Carlos Teixeira Pimentel, pelo **CDS-PP**, disse: -----

Boa tarde, renovo cumprimentos a todos os presentes nesta sala. -----
Efetivamente, existem 119 municípios com taxa zero e 126 municípios com taxa máxima. É uma pena que o nosso sinal para os investidores seja a taxa máxima. Penso que neste momento e concordando com o membro desta Assembleia Municipal, engenheiro Carmona Rodrigues, o momento não é de prosperidade. Sabemos, e é verdade, que o valor que se estima arrecadar no ano de 2022 com a derrama, será inferior, até, ao valor que o Município de Chaves despendeu, no ano em curso, com o programa de apoio financeiro às empresas e, portanto e aos empresários afetados pela pandemia da Covid-19, admito isso, Até, por isso mesmo, e não tendo passado este período pandémico, tendo, ainda ontem, sido conhecidos novos ajustes às restrições impostas, penso que não faz sentido nenhum taxar as empresas nesta fase. Obrigado. -----

Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, pelo **PS**, disse: -----

Renovo os meus cumprimentos. Relativamente à questão do Imposto Municipal da Derrama, feita a explicação pelo Senhor Presidente da Câmara e dada a natureza do imposto em causa, antes de mais, dar os meus parabéns, porque esta Câmara, finalmente, deu exequibilidade ao Regulamento Municipal dos Benefícios Fiscais, o que nos permite aqui alguma flexibilidade, caso contrário, estaríamos numa situação idêntica à que ocorreu o ano passado e nos anos transatos. Mas há aqui um aspeto essencial que nós temos que ter em conta, este Executivo não é alheio a toda a situação pandémica e a toda a crise que tem vindo a afetar as pessoas. A verdade é só uma, é que o tecido empresarial do nosso concelho nem é constituído maioritariamente por pequenas e médias empresas, grande parte das empresas são microempresas. Portanto, microempresas que têm uma faturação baixa, estamos a falar do pequeno comerciante que tem uma faturação que fica muito longe dos valores que aqui são referidos. Aliás, se não estou em erro, não quero estar a fazer afirmações, embora não seja nada grave, mas não de forma leviana, mas eu creio que o senhor Presidente na reunião de Câmara referiu isso. Também já tive oportunidade de ver alguns estudos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

que, efetivamente, dizem que vai ser o arrecadar de uma parcela, que não vai ter qualquer influência, qualquer efeito ou repercussão negativa, porque, basicamente, a quem vai afetar, será às empresas que têm uma faturação maior, e muitas delas, até por irónico que isto pareça, todos nós sabemos que o termo crise é um étimo de origem grega e é a oportunidade para alguns, todos nós sabemos que, nomeadamente, as grandes superfícies foram beneficiadas largamente por esta situação pandémica, uma vez que eram praticamente os únicos espaços comerciais aonde todos nós podíamos acorrer para fazer face às nossas necessidades. Portanto, face a isso e face à circunstância de estarmos a falar de um valor que não vai prejudicar nem o nosso tecido empresarial, aquilo que é a gema do nosso tecido empresarial, pois merecerá da parte do Grupo Municipal do PS a plena aprovação a esta medida. Muito obrigado. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas: -----

Muito boa tarde, senhor Presidente da Assembleia Municipal, cumprimentos para todos os presentes. Revisitemos então os argumentos e os fundamentos aludidos que podem aconselhar uma votação contra esta proposta. É verdade que estamos num momento de exigência e de alguma dificuldade, apesar de ser também de crescimento, todos sabemos que a taxa de crescimento que se espera, seja de 5% para o próximo ano de 2022, ainda maior para o ano de 2023, portanto, verdadeiramente não estamos num quadro de crise. Contrariamente ao que aqui foi afirmado, e já que gostam de falar do relatório do Banco de Portugal, o que se espera é um crescimento muito acima da média, portanto, se esse crescimento existe o quadro macroeconómico não é aquele que nos foi traçado, perdoe-me senhor membro desta Assembleia, engenheiro Carmona Rodrigues, é exatamente um quadro diferente daquele que nos apresentou, não é um quadro de crise, é um quadro de crescimento. Esperamos que isso se mantenha, se incremente e ainda seja superior àquilo que são as metas fixadas quer pelo Banco Central Europeu, quer pelo Banco de Portugal, quer pelo Governo Português, e por outras entidades que normalmente também fazem previsões nesta matéria. E, portanto, dizer que não é verdade que seja um momento de crise. Por outro lado, também dizer o que nós pretendemos, e o que pretendemos, não é penalizar as empresas, muito pelo contrário. O que nós queremos fazer com esta taxa, é preciso contextualizá-la, o regulamento de que nós falamos de benefícios fiscais, o que fez neste caso concreto, foi permitir balizar determinadas isenções que antes não podíamos, designadamente quais? Permitir que nós possamos isentar de 150 mil a 300 mil euros. Portanto, o que nós quisemos, foi fazer exatamente o contrário, e já vamos explicar qual foi a motivação dessa nossa proposta. Por outro lado, dizer que esse regulamento de benefícios fiscais tem um conjunto de isenções para projetos de interesse municipal e para outro tipo de iniciativas que dão isenções de IMI, de IMT, redução da taxa de IVA, relativamente a intervenções de requalificação no centro histórico, enfim, um conjunto de benefícios. Por isso é que se chama regulamento municipal de benefícios fiscais, se não, chamar-se-ia uma coisa diferente, por exemplo, o regulamento municipal de agravamento da situação fiscal dos próprios munícipes. E, portanto, não me parece que seja contraproducente, e por outro lado, se quisermos fazer uma análise daquilo que é o tecido empresarial do concelho, eu atrevia-me a dizer que ele, porventura, é caracterizado ainda mais do que é o tecido empresarial nacional, por micro e pequenas empresas, nas palavras da doutora Ferreira Leite “das micro e piquenas empresas”. E, portanto, dizer isto é dizer que o que nós temos no Concelho de Chaves são, sobretudo, micro e pequenas empresas. Portanto, essas empresas não vão ter nenhuma penalização por causa dessa taxa. Depois, é preciso que se diga outra coisa muito importante, nós estamos a falar de IRC, significa que empresários em nome individual não vão pagar IRC. E, portanto, esta ideia de que o IRC toca todos os empresários, não é verdade, eu até acredito que a maior parte dos associados da ACISAT não pagam IRC, a maior parte. Eu atrevo-me a dizer que maior parte dos empresários não pagam IRC, e não pagam IRC, não é porque fujam ao imposto, não estou a dizer nada disto é, porque são empresários em nome individual e, portanto, não estão constituídos em sociedade coletiva. Mas se estão em sociedade coletiva, até era importante ver as contas, para ver quantos deles é que pagam impostos, seria um exercício interessante, dizer ainda outra coisa, o que nós



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

queremos fazer, ainda há pouco um membro desta Assembleia dizia: “Nós temos que dar maior autonomia financeira”. Então em que é que ficamos, queremos mais autonomia ou não queremos mais autonomia? Há pouco diziam que tínhamos que dar mais autonomia, mas quando discutimos instrumentos e recursos financeiros para dar autonomia, já são contra? Em que é que ficamos? São a favor? São contra? Não podem ser a favor e contra sobre os mesmos assuntos, isso não é possível. E, portanto, dizer que, neste caso concreto, entendemos que esta medida toca, tange, sobretudo, as grandes empresas. Porquê? Primeiro, porque grande parte do nosso tecido empresarial não está sujeito a IRC, mas a IRS. Segundo aspeto importante, o IRC só vai tocar as empresas, que tenham lucro. Terceira razão ainda mais importante, é que as empresas que tenham um volume de negócios até 300 mil euros e que cumpram os pressupostos enunciados, também estão isentas, portanto, depois disto, são poucas as empresas que ficam. De manhã, estavam muito preocupados com as grandes superfícies, pois olhe, provavelmente, esta derrama toca uma grande superfície, toca a quem? A empresas que são concorrentes dos comerciantes locais. Portanto, se são a favor do comércio local, se calhar, deviam ser a favor desta derrama para que ela toque, sobretudo, os grandes empresários, e alguns deles estão em concorrência com o comércio local. Obrigado. -----

Vítor Carlos Teixeira Pimentel, pelo **CDS-PP**, disse: -----

Renovo os cumprimentos a todos. Senhor Presidente da Câmara, penso que na minha intervenção da manhã deixei bem claro, ninguém aqui é contra a grande superfície, quanto muito, seria contra a sua localização, onde ela se encontra, e o que esteve aqui em discussão, até foi uma via de acesso, portanto, não ponha palavras na minha boca que não correspondem à verdade. As grandes superfícies também servem para gerar emprego, e independentemente das condições em que o geram, também são necessárias, não é isso que eu estou a dizer, o que eu aqui defendi, foi um planeamento urbanístico que as colocasse mais na periferia, só isso, está bem? Eu sei que já não é a primeira vez, e não é só comigo, que o senhor Presidente coloca palavras na boca dos outros. Mas não foi isso que aqui se passou. -----

Encerrou o debate deste ponto o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

Muito boa tarde. Renovo cumprimentos, peço desculpa de não o fazer de forma tão extensiva, mas tem a ver com o número de vezes que venho aqui usar da palavra. Dizer o seguinte, quanto à questão que foi suscitada pelo membro da Assembleia Municipal, Vítor Pimentel, dizer claramente, a questão que suscitou de manhã, teve a ver, na minha perspetiva, quanto ao próprio espaço comercial, porque não se percebia que fosse de outra maneira. Porquê? Porque ele está menos central do que estava antes, se ele estava no edifício junto do Maria Rita, agora está um pouco mais abaixo, com condições de acesso, criando outro tipo de acessibilidades, criando a requalificação de um espaço. E se era uma questão de planeamento urbanístico, ele devia ter sido feito em 2005, no PDM, não era agora. Porquê? Porque o planeamento é exatamente isso, é planear o que não está, isto é que é planeamento urbanístico e, portanto, dizer-lhe claramente o seguinte, de acordo com o planeamento urbanístico o empreendimento foi feito aonde as normas o permitiam. Também tive a oportunidade de manhã de explicar que o município não tem condições financeiras para que sempre e quando haja um investimento com o qual nós não concordamos, façamos a expropriação do terreno. Já todos percebemos que a situação financeira não o compreende, e o nosso esforço de contenção e de redução da dívida já toda a gente percebeu que é para fazer investimentos necessários, eu posso aqui explicitar se não fui suficientemente claro, fazer a piscina coberta e o Fórum Chaves. É para esses dois investimentos que nós queremos, eventualmente, contrair empréstimos, portanto, todo o esforço de redução da dívida vai estar concentrado aí, não ia ser para fazer a aquisição de um terreno, cortando por um lado a iniciativa privada, e ao mesmo tempo também, impedindo um aumento da empregabilidade no concelho e resolvendo uma questão urbanística que de outra forma não se resolveria, só isso! Eu também não tenho nenhuma questão contra si, a única coisa que queria que ficasse evidenciada é o seguinte, é que também a taxa vai tanger, provavelmente, esse não, mas outro, que é como sabem, provavelmente, a empresa que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

mais fatura em Chaves. A revisão do PDM vai ter em linha de conta aquilo que são as linhas programáticas da política urbanística no país, basicamente. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria com 51 votos a favor e 15 votos contra. -----

PONTO 21 - CRIAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP), PARA O ANO DE 2022. PROPOSTA Nº 04/GAP/2021; -----

O Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Boa tarde. Cumprimentos a todos de forma generalizada. Relativamente a este assunto, e muito brevemente, queria dizer o seguinte, só para contextualizar. Esta é a taxa municipal de direitos de passagem que foi proposta e aprovada no ano passado, que já devia ter sido aprovada há muitos anos, se bem se recordam, a boa gestão financeira do Município fazia-se inventando receita e a forma de equilibrar o Orçamento durante muitos anos, foi o quê? Foi fazer de conta que se ia cobrar receita quando não se cobrava, e estamos a falar do quê? Da taxa municipal sobre o subsolo e o espaço aéreo que foi criada pelo Município de Chaves, na altura foi vendida como uma novidade, como alguma coisa excecional que os outros municípios não se tinham lembrado. Pois bem, afinal os outros municípios não se lembraram porque era ilegal, mas aqui lembraram-se, foi uma espécie de “Eureka”, alguém se lembrou de que era absolutamente excecional, e por isso, é que nós temos, eu tive a oportunidade de falar das dívidas a terceiros, uma cobrança duvidosa de 14 milhões de euros, tem a ver com isso. Connosco, não há invenção de receita, não há equilíbrios feitos de forma artificial, quando alguém fala de opacidade, de falta de clareza, de falta de transparência, provavelmente ou não estava aqui, ou quer certamente branquear a história. Por outro lado, quanto a esta taxa, já se percebeu que é uma taxa que incide sobre as operadoras que disponibilizam serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, e esta taxa, de acordo com aquilo que é a nossa previsão, terá uma expectativa de arrecadação de receita muito próximo dos 10 mil euros, não tem grande expressão. Mas, no princípio da eficiência fiscal, naturalmente não devemos desprezar esta taxa. Ainda assim, dizer que não tem nenhuma expressão com aquilo que era a inscrição da previsão de receita a que vínhamos assistindo, e que eu repetidamente afirmei neste espaço que era uma receita que não era devida e que não seria cobrada, mas enfim, afinal a realidade sobrepõe-se sempre à ficção. Obrigado. -----

Intervio neste ponto da ordem de trabalhos, o membro da Assembleia Municipal: -----

Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, pelo **PS**, disse: -----

Boa noite a todos, quero só fazer aqui um pequeno reparo e com algum humor, é que estávamos aqui a ler a certidão da Ata da reunião da Câmara e constatámos que existe aqui um erro, é que diz, Presidente Francisco Batista Tavares, é só. Alguém se enganou. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

O Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, no uso da palavra disse: -----

Há questões que a Mesa, necessariamente, tem de respeitar, diz o Regimento que as reuniões não podem ir além de 6 horas. Para podermos continuar precisamos da concordância da Assembleia Municipal. Portanto, ponho à consideração da Assembleia Municipal a continuação dos trabalhos até esgotarmos a Ordem de Trabalhos. Algum membro desta Assembleia Municipal se opõe? Foi aprovada a continuidade desta reunião da Assembleia Municipal. Isto consta do nosso Regimento. -----

PONTO 22 - PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO DE TARIFÁRIO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS E DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS PARA O ANO DE 2022. INFORMAÇÃO Nº 592/DA/2021; ----

O Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Vou tentar ser sintético, reconheço que não é característica que me seja muito reconhecida, de facto não é, portanto, também sei reconhecer os meus defeitos. Sobre a questão do tarifário, tenho aqui algumas considerações muito rápidas. Estamos a falar do tarifário que é uma obrigação legal todos os anos ser objeto de revisão e de aprovação, é uma obrigação que temos de cumprir junto da entidade reguladora, a ERSAR. Todos os anos que fazer a sua fundamentação económica/financeira e verificar o cumprimento de um conjunto de pressupostos e de princípios. Como sabem, este tarifário tem, sobretudo, três áreas: abastecimento de água; saneamento de águas residuais e gestão de resíduos sólidos urbanos. Depois, tem uma desagregação entre consumidores. Tarifa fixa, tarifa variável, consumidores domésticos, não-domésticos e outra panóplia de consumidores. Como sabem, os princípios comuns relativos à formulação deste tipo de proposta são o princípio da recuperação de custos, o princípio da utilização sustentável dos recursos hídricos, o princípio da presunção e valorização, o princípio da defesa dos interesses dos utilizadores, o princípio da acessibilidade económica, o princípio de autonomia das entidades titulares, vou passar à frente relativamente às questões de enquadramento legal. Também no que diz respeito à questão da fundamentação, os serviços de abastecimento público de água, de saneamento e de águas residuais e gestão de resíduos sólidos urbanos estão sujeitos a um ciclo anual de revisão tarifária, sendo que nos últimos anos se tem verificado uma maior intervenção da entidade regulatória no âmbito dos sectores através da emissão de recomendações da ERSAR que tem emitido um conjunto de recomendações relativamente, não só, à estruturação e à conceção dos próprios tarifários, mas também ao seu escalonamento e à sua fundamentação económica/financeira. Há um vasto conjunto de obrigações que resultam de instrumentos legais e regulamentares, salientando-se, por se revelarem de maior impacto no Município de Chaves, os seguintes: obrigatoriedade de criação de taxas autónomas para os serviços de água de saneamento, de águas residuais e de gestão de resíduos sólidos urbanos, a estruturação dos tarifários em componente fixa e variável, a progressividade da tarifa variável, a diferenciação tarifária entre utilizadores domésticos e não-domésticos, a criação de tarifários especiais de garantia de acessibilidade com fins sociais que se destinem a famílias numerosas e a organizações de utilidade pública, a definição de níveis tarifários adequados à recuperação dos custos. A proposta foi elaborada nos termos dos pressupostos que eu tive a oportunidade de enunciar, sendo certo, que queria dar aqui nota também de duas importantes taxas que foram criadas e que têm tido incrementos significativos nos últimos anos, uma das quais com o incremento no último ano de 100%, estou a falar-vos da taxa de resíduos hídricos, a chamada TRH, também da taxa de resíduos a chamada TGR. As entidades gestoras municipais que asseguram a previsão dos serviços de abastecimento, como é o caso do Município de Chaves, de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos, em modelo de gestão direta, devem preparar o processo de repercussão de taxas dos recursos hídricos e das taxas de resíduos no tarifário aos utilizadores finais, ou seja, é obrigação do Município que repercutamos no consumidor final estas taxas, que têm na sua base razões de cariz ambiental e de eficiência dos recursos. A entidade gestora em baixa, neste caso o Município, deve considerar na precursão da TRH, não só as taxas que lhe sejam diretamente liquidadas pela RH, mas também aquelas que sejam por sua vez repercutidas pela entidade gestora dos sistemas em alta que, no nosso caso, são as Águas do Norte. O Município de Chaves paga anualmente a taxa de recursos hídricos à APA pela utilização que faz dos recursos hídricos, nomeadamente, captação de água, ocupação do domínio público hídrico e a rejeição de águas residuais e deve repercutir o respetivo valor no utilizador final de forma a incentivar uma utilização sustentável deste recurso. O Município de Chaves paga também a taxa de gestão de resíduos à entidade gestora que no caso é a Resinorte, pela quantidade de resíduos depositados em aterro e deve repercutir o respetivo valor no utilizador final de forma a incentivar à prevenção e redução dos respetivos resíduos produzidos. Deixo aqui algumas notas sobre aquilo que é a expressão destas taxas da TRH, estamos a falar de um valor de 0.0311 por metro cúbico, sendo que representará um valor resultante do TRH no que diz respeito ao abastecimento de água de 95 177, 425 euros, no que respeita ao TRH na componente do saneamento a taxa em causa é de 0,0076 por metro cúbico e representará um valor para o ano seguinte de 23 346 euros. No que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

diz respeito também à TGR para o próximo ano, estamos a falar da taxa de gestão de resíduos, estamos a falar de uma taxa de 0,0645 por metro cúbico, o que corresponderá a um valor a incrementar de 197 554, 28 euros. A proposta mantém-se inalterável relativamente ao ano transato, no que diz respeito ao tarifário do abastecimento público, não há qualquer incremento do preço, também não há qualquer incremento do preço no que diz respeito ao saneamento de águas residuais, mas preconiza um ajustamento tarifário relativamente à gestão de resíduos no estritamente necessário para acomodar a taxa de gestão de resíduos relativos ao ciclo anual. E, portanto, queria dizer-vos, e apenas para conhecimento, aquilo que tem sido a evolução nos últimos anos desta taxa, para que possa ser conhecida e que a possam ter em atenção. Por exemplo, só para terem uma noção no que diz respeito à taxa de gestão de resíduos, no último ano sofreu um incremento de 100%. Em 2020 a tarifa por tonelada era de 11 euros, passou em 2021 para 22 euros, como se percebe, é um incremento muito importante. Outro aspeto muito importante tem a ver com aquilo que é o incremento da tarifa paga à Resinorte, que no ano de 2021, foi de 35/34 euros por tonelada e a proposta que está neste momento em discussão para aprovação, é de 43,11 euros. E, portanto, já percebemos todos que os bens essenciais como sejam: abastecimento de água; saneamento e águas residuais e também a gestão dos resíduos sólidos urbanos vai ser um grande desafio, porque as taxas tem vindo a crescer, os custos são cada vez mais relevantes, e nós só temos uma de 2 vias, ou fazemos uma gestão e uma utilização moderada destes recursos, e consequentemente temos uma fatura menos pesada, ou, então, progressivamente seremos chamados a suportar encargos financeiros mais relevantes. Em suma, a proposta de tarifário que aí é apresentada, mantém os preços na água e no saneamento e tem uma atualização no que diz respeito aos resíduos sólidos urbanos apenas, na estrita medida, para acomodar a taxa de gestão de resíduos no ano seguinte, porque os anos anteriores foram todas repercutidas naquilo que é o próprio processo financeiro, ou seja, nunca foram repercutidas nos últimos 3 ou 4 anos na tarifa final, significa que na prática, que o Município andou a ter menos receita. Isso significa que o preço final era mais barato do que nos anos anteriores, porque não foi repercutido as respetivas taxas quer a TRH, quer a TGR. Obrigado. -----

Intervieram neste ponto da ordem de trabalhos, os membros da Assembleia Municipal: -----

António Pedro de Nobre Carmona Rodrigues, pelo PSD, disse: -----

Muito obrigado senhor Presidente. Dizer que esta proposta é, de facto, muito importante, porque estamos a falar de saneamento básico, de necessidades básicas da população. A primeira parte desta intervenção é para refletir um pouco e pedir, até, ajuda ao senhor Presidente da Câmara para que, eventualmente, possamos refletir em conjunto sobre algumas das matérias que referiu. Uma diz respeito à taxa de recursos hídricos que é alheia, digamos, ao Município, que é imposta pelo Governo, eu conheço particularmente bem a origem desta taxa de recursos hídricos. E, aliás, como o senhor Presidente de Câmara referiu, ela é em princípio, orientada justamente para as intervenções de reabilitação da rede hidrográfica e valorização da rede hidrográfica. E, aqui, também voltando ao primeiro tema da minha intervenção de hoje, tem a ver um pouco com a regionalização ou não regionalização, ou seja, porquê? Porque esta taxa tem ido invariavelmente, grosso modo, só para Lisboa, só para Lisboa e para obras de intervenção e muitas delas, em muitos anos, são quase gastas as verbas todas na proteção costeira, não é o caso aqui do nosso Município de Chaves, e de outras obras de intervenção. Gostava de perguntar, e acho que é legítimo na Assembleia Municipal, ao senhor Ministro do Ambiente, quais são as verbas da taxa de recursos hídricos que têm sido utilizadas no Alto Tâmega e em particular no Município de Chaves, justamente na proteção e valorização da rede hidrográfica? Não sei, não sei se sabe, eu também não sei, mas gostávamos, acho que todos gostaríamos de saber, justamente porque esse é o princípio da utilização desta taxa que é imposta pelo Governo Central ao Município. Portanto, como o senhor Presidente bem disse, somos alheios a isso, mas é qualquer coisa que acresce à fatura que todos nós, todos vós, neste caso pagam na fatura da água. Outro princípio que o senhor Presidente referiu e bem, é que a tarifa deve repercutir a chamada recuperação integral de custos. O que é que é a recuperação integral de custos? No fundo é o valor do tarifário para o qual não há nem um superavit,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

nem um déficit tarifário e, portanto, essa é a orientação da diretiva do quadro da água, é a orientação da lei da água. A ERSAR, que é a entidade reguladora dos serviços de águas e águas residuais pugna para que onde há déficit tarifário se promovam as necessárias medidas que vamos falar a seguir que têm a ver com o aumento da eficiência na distribuição de água para poder reduzir custos e poder ajustar tarifário para que não haja déficit tarifário. Um estudo, relativamente frequente, que a associação portuguesa dos distribuidores de água faz sobre esta matéria, mostra que estamos num País muito bipolar, há muitos concelhos, principalmente no interior, aonde há um deficit tarifário e há muitos concelhos, especialmente nas áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa, aonde há um superavit tarifário, às vezes até demasiado superavit tarifário. Eu pergunto, e não quero que me responda senhor Presidente, se calhar também não sabe, mas acho que devíamos dirigir essa pergunta aos serviços, trabalhar para ver este tarifário o que é que representa em termos da recuperação integral de custos, ou seja, estamos abaixo daquilo que devíamos cobrar? Ou estamos acima? Eu não sei e, portanto, é uma orientação que nos deve balizar, justamente para saber se estamos ainda com perspectivas de poder nos próximos anos agravar para se poder ir no sentido de recuperar o deficit tarifário ou não. Ligado com isto, tem aquilo que está aqui dito também, que são os custos da eficiência com as poupanças da eficiência. Acredito que, de facto, por via dos investimentos que têm sido feitos, aparentemente passou-se de uma eficiência do uso de água na distribuição em baixa de 50% para 70%, o que é extremamente meritório. Mas, obviamente, eu também não sei, geralmente o que está associado a um aumento da eficiência, é uma redução de custos, porque há uma ligação estreita e próxima entre a distribuição de água e o custo de energia associado à distribuição de água. E, portanto, não sei também, não sei se, também não preciso de saber já, mas quanto é que se terá poupado em despesas de eletricidade? Aliás, o senhor Presidente, disse e bem há pouco, que por razões que não vale a pena agora dizer, mas tem a ver com Governo Central, os custos da energia têm aumentado bastante e, portanto, se nós estamos a aumentar a eficiência em 20%, estaremos seguramente a poupar mais ou menos, de uma forma simples, 20% dos custos de energia. Isso não quer dizer que implicasse uma redução do tarifário, mas seguramente é uma poupança importante para o Município. Por último senhor Presidente, dizer o seguinte, qualquer pessoa mesmo que não seja de Chaves como eu, tem acesso aos relatórios da ERSAR, fui ver o último relatório da ERSAR que diz respeito ao ano de 2019, e o panorama não é muito bom. Têm aqui uma série de avaliações para todos os sistemas, para todas as entidades gestoras e distribuidoras de água do país, o último ano que está publicado é 2019. A ERSAR usa muito uma classificação como se costuma dizer semafórica, usa o verde quando a qualidade do serviço é boa, usa o amarelo quando a qualidade de serviço é mediana e usa o vermelho quando a qualidade do serviço é insatisfatória. No que toca ao Concelho de Chaves e ao abastecimento de água, temos, por exemplo, que a capacidade de reserva de água tratada em dias é de 0,4 dias, não sei se estão dentro destes assuntos, mas é manifestamente pouco, hoje em dia, um serviço de qualidade que permita que não haja problemas de falta de água no caso de haver ruturas, anda seguramente sempre acima de 1 dia, nós estamos nos 0,4 dias. Depois, também temos aqui um índice de gestão patrimonial das infraestruturas, numa escala de zero a 200 estamos a zero. Temos aqui a ocorrência de falhas no abastecimento, a avaliação é de insatisfatória, é vermelho e tem-se acentuado, o histórico de 2015 para 2019 tem-se acentuado nos últimos anos. No indicador sobre resposta a reclamações e sugestões estamos no vermelho, são 75% o valor que está aqui e que devia ser 100%, também se tem acentuado nos últimos anos. A cobertura dos gastos é de 79% e também estamos no vermelho segundo a ERSAR, devíamos estar no mínimo nos 100% e tem-se agravado nos últimos 3 anos. A água não faturada melhorou, é verdade, estávamos em 2019 nos 59%, aparentemente agora será menor, será já os 30%, mas aqui estaria ainda no vermelho, a ocorrência de avarias em condutas estamos no vermelho, assim como as perdas reais de água que se situam em 5.300 litros por quilómetro de conduta e por dia que são perdidos, estamos também no vermelho. Quanto à eficiência energética de instalações elevatórias estamos no vermelho. Passando para as águas residuais em baixa, devo dizer senhor Presidente, que há aqui um número que me espanta, não é culpa sua, com certeza, mas temos de pensar e, aliás, a parte final da minha intervenção vai no sentido de tentarmos encontrar aqui um modelo diferente para a gestão em baixa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

das águas e das águas residuais. Temos aqui, eu também não sabia, mas fiquei a saber, temos no Concelho 48 estações de tratamento de águas residuais, 48 Etar's, mais do que o atual número de Freguesias. De novo, também o índice de gestão patrimonial de infraestruturas numa escala de zero a 200 é de zero, a ocorrência de inundações estamos no vermelho, situa-se em 27,4 por cada 1000 ramais ano. A adesão ao serviço estamos no vermelho, uma taxa de cobertura de 83,6%, devia ser segundo a ERSAR, no mínimo de 95%, a reabilitação de coletores estamos no vermelho, é de 0,2% ao ano. A ocorrência de colapsos estruturais em coletores, estamos no vermelho, estamos nos 281,1 por cada 100 km e por ano. O controlo de descargas de emergência, estamos no vermelho, é de 0%, e o cumprimento da licença de descarga, estamos no vermelho, estamos nos 75%. Senhor Presidente, eu não quero estar aqui a dizer que vamos votar contra ou não vamos votar contra, não é isso que se está a dizer. Estou é preocupado com esta situação, com certeza que sim, porque até é sua responsabilidade primeira, mas para dizer, se me permite, eu acho que não estamos num estado de emergência, mas estamos num estado em que não sei, e confesso a minha ignorância, porque só visito Chaves de vez em quando, mas o senhor Presidente terá a amabilidade de me informar. Acho que valeria a pena termos um plano estratégico de águas e de águas residuais para o Concelho, com fundos comunitários, sem fundos comunitários, mas que seja para alterar, e não é só por ver os indicadores da ERSAR, porque nós sabemos bem qual é o passivo ambiental que Chaves tem, mas não é só Chaves, muitos outros Concelhos do País também têm, mas acho que sendo a água, sendo o ambiente, têm que ser, hoje em dia, vistos como uma condição fundamental para o desenvolvimento sustentável, ficaríamos todos muito mais satisfeitos se daqui por um tempo, pudéssemos ver um panorama muito diferente. Muito obrigado.

Rogério Alberto Amorim Reis Moura, pelo PS, disse: -----

Boa noite a todos, vou tentar ser sintético. Mas antes disso, vou só responder ao senhor Membro desta Assembleia Municipal, Carmona Rodrigues, esse estudo é de 2019, e puseram a cor vermelha, porque não tinham preto. Se tivessem preto, se calhar, tinham posto o preto à altura. Foi com este Executivo que se começaram a substituir condutas, se fizessem o estudo agora, em 2021(2), agora não estava no vermelho, quanto a isso o senhor Presidente depois responderá. ----

“O desenvolvimento do setor do abastecimento de água, da recolha e do tratamento de águas residuais e de resíduos urbanos, nas últimas décadas, foi capaz de assegurar um rápido alargamento da cobertura dos serviços a todo o território nacional, bem como a melhoria significativa da qualidade dos serviços prestados às respetivas populações. -----

Portanto, do vasto conjunto de obrigações que resultam dos instrumentos legais e regulamentares salientam-se, por se revelarem de maior impacto no Município de Chaves, as seguintes: a estruturação dos tarifários em componente fixa e variável; a progressividade da tarifa variável e a diferenciação tarifária entre utilizadores domésticos e não domésticos; a criação de tarifários especiais de garantia de acessibilidade quer com fins sociais ou destinados a famílias numerosas quer para organizações de utilidade pública; a definição de níveis tarifários adequados à recuperação dos custos; a obrigatoriedade de repercussão das taxas de recursos hídricos e da taxa de resíduos urbanos no tarifário aos utilizadores finais é, assim imperativa. -----

Neste contexto, devem as entidades gestoras municipais que asseguram a provisão de serviços de águas e de resíduos em modelo de gestão direta preparar o processo de revisão tarifária com vista à sua apreciação pela ERSAR. -----

A fim de ir dando cumprimento às recomendações do setor, tal como se tem vindo a fazer gradualmente elaborou-se a presente proposta de atualização tarifária que para além de pretender corrigir algumas distorções tarifárias existentes, irá permitir a recuperação tendencial dos custos decorrentes da provisão dos respetivos serviços prestados, operando num cenário de eficiência e tendo em atenção a necessidade de salvaguardar a acessibilidade económica aos serviços por parte da população. -----

A ERSAR emitiu um conjunto de recomendações dirigidas às entidades gestoras de sistemas Estes princípios têm sido vertidos nos diversos instrumentos legislativos regulamentares institucionais, que têm vindo a ser criados ao longo dos tempos e constituem, digamos, o corpo regulatório do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

setor, nomeadamente: O Decreto-Lei no 194/2009 e alterações subsequentes, através do Decreto-Lei nº 92/2010 e da Lei no 12/2014, que estabelece o regime jurídico dos serviços municipais e intermunicipais de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos, sujeitando-os aos poderes da regulação da entidade reguladora setorial; a Recomendação no 1/2009, do IRAR, que foi a primeira recomendação tarifária especificamente dirigida a promover a harmonização da estrutura tarifária a nível nacional e uma maior transparência nos preços praticados; a Recomendação no 2/2010 da ERSAR, que definiu com detalhe os critérios de cálculo para a formação dos tarifários aplicáveis, o modelo geral do tarifário, os limites mínimos e máximos das tarifas fixas e variáveis; a nova Lei das Finanças Locais instituída pela Lei no 73/2013, que em reforço da regulação através da ERSAR, veio regular a importância dos preços de tarifa associados aos serviços de abastecimento de água, saneamento e resíduos, dispondo os números 1 e 2 do artigo 21º, que os preços a praticar não devem ser inferiores aos custos direta e indiretamente suportados com a prestação desses serviços; a Lei no 10/2014, através da qual foram atribuídos poderes de regulação acrescidos à ERSAR destacando-se, nomeadamente, as atribuições de regulamentar, avaliar e, auditar a fixação e aplicação de tarifas, nos sistemas de titularidade Municipal. -----

de titularidade estatal, que prestam serviços de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas, para efeitos de elaboração das propostas de revisão tarifária para 2022 e da definição das métricas de eficiência. Embora se verifique um crescente aumento das taxas da "ERSAR" muito concretamente a Taxa de Recursos Hídricos e Taxa de Gestão de Resíduos Sólidos, que têm como principal objetivo, a utilização, pelos cidadãos de forma mais responsável e ambientalmente sustentável deste recurso, na presente proposta de atualização de tarifário, a proposta em apreciação não preconiza, no que concerne à água e saneamento, qualquer incremento nos preços de venda ao público, porquanto a TRH é incorporada na tarifa/preço final, diferentemente do que se propõe para o tarifário dos Resíduos Sólidos Urbanos, ou seja, uma ligeira atualização, na estrita medida da Taxa de Gestão de Resíduos, relativa ao período anual em questão. -----

A crescente eficiência do sistema de gestão de abastecimento público de água, traduzida, sobretudo, nas ações de substituição de condutas, substituição de contadores, melhoria da gestão comercial e introdução de sistemas de monitorização e deteção precoce de ruturas de água, permitiu passar, em 2017, de perdas de faturação de água de 70%, para, em 2020, de cerca de 50%. -----

Os projetos de eficiência hídrica em execução têm por desiderato permitir atingir, no horizonte de cinco anos, reduções de perda de água alinhadas com as melhores práticas do país. E assim já acontece nos diversos tarifários propostos, permitindo uma grande competitividade do município de Chaves comparativamente aos seus congéneres do interior do país e em especial do Alto Tâmega. É, portanto, um documento que não ignora as realidades locais sobretudo, no período que vivemos, no contexto pandémico e que respeita as características da população do ponto de vista económico e social. Relembrar também que, no âmbito das medidas extraordinárias de apoio social, económico e de saúde apresentadas pela Câmara Municipal no final do ano passado, a redução de 10% do preço da água no 1º e 2º escalões, durante o primeiro trimestre deste ano, para empresas e particulares bem como a redução de 20% no preço da água, saneamento e gestão de resíduos urbanos, no mesmo período, para as famílias e empresas que viram o seu rendimento diminuir em 25% face ao período homólogo." -----

Este tarifário que se o senhor Presidente aqui trás, é um bom tarifário, para fazer mais e melhor e não ouvir reclamações, é só não pagar às Águas do Norte e os problemas ficam resolvidos! -----

Vítor Carlos Teixeira Pimentel, pelo **CDS-PP**, disse: -----

Renovo os cumprimentos a todos. Já foram aqui escrutinados os relatórios, os relatórios da ERSAR, sem ser necessário fazê-lo. Penso que ouvi o membro desta Assembleia Municipal, Carmona Rodrigues, referir que o estudo se refere de 2015 a 2019. Portanto, não sei, mas acho que não foi uma crítica direta a ninguém, foi uma crítica construtiva e na tentativa de arranjar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

soluções e ter um plano que efetivamente melhore a qualidade que neste momento é má e antigamente também o seria. Senhor Presidente, o único ponto que eu vinha aqui acrescentar é que “Em 19 de abril de 2018, o CDS-PP apresentou a moção Por serviços de água e saneamento Básico de qualidade para todos que foi neste órgão aprovado por unanimidade. Dessa aprovação resultou a obrigatoriedade da Câmara Municipal de Chaves, elaborar e apresentar na sessão ordinária de setembro de 2018, um relatório, completo e detalhado, sobre a situação real dos serviços “em baixa” de abastecimento de águas e saneamento básico, quer da componente gerida pela Câmara Municipal, quer da componente gerida por Juntas de Freguesia. ----- Esse relatório não foi apresentado durante o mandato anterior, passaram mais de 3 anos e gostaria de saber se tem alguma data para nos poder apresentar o tal relatório. Obrigado. -----

Encerrou o debate deste ponto o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

Boa tarde excelentíssima Mesa, senhor Presidente, senhores Membros do Executivo, senhores Membros aqui presentes, os resistentes que ainda se mantém e que não fazem parte deste Órgão. A minha intenção era ser mais comedido neste ponto, mas enfim, como as questões foram tantas eu acho que temos que começar pelo princípio. Eu percebo que quem vem de fora e quer fazer uma radiografia do Concelho, comece por alguns indicadores, eu percebo que esses indicadores da ERSAR, apesar de desatualizados, já têm 2 anos, possam ser a primeira forma de obter informação. Mas é importante contextualizá-los, porque quem lida um pouco com estatística, sabe que, às vezes, a estatística dá-nos a informação incorreta, muitas vezes não percebemos a razão daqueles valores e, portanto, pode conduzir-nos a apreciações apressadas. Era importante antes disso, fazer uma clarificação, uma contextualização desta matéria, porque foi um tema que recorrentemente foi discutido nesta Assembleia Municipal nos mandatos anteriores. Eu queria começar pelo primeiro. É verdade que existia e ainda existe, agora em menor medida, uma ineficiência dos sistemas de água e de saneamento, isso era manifesto, isso era manifesto não só na perspetiva da gestão do abastecimento, mas também na perspetiva da gestão financeira, dois elementos fundamentais. Quando nós assumimos funções em 2017, chegamos à conclusão que relativamente à área que era fornecida através da compra em alta da água para o sistema urbano, porque depois nós temos, quem conhece o Concelho sabe, que nós temos 135 aldeias e temos sistemas autónomos muito importantes, porque não há capacidade de lhe levar água em alta, isso é impossível, porque é económica/financeiramente insustentável. Portanto, temos muitos sistemas autónomos, já falaremos deles a seguir. Na altura, percebemos que por cada 100 litros de água, perdíamos 70 litros, isto é inadmissível, aliás, nós estivemos nos Top Ten dos municípios mais ineficientes, isso foi em 2015/2016. Portanto, isso era uma preocupação emergente e foi uma preocupação que esteve sempre na mente deste Executivo. É claro que certas decisões nesta matéria não se tomam de imediato, o tal plano estratégico de eficiência dos sistemas de água e de saneamento, é uma coisa que demora anos a poder ser concretizado. As metas dos melhores do País andam nos 18, nos 16, nos 15 anos no que diz respeito à água e são os melhores do País. Temos essa ambição, agora essa ambição tem que ser sustentada e tem que ser exequível. Tomamos algumas decisões que concorrem e que estão alinhadas com essa intenção: primeira decisão que nós tomamos, como nós sabíamos que tínhamos 1800 ruturas por ano, eu repito, 1800 ruturas por ano, como nós não tínhamos a capacidade de substituir a rede imediatamente, nem substituir contadores, nem introduzir outras medidas de eficiência na rede, o que é que nós fizemos? Duplicámos a capacidade de reparação das ruturas, com isto, estamos a ganhar tempo, mas sobretudo estamos a ganhar dinheiro. Foi o que fizemos, duplicámos a equipa de recursos humanos, duplicámos a equipa, neste caso, com uma carrinha, com uma mini retroescavadora, foi o que nós fizemos, foi medida imediata, tivemos que fazer as contratações necessárias e isso leva algum tempo. Mas, ao mesmo tempo, tomámos uma decisão que nos parece absolutamente estratégica, e dei nota há pouco disso, que é: Nós não faremos mais nenhuma repavimentação sem cuidar de saber se as condutas de água e de saneamento estão substituídas. Não era prática corrente, eu devo recordar que 2 avenidas, fundamentais desta cidade, que são a avenida do Estádio e a avenida Rui Garcia Lopes, não se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

teve o cuidado de fazer a substituição da rede de água e fez-se a pavimentação, coisa que com este Executivo deixou de acontecer. E, portanto, o princípio é, sempre que se faz uma intervenção, cuida-se de perceber se é preciso fazer a substituição da rede de água e saneamento. Dei nota há pouco que fizemos isso em Vidago, e com custos eleitorais, porque não fizemos uma obra que estava prometida, apenas e só, porque percebemos que havia necessidade de fazer a substituição da rede de água. Portanto, são estas 2 medidas que me parecem absolutamente fundamentais, maior capacidade de reparação das ruturas e ao mesmo tempo fazer investimento na requalificação da rede, se não for no tipo de instrumentos, pelo menos, até por via das empreitadas que, porventura, tenham por objeto aquele espaço físico. Sabemos todos que houve um quadro comunitário que teve fundos europeus dedicados à qualidade da água e também à eficiência hídrica e de saneamento. A verdade, é que percebemos que no Município de Chaves, mais uma vez, não foi apenas nos equipamentos culturais, desportivos e outros que não foram aproveitados esses fundos, aqui também não foram, senão que alguém me explique, como é possível não se terem utilizado os fundos europeus nesta área, quando tínhamos uma taxa de perda de 70%, alguma coisa aconteceu de mal. Portanto, não me venham falar do investimento que não foi feito neste Concelho, isso foi responsabilidade de Executivos do PSD e, portanto, significa que a causa está identificada e não foi concretizada. Ao mesmo tempo, fizemos uma coisa, fizemos algo fundamental, uma candidatura de eficiência hídrica que foi aprovada, e temos um processo em execução que permite fazer alguma substituição de condutas mas, sobretudo, permite outra coisa essencial que é, nós podermos introduzir informação que nos permita monitorizar aquilo que são em cada momento os consumos, por 2 razões: Primeiro, para perceber aonde é que estão as ruturas, segundo, para perceber e já percebemos que sim, se há utilizações indevidas nalgumas áreas, mas temos de fazer outra coisa importante, é que nós não tínhamos o seccionamento da rede, ou seja, isso era importante. Ao mesmo tempo, estamos a fazer um investimento de mais de 1 milhão de euros na Avenida do Tâmega para substituir a adutora que serve mais de metade da cidade, porquê? Porque essa adutora estava degradada, e pior do que isso, essa adutora foi usada como distribuidora, parece-me verdadeiramente inaceitável, concordará comigo? Não é? Porque o que nós estamos a fazer agora é uma adutora e uma distribuidora. Portanto, são medidas que nós temos tomado nesta área para que efetivamente daqui a 4, 5, 6 ou 7 anos, nós possamos estar bem melhor nas questões ambientais, mas também por razões financeiras. Para além deste processo de eficiência hídrica, fizemos outra coisa, fizemos outro processo que é um processo inovador, contratámos uma empresa para que essa empresa se pague através de uma percentagem da água que recupera. Portanto, nós temos em execução um processo que foi usado muito na eficiência energética, sobretudo na substituição das luminárias tradicionais pelos leds, temos um modelo financeiro parecido naquilo que diz respeito ao abastecimento de água. Portanto, está neste momento em execução, é verdade que foi um processo difícil de concretizar, foi um processo difícil de fazer passar no Tribunal de Contas. É curioso, mas hoje, temos em execução esses 2 processos que casam com o reforço da reparação ao mesmo tempo que o investimento relativo à substituição de condutas. Acreditamos nós que tudo isto possa levar aos tais 30% de meta do nosso objetivo em 2025/2026, é estarmos nos 30%, porque neste momento não estamos e temos a noção disso, também temos a noção que o nosso sistema é um sistema complexo, porquê? Porque temos um conjunto de Freguesias com sistemas autónomos e que têm que ser acompanhados. É preciso fazer algum investimento nas muitas Freguesias e temos aqui os senhores Presidentes de Junta, quase todos, e sabem bem a realidade complexa e exigente que é conseguir ter água em quantidade e em qualidade para os seus fregueses, sobretudo em períodos como são, ou de extrema seca, ou nos períodos de verão, em que têm mais habitantes, sobretudo com os emigrantes nas suas aldeias. Esse é um desafio enorme, é um desafio grande, nós conhecemos bem os indicadores que são da ERSAR, conhecemos bem e queremos naturalmente que se alterem, mas também queríamos que percebesse quais são as causas desses indicadores. Portanto, não se reporta apenas a 2015 e 2019, tem causas mais profundas. Também gostaria de dar nota que para além desta dimensão, há aqui outra incompreensão. Então não é que o Município de Chaves durante muitos anos a água que comprava em alta as Águas do Norte não a pagou, teve uma dívida



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

que chegou a ser de 22 milhões de euros, não só bastava a ineficiência do sistema, também uma ineficiência financeira, somamos 2 ineficiências. Por conta dessa falta de pagamento tempestivo da água geraram-se cerca de 3 milhões de euros de juros que é uma coisa inaceitável, ou seja, se nós fizéssemos a imputação dos custos, todos os custos, àquilo que era o cálculo do tarifário da água, nós teríamos a água mais cara do País, porque somámos a ineficiência dos sistemas à ineficiência da gestão. Finalmente, tem sido possível pagar a água que consumimos a tempo e horas e pagar a água que outros compraram e não pagarem a tempo e horas e pagar os respetivos juros. Estamos a pagar isso, de forma certinha, de forma adequada. Foi possível negociar com um contributo importante do Ministério do Ambiente, foi muito importante, fizeram alguns ajustamentos, fizeram alterações legislativas que nos permitiu depois ter um contrato com o BEI, que nos permitiu financiar esse pagamento a uma taxa de 0.32% a 10 anos, o que é absolutamente excecional na minha perspetiva. E, portanto, é isso que estamos a fazer. Falemos então agora do saneamento, aí a situação se não é tão grave, é muito próxima. A questão da ineficiência da gestão é a mesma, porque não se pagou a água como não se pagou o saneamento. E, portanto, significa que se geraram custos com os encargos, juros de mora e juros comerciais que, em determinada altura, foram superiores a 7% ao ano. Portanto, estamos a falar do impacto financeiro que isso representou nas contas do Município e que traduz a situação financeira que foi registada em 2016, 2015, 2014 e por aí fora. Mas, ainda assim, devo dizer que quando nós chegámos à Câmara, havia 28 Etar's que estavam inoperacionais, eu até acho que os senhores Presidentes de Junta que estão aqui, conhecem muitas delas. Portanto, 28 Etar's, a não ser a Etar da cidade que faz o tratamento das águas residuais da parte mais urbana e a de Santo Estevão, todas as demais estão em baixa, estão connosco. E, portanto, o que nós fizemos foi gastar logo 300 ou 400 mil euros, para pôr em funcionamento essas Etar's, não estavam funcionais, não estavam operáveis. Depois a questão do registo ou falta de registo na informação que dá a ERSAR, escusam de fazer considerações sobre isso aqui. Só para dizer que, de facto, a situação é grave, porquê? Porque tem a ver com aquilo que foi uma prática durante muitos anos, é que há uma ligação das águas pluviais às águas residuais. Portanto, acontece que as águas pluviais vão para o sistema de saneamento e vão ser conduzidas para a Etar, significa que vão aumentar o caudal a tratar, aumentando os custos a pagar. Tivemos ainda esta semana uma reunião para tratarmos desta questão do saneamento. Agora, também é verdade e temos essa noção, nós não conseguimos atacar todas as frentes ao mesmo tempo, quem quer fazer tudo ao mesmo tempo, não faz nada bem. E, portanto, estamos a procurar fazer com que o processo de eficiência hídrica esteja mais sustentável, esteja em estado mais avançado para que nós possamos olhar para a questão do tratamento das águas residuais e aí se, porventura, nós conseguirmos instrumentos financeiros que nos possam alavancar, ou que possamos alocar recursos importantes, nós temos identificados quais são as principais causas, nós sabemos que existem estações elevatórias e ficam sobretudo na veiga que são recetáculo de uma quantidade significativa da chuva. Nós sabemos que chove igual em toda a cidade, mas na veiga pela sua quota congrega para lá muita mais água em momentos de chuva. E, portanto, temos 4 ou 5 estações elevatórias que são pontos débeis e críticos que certamente debitam milhares de metros cúbicos de água, alguma dela, é água pluvial. Também existe um problema de conceção, uma das condutas de água residual foi feita no Ribelas, significa que não sendo totalmente hermética, em muitos casos o que acontece, é que está a conduzir não só água residual como está também a conduzir água pluvial, portanto, a situação é verdadeiramente preocupante, eu atrevo-me a dizer que é provavelmente o dossier mais complexo, mais difícil que temos entre mãos. Temos a noção que se deram passos significativos e importantes. Esta decisão de manter 2 tarifários inalteráveis e fazer um ajustamento apenas nos resíduos sólidos urbanos, tem por base este princípio, é que a ineficiência não deve ser paga pelos cidadãos. Portanto, entendemos que há um esforço grande que deve ser feito pelo Município, de fazer com que haja uma redução dos custos e, portanto, não é aumentar a receita pelo aumento do tarifário, mas sim, reduzir os custos para que haja um equilíbrio. Esse é um esforço que está do lado do Município e, portanto, entendemos que isso é o que deve ser feito, não colocando mais pressão do lado dos munícipes, é isso que queremos. Isso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

não está escrito na proposta, mas é isso que é verdadeiramente a razão de ser desta proposta. Muito obrigado. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria com 54 votos a favor e 12 abstenções. -----

PONTO 23 - CONSULTA PRÉVIA Nº72/UCP/2021 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA FINANCEIRA – CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS. NOMEAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO, RESPONSÁVEL PELA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE CHAVES. INFORMAÇÃO Nº40/UCP/2021; -----

O Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Esta proposta tem a ver com a nomeação do Revisor Oficial de Contas. Já está nomeado em resultado daquilo que foi uma escolha de um procedimento prévio à contratação, é a nomeação do Revisor Oficial de Contas e será o auditor que já é o que vem sendo nos últimos anos e que continua a ser o mesmo. -----

Não houve intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 24 - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A EHATB-EMPREENHIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM, S.A. – ANO 2022. PROPOSTA Nº 36/GAPV/2021; -----

O Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Esta proposta é para fazer um contrato com a EHATB que permita realizar determinados investimentos no âmbito do desenvolvimento local. Estão aí identificados os investimentos, têm a ver com a festa dos povos e com 3 ou 4 empreitadas que aí estão a ser acomodadas e a delegação de competência dessa empresa, o financiamento deve ser feito por via dessa empresa. Se houver alguma dúvida nalgum aspeto particular, estou disponível para os devidos esclarecimentos. -----

Não houve intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria com 51 votos a favor e 12 abstenções. -----

PONTO 25 - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA INTERMUNICIPAL ENTRE OS MUNICÍPIOS DO ALTO TÂMEGA (ACIONISTAS) E A EHATB-EMPREENHIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM, S.A - ANO 2022. PROPOSTA Nº 37/GAPV/2021; -----

O Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Esta proposta é para fazer um contrato interadministrativo com a EHATB para os seis municípios, para permitir a realização de determinados investimentos no âmbito do seu desenvolvimento. -----

Não houve intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria com 51 votos a favor e 12 abstenções. -----

PONTO 26 - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS. LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO, E RESPECTIVOS DIPLOMAS LEGAIS DE ÂMBITO SETORIAL. EXERCÍCIO DO DIREITO DE NÃO ACEITAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL NO ANO DE 2021. PROPOSTA N.º 22/GAPV/2021; -----

O Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Esta proposta vem no âmbito da não aceitação de competências e tem a ver com a área da ação social. Nós entendemos que em áreas como a social, educação e saúde e pelas razões que aqui



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

foram expendidas muitas vezes, nós entendemos que as propostas não contêm os recursos financeiros suficientes para que a competência possa ser exercida de forma adequada de acordo com aquilo que é a exigência dos nossos concidadãos. E, portanto, o que nós estamos aqui a propor, é que não a aceitemos até ao limite, só no momento em que formos obrigados, que provavelmente será a 31 de março, chegado esse momento, devemos aceitar, até lá, manter esta posição não aceitação desta competência, ratificando aquilo que foi uma decisão da Câmara Municipal, ainda antes das eleições. -----

Não houve intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 27 - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO TÂMEGA (CIMAT) - APROVAÇÃO DO FINANCIAMENTO MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO PELA CIMAT DAS SUAS COMPETÊNCIAS ENQUANTO AUTORIDADE DE TRANSPORTES. PROPOSTA N.º 34/GAP/2021; -----

O Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Este é um assunto que já veio a esta Assembleia Municipal, vem novamente à Assembleia Municipal, aliás já foi explicado pelo 1º Secretário da CIM. No primeiro concurso que foi aberto, não houve interessados, portanto, há necessidade de subir o preço base e o preço base quase que duplica, é isso que está em causa que é para podermos ter um contrato, uma concessão ao nível da comunidade intermunicipal relativamente ao transporte público terrestre de passageiros. E é para que os compromissos plurianuais possam ser assumidos por este órgão deliberativo. -----

Não houve intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 28 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO ÀS JUNTAS DE FREGUESIAS DO CONCELHO DE CHAVES, COM ESCOLAS DO 1º CICLO E JARDINS-DE-INFÂNCIA, PARA EXPEDIENTE E LIMPEZA E OUTRAS DESPESAS - ANO LETIVO 2021/2022. INFORMAÇÃO N.º 126/DEAS-UE/2021; -----

O Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Esta proposta tem a ver com um hábito, com uma prática corrente, o Município tem suportado uma competência que é das Freguesias. É uma forma também de ajudar as Freguesias e tem a ver com este apoio financeiro que o Município preconiza aqui, que se dê, com base nos critérios enunciados, a cada uma das Freguesias para que, por sua vez, as Freguesias possam transferi-lo para os respetivos Agrupamentos de Escolas, desonerando as Freguesias desta obrigação, que é uma obrigação própria. E, portanto, significa que estamos a substituir-nos, na prática, às Freguesias, num valor correspondente a 20 214 euros. -----

Não houve intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 29 - JUNTA DE FREGUESIA DE SANTO ESTEVÃO – APOIO FINANCEIRO RELATIVO AO ANO LETIVO 2021/2022. PROPOSTA N.º 38/GAPV/2021; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não houve intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 30 - HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO JUDICIAL NO ÂMBITO DO PROCESSO N.º 280/13.1BEMDL PROPOSTA N.º 9/GAPV/2021; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não houve intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

PONTO 31 - HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO JUDICIAL NO ÂMBITO DO PROCESSO N.º 274/21.3BEMDL. PROPOSTA N.º 27/GAPV/2021; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não houve intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 32 - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO PARA FINS NÃO HABITACIONAIS DO EDIFÍCIO ENTREPOSTO 02, LOCALIZADO NO LOTEAMENTO DO MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE CHAVES (MARC), PARQUE EMPRESARIAL DE CHAVES, COM A EMPRESA “SOLARA – PRODUTOS ALIMENTARES S.A”. PROPOSTA N.º 78/GAPV/2021; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não houve intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 33 - MANUTENÇÃO DO INCENTIVO À FIXAÇÃO DE EMPRESAS NO “PARQUE EMPRESARIAL DE CHAVES- LOTEAMENTO DO PARQUE DE ATIVIDADES E LOTEAMENTO DA PLATAFORMA LOGÍSTICA INTERNACIONAL DO VALE DO TÂMEGA” E DO PROCEDIMENTO PÚBLICO CONCURSAL SIMPLIFICADO ENQUADRADOR; - EXTENSÃO DOS INCENTIVOS A TODOS OS TERRENOS E EDIFICADO PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO, COM VOCAÇÃO PARA A FIXAÇÃO DE EMPRESAS NA ÁREA DO PARQUE EMPRESARIAL. PROPOSTA N.º 32/GAP/2021; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não houve intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 34 - PROJETO DE INTERESSE MUNICIPAL – PIM -. CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS.BENEFICIÁRIA: METALOME, LDA. INFORMAÇÃO / PROPOSTA Nº 27/UCE/ 2021; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não houve intervenções. -----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

PONTO 35 - PROJETO DE INTERESSE MUNICIPAL – PIM -. PRIMEIRA ADENDA AO CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS OUTORGADO EM 7 DE SETEMBRO DE 2018. BENEFICIÁRIA: HOTEL PREMIUM CHAVES, LDA. INFORMAÇÃO/ PROPOSTA Nº28/UCE/2021; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não houve intervenções. -----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

PONTO 36 - PROJETO DE INTERESSE MUNICIPAL – PIM -. TERCEIRA ADENDA AO CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS OUTORGADO EM 10 DE OUTUBRO DE 2017.BENEFICIÁRIA: ANTÓNIO & LILIANA RODRIGUES, LDA. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 29/UCE/2021; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não houve intervenções. -----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

PONTO 37 - PROJETO DE INTERESSE MUNICIPAL – PIM -. PRIMEIRA ADENDA AO CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS OUTORGADO EM 24 DE JULHO DE 2018. BENEFICIÁRIA: SOLAR INVESTMENT IMOBILIÁRIA, LDA. INFORMAÇÃO / PROPOSTA Nº 30/UCE/2021; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não houve intervenções. -----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

PONTO 38 - PROPOSTA DE EXTENSÃO DOS EFEITOS DA DELIBERAÇÃO DOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS, SOBRE A PROPOSTA N.º 69/GAPV/2021, RESPETIVAMENTE, EM 24/06/2021 E EM 30/06/2021, AOS PROJETOS CLASSIFICADOS COMO PIM INFORMAÇÃO N.º 41/DDE/2021, DA ENG^a CLÁUDIA FERREIRA, DE 30.11.2021; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não houve intervenções. -----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

PONTO 39 - ANÁLISE DO 6.º RELATÓRIO SEMESTRAL DE EXECUÇÃO DO PROJETO DE INVESTIMENTO “HOTEL SANTA RITA WELLNESS & SPA INSTITUTE” CLASSIFICADO COMO PIM - INFORMAÇÃO N.º 35/DDE/2021, DA ENG^a CLÁUDIA FERREIRA, DE 17.08.2021; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não houve intervenções. -----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

PONTO 40 - ANÁLISE DO 1.º RELATÓRIO SEMESTRAL DE EXECUÇÃO DO PROJETO DE INVESTIMENTO “CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DE UMA UNIDADE INDUSTRIAL PARA FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS METÁLICOS DIVERSOS”, CLASSIFICADO COMO PIM, DA SOCIEDADE METALOME, LDA.- INFORMAÇÃO N.º 43/DDE/2021, DA ENG^a CLÁUDIA FERREIRA, DE 02.12.2021; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não houve intervenções. -----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

PONTO 41 - ANÁLISE DO 6.º RELATÓRIO SEMESTRAL DE EXECUÇÃO DO PROJETO DE INVESTIMENTO “REABILITAÇÃO DO HOTEL PREMIUM CHAVES – AQUAE FLAVIAE” CLASSIFICADO COMO PIM - INFORMAÇÃO N.º 44/DDE/2021, DA ENG^a CLÁUDIA FERREIRA, DE 02.12.2021; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não houve intervenções. -----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

PONTO 42 - PEDIDO DE CONDICIONAMENTO DE TRÂNSITO DE PESADOS NA RUA JERÓNIMO DE ATAÍDE (CAMPO DE CIMA) - UNIÃO DAS FREGUESIAS DA MADALENA E SAMAIÕES – PROCESSO N.º 527/21 – INFORMAÇÃO N.º 249/DPM/2021 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO CIVIL BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 2021.07.02; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não houve intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 43 - PEDIDO DE COLOCAÇÃO DE SINAL DE STOP NO CRUZAMENTO DA ESTRADA DE CASTELÕES COM A RUA DO CALVÁRIO – UNIÃO DE FREGUESIAS DE CALVÃO E SOUTELINHO DA RAIA – PROCESSO N.º 557/21 – INFORMAÇÃO N.º 265/DPM/2021 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO MIGUEL BÁRCIA, DATADA DE 2021.07.30; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não houve intervenções. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 44 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE DUAS LOMBAS REDUTORAS DE VELOCIDADE – RUA FARIA DE MORAIS E ESTRADA DE VALVERDE (CANDAL) – FREGUESIA DE VIDAGO – ARCOSSÓ – SELHARIZ E VILARINHO DAS PARANHEIRAS – PROCESSO Nº 813/20 – INFORMAÇÃO Nº 281/DPM/2021 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 2021.07.23; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não houve intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 45 - PEDIDO DE COLOCAÇÃO DE SINAL DE ESTACIONAMENTO PRIVATIVO EM ESPAÇO PÚBLICO PARA VEÍCULOS EM NOME DA FIRMA PRAZERES DA TERRA LDA. NA RUA MARIA RITA, Nº7A – Pº 564/21 – SANTA MARIA MAIOR, – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 355/DPM/2021 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO MIGUEL BÁRCIA, DATADA DE 09/09/2021; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não houve intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 46 - PEDIDO DE CRIAÇÃO DE LUGARES DE ESTACIONAMENTO PARA MORADORES EM NOME DA JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR DA RUA DOS FERRADORES, RUA DO RIO E ALAMEDA DO TRAJANO – Pº 501/21 – SANTA MARIA MAIOR, – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 366/DPM/2021 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO MIGUEL BÁRCIA, DATADA DE 14/09/2021; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não houve intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 47 - PROPOSTA DE SINALIZAÇÃO DA ROTUNDA DA TORRE DE ERVEDEDO – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 376/DPM/21 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO ENG. FRANCISCO RODRIGUES ALVES DE 19/08/2021; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não houve intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 48 - PEDIDO DE COLOCAÇÃO DE LOMBAS REDUTORAS DE VELOCIDADE EM NOME DE LILIANA SOFIA FERNANDES LOPES NA ESTRADA DA ABOBELEIRA – Pº 407/20 – NA LOCALIDADE DA ABOBELEIRA - VALDANTA, – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 443/DPM/2021 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 29/10/2021; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não houve intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 49 - PEDIDO DE CRIAÇÃO DE SAÍDA PARA A ESTRADA EM NOME DE JOSE MANUEL GONÇALVES NA RUA DA PAZ/RUA DO EXTREMO – Pº 646/20 – NA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 450/DPM/2021 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 04/11/2021; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não houve intervenções. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 50 - PEDIDO DE SINALIZAÇÃO DE ESTACIONAMENTO EM NOME DE UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE NA RUA CAPITÃO JOAQUIM AMARAL – Pº 506/21 – NA FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 452/DPM/2021 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO MIGUEL BÁRCIA, DATADA DE 04/11/2021; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não houve intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 51 - PEDIDO DE COLOCAÇÃO DE UMA PASSADEIRA E RESPETIVA SINALIZAÇÃO EM NOME DE UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE NA RUA FIRMINO AIRES – Pº 675/21 – NA FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 453/DPM/2021 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO MIGUEL BÁRCIA, DATADA DE 04/11/2021; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não houve intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 52 - PEDIDO DE SINALÉTICA VERTICAL EM NOME DE JUNTA DE FREGUESIA DE S. PEDRO DE AGOSTÉM, NO ENTROCAMENTO EXISTENTE ENTRE O CAMINHO MUNICIPAL Nº 1079 ((CM 1079), DE ACESSO À LOCALIDADE DE SANTIAGO, E ESTRADA REGIONAL Nº314 (ER314) – Pº 761/20 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 458/DPM/2021 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 09/11/2021; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não houve intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 53 - PEDIDO DE COLOCAÇÃO DE ESPELHO REFLETOR E SINAIS DE LIMITAÇÃO DE VELOCIDADE EM NOME DE ANTÓNIO JULIO COVAS, NA RUA DO PENEDO DO LOBO, 8-A, EM ARCOSSÓ – VIDAGO (UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VIDAGO, ARCOSSÓ SELHARIZ E VILARINHO DAS PARINHEIRAS) – Pº 808/20 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 464/DPM/2021 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 11/11/2021; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não houve intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 54 - PEDIDO DE COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO EM NOME DE JOÃO PINTO NO CRUZAMENTO DA RUA DO BARREIRO, RUA DO PROGRESSO, RUA DOS AREGOS E RUA FERNÃO LOPES – Pº 883/21 – NA FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR E VALDANTA – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 468/DPM/2021 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO MIGUEL BÁRCIA, DATADA DE 15/11/2021; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não houve intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 55 - PEDIDO DE COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO EM NOME DE JUNTA DE FREGUESIA DE S. PEDRO DE AGOSTÉM NA PONTE DE LAGARELHOS ER 314, – Pº 915/21 – NA LOCALIDADE DE LAGARELHOS – S. PEDRO DE AGOSTEM – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

469/DPM/2021 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO MIGUEL BÂRCIA, DATADA DE 18/11/2021; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não houve intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 56 - PEDIDO DE PROIBIÇÃO DE ESTACIONAMENTO JUNTO À ANTIGA ESCOLA PRIMÁRIA DE VILELA SECA EM NOME DE JUNTA DE FREGUESIA DE VILELA SECA, NO ESTACIONAMENTO JUNTO À ANTIGA ESCOLA PRIMÁRIA DE VILELA SECA Pº 10/21 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 477/DPM/2021 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 18/11/2021; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não houve intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 57 - PEDIDO DE SINALIZAÇÃO NA ENVOLVENTE DO PINGO DOCE, NA AVENIDA TENENTE VALADIM E CAMINHO DO RIBELAS, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, Pº 1014/21 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 498/DPM/2021 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 03/12/2021. --

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não houve intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, desejou a todos os presentes, umas boas festas, um bom Natal e um próspero Ano Novo, e, sobretudo, que seja em saúde e que, de facto, possamos viver com mais normalidade e que a pandemia nos possa libertar de vez. A todas e a todos um Santo Natal e um excelente Ano Novo. -----

Por último, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Altamiro da Ressurreição Claro**, agradeceu a forma elevada como decorreram os trabalhos, desejou a todos os presentes em nome da Mesa, um Santo e Feliz Natal, um Bom Ano cheio de saúde e prosperidade e bem-estar. Obrigado. -----

De seguida, deu como encerrados os trabalhos da presente Sessão, de que para constar foi lavrada a presente ata, assinada pelos membros da Mesa e subscrita por mim, Maria de Fátima dos Santos Machado Silva, que a transcrevi e também assino. -----

O Presidente: _____

O 1º Secretário: _____

O 2º Secretário: _____

A funcionária afeta à AM: _____